

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente

PRODEMA

Maíra Batista Braga

Turismo de Base Comunitária em Regiões Litorâneas:
Processos e Resultados Diferenciados

Recife
2015

MAÍRA BATISTA BRAGA

**TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM REGIÕES LITORÂNEAS:
PROCESSOS E RESULTADOS DIFERENCIADOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFPE como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Gestão e Políticas Ambientais.

**Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanice Santiago
Fragoso Selva**

**RECIFE
2015**



Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente
Área de Concentração: Gestão e Políticas Ambientais



TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA EM REGIÕES LITORÂNEAS: PROCESSOS E RESULTADOS DIFERENCIADOS.

Maíra Batista Braga

Data de Aprovação: 16/03/2015

Orientadora:

Prof.^a Dr.^a Vanice Santiago Fragoso Selva (UFPE)

Examinadores:

Prof.^a Dra. Glória Maria Widmer (UFPE)

Prof.^a Dra. Mônica Cox de Britto Pereira (UFPE)

Prof. Dr. Edson Vicente da Silva (UFCE)

DEDICATÓRIA

A Vanice, minha eterna orientadora, pelo companheirismo, todo tipo de apoio e confiança.

À minha família, pela força e renúncia de algumas tantas horas de lazer juntos.

A tod@s @s amig@s que fiz no PRODEMA/UFPE, incluindo professores, que fizeram esses dois anos serem mais divertidos e produtivos.

Às comunidades das localidades pesquisadas, que sempre me receberam de braços e corações abertos e que me confiaram seus modos de vida, de organização e trabalho, como oportunidade de aprendizado.

À natureza, que nos oferece paisagens encantadoras, que associadas às culturas e receptividade das comunidades locais, inspiram meu trabalho, o trabalho das comunidades e a visita das pessoas.

Aos professores membros da banca, pela dedicação e sugestões.

A tod@s que acreditam, apreciam e apoiam o Turismo de Base Comunitária.

Ao Pai, que nos dá força para viver e desejar sempre o melhor!

Gandaia das ondas / Pedra e Areia

Lenine

É bonito se ver na beira da praia
A gandaia das ondas que o barco balança
Batendo na areia, molhando os cocares dos coqueiros
Como guerreiros na dança

Oooh, quem não viu vai ver
A onda do mar crescer

Olha que brisa é essa
Que atravessa a imensidão do mar
Rezo, paguei promessa
E fui a pé daqui até Dakar

Praia, pedra e areia
Boto e sereia
Os olhos de Iemanjá
Água, mágoa do mundo
Por um segundo
Achei que estava lá

Olha que luz é essa
Que abre caminho pelo chão do mar
Lua, onde começa
E onde termina
O tempo de sonhar

Praia, pedra e areia
Boto e sereia
Os olhos de Iemanjá
Água, mágoa do mundo
Por um segundo
Achei que estava lá

Eu tava na beira da praia
Ouvindo as pancadas das ondas do mar
Não vá, oooh, morena
Morena lá
Que no mar tem areia



RESUMO

Turismo de Base Comunitária (TBC) é um tema relativamente recente nos estudos científicos, que tem recebido ênfase nos últimos dez anos, já que no mundo inteiro tem sido tendência a busca pela prática de um turismo contextualizado localmente, com respeito ao ambiente natural e às culturas locais. O TBC, que segue a perspectiva socioambiental, do desenvolvimento justo e equilibrado e tem como principal característica a inclusão e o protagonismo das comunidades locais, gerando benefícios para as localidades, surge como um contraponto ao turismo de massa e globalizado. No Brasil, o turismo no litoral nordestino tem sido historicamente desenvolvido de forma excludente e massificada, com a presença de grandes empreendimentos turísticos, muitas vezes internacionais, que alteram localidades onde se instalam, gerando perdas de identidade e de territórios. Em reação a este modelo de turismo convencional, que muitas vezes é incentivado pelas políticas públicas, algumas comunidades locais têm se organizado para empreender o TBC, por vezes de forma associativa, gerando territórios turísticos diferenciados, onde o turismo é complementar às atividades tradicionais e busca proporcionar experiências positivas para as comunidades locais e visitantes. Esta pesquisa objetiva analisar como ocorrem os processos de instalação e desenvolvimento do TBC em regiões litorâneas do Nordeste brasileiro. Para tanto, foram escolhidas para estudo e análise três iniciativas de TBC, tratando também das suas relações e interfaces com a dinâmica socioambiental das localidades: a Cooperativa Náutica Ambiental, em Tamandaré, Litoral Sul de Pernambuco; a Associação dos Condutores do Turismo de Observação do Peixe-Boi Marinho, em Porto de Pedras, Litoral Norte de Alagoas; e a Associação de Turismo de Meio Ambiente e Cultura, na praia de Ponta Grossa, em Icapuí, Litoral Leste cearense. Essa pesquisa é de cunho exploratório e caracteriza-se como qualitativa, com visão interdisciplinar, uma vez que trata das múltiplas dimensões dos processos e resultados do TBC, numa abordagem dialética, por analisar contextos históricos e sociais. Para atender ao objetivo, foram realizadas pesquisas bibliográficas e em *sites* e visitas às três localidades, nas quais foram feitas observações, registros fotográficos, vivências dos serviços turísticos oferecidos pelas comunidades, entrevistas semiestruturadas junto aos presidentes das associações e cooperativa e junto aos representantes das secretarias de turismo municipais, oficinas participativas junto a associados e cooperados, além de conversas informais com atores sociais diversos que fazem parte das realidades locais, relacionados direta ou indiretamente ao turismo. Com o uso da metodologia análise de conteúdo, foram feitas análises sobre as práticas das três iniciativas, a partir do estabelecimento de relações entre parâmetros de sustentabilidade e princípios do TBC. As iniciativas de TBC podem surgir a partir de um conflito socioambiental ou a partir de empreendedorismo. Ora iniciam por um movimento próprio, ora com o incentivo e apoio de organizações parceiras; podendo ser mais isoladas e autossuficientes ou manter-se em diálogo com o turismo convencional. Tendo em vista que os processos de implantação e de desenvolvimento de TBC vivenciam contextos territoriais e históricos distintos, com realidades sociais, econômicas, culturais, ecológicas, políticas e vocações turísticas diferentes, também os resultados são diferenciados, apresentando níveis variados de sustentabilidade. Observa-se que o TBC tem sido uma alternativa para o desenvolvimento local sustentável, minimizando ameaças de perda de territórios e identidades, e ao mesmo tempo gerando renda local, valorização da cultura e identidade local e conservação ambiental.

Palavras-chaves: Turismo de Base Comunitária. Inclusão e exclusão social. Regiões litorâneas. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Community Based tourism (CBT) is a quite recent topic in scientific studies, that has been receiving emphasis for the last ten years, considering that, in the whole world, there has been a tendency to search for a locally based tourism, with respect towards the natural environment and to the local cultures. CBT, that follows the environmental perspective, with the correct and balanced development and has as main characteristic the inclusion and the local communities role, bringing benefits to the locations, appears as a counterpoint to the mass and globalized tourism. In Brazil, the tourism in the northeast coast has been historically developed as a mass and exclusive way, with the presence of big touristic enterprises, often international, that modify locations where they are installed, generating identity and territory losses. In reaction to this conventional touristic model, which is often encouraged by the public policies, some local communities have organized themselves to undertake the CBT, usually in an associative way, generating different touristic territories, where the tourism is complementary to the traditional activities and seeks to provide positive experiences to the local communities and visitors. This research aims to analyze how the installation process and the CBT development occurs in coast regions in Brazilian Northeast. For this purpose, three CBT initiatives have been chosen for study, also regarding their relations and interfaces with the locations environmental dynamic: the Cooperativa Náutica Ambiental (Nautical Environmental Business cooperation), in Tamandaré, South Coast of Pernambuco; the Associação dos condutores do Turismo de Observação do Peixe-Boi Marinho (Manatee Observation Tourism Conductors Association), in Porto de Pedras, North Coast of Alagoas; and the Associação de Turismo de Meio Ambiente e Cultura (Environment and Culture Tourism Association), in Ponta Grossa's Beach, in Icapuí, East Coast of Ceará. This research is exploratory and is characterized as qualitative, with interdisciplinary vision, since it treats the multiple dimensions of the processes and results of CBT, in a dialectical approach, by analyzing historical and social contexts. To attend the objective, bibliographical and website researchs have been realized along with visits to the three locations, in which have been realized: observations, photographic reports, touristic services experiences offered by the communities, semistructured interviews with the presidents of the associations and business cooperations and with the representatives in the municipal tourism departments, workshops with the associated and cooperated, besides informal conversations with various social actors that are part of the local reality, directly or indirectly related to tourism. Using the content analysis methodology, analyses have been done about practices in the three initiatives, from the establishment of relations between sustainable parameters and CBT principles. The CBT initiatives can appear from an environmental conflict or entrepreneurship. Sometimes, they start because of a reason itself, sometimes with encouragement and support of partner organizations; sometimes being more isolated and self-sufficient or keep in dialogue with the conventional tourism. Given that the implementation and development processes of CBT experience different territorial and historical contexts, with different social, economical, cultural, ecological, political and touristic vocations realities, also the results are different, presenting various levels of sustainability. It is noted that CBT has been an alternative to the sustainable local development, minimizing threats and identity and territory losses, and, at the same time, generating local income, culture appreciation and local identity and environmental conservation.

Key-words: Community Based Tourism. Social inclusion and exclusion. Coast regions. Sustainability.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. DA COMPLEXIDADE DO TURISMO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL	19
1.1 TURISMO.....	19
1.1.1 Conceituando turismo	19
1.1.2 Tipologias do turismo	21
1.1.3 Possíveis impactos e a importância do planejamento turístico.....	23
1.2 TURISMO E SUSTENTABILIDADE	24
1.2.1 Turismo e Desenvolvimento Sustentável Local	24
1.2.2 Turismo Sustentável e Turismo Responsável	29
1.3 TURISMO E SOCIEDADE.....	30
1.3.1 Inclusão e exclusão social e a configuração de espaços turísticos.....	30
1.3.2 Políticas Públicas e participação social no turismo	32
1.4 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA	36
1.4.1 O contexto do Turismo de Base Comunitária	36
1.4.2 Conceitos e princípios e do Turismo de Base Comunitária	37
1.4.3 Algumas iniciativas de Turismo de Base Comunitária	42
2. CONTEXTUALIZAÇÃO AMBIENTAL E TURÍSTICA DAS ÁREAS DO ESTUDO	44
2.1 MUNICÍPIO DE ICAPUÍ – CE	44
2.1.1 Informações Gerais	44
2.1.2 O Turismo na Praia de Ponta Grossa	46
2.1.3 Unidades de Conservação em Icapuí e suas Interfaces com o Turismo.....	54
2.2 MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ – PE.....	56
2.2.1 Informações Gerais	56
2.2.2 O Turismo em Tamandaré	58

2.2.3	Unidades de Conservação em Tamandaré e suas Interfaces com o Turismo.....	61
2.3	MUNICÍPIO DE PORTO DE PEDRAS – AL.....	64
2.3.1	Informações gerais.....	64
2.3.2	O Turismo em Porto de Pedras.....	66
2.3.3	Unidades de Conservação em Porto de Pedras e suas Interfaces com o Turismo	71
3.	<i>AS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SEUS PROCESSOS DE INSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO</i>	74
3.1	A COOPERATIVA DE TRABALHO NÁUTICA AMBIENTAL.....	76
3.1.1	Processo de instalação da iniciativa	77
3.1.2	Processos de desenvolvimento da iniciativa	79
3.2	A ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DO PEIXE-BOI MARINHO	84
3.2.1	Processo de instalação da iniciativa	85
3.2.2	Processos de desenvolvimento da iniciativa	89
3.3	A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA DE PONTA GROSSA (ASTUMAC)	94
3.3.1	Processo de instalação da iniciativa	95
3.3.2	Processos de desenvolvimento da iniciativa	98
3.4	A INFLUÊNCIA DAS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DE MUDANÇAS NAS REALIDADES LOCAIS.....	102
4.	<i>ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE SUSTENTABILIDADE FRENTE ÀS PRÁTICAS DAS INICIATIVAS E CONTEXTOS TURÍSTICOS LOCAIS</i>	105
4.1	COOPERATIVA DE TRABALHO NÁUTICA AMBIENTAL (TAMANDARÉ - PE).....	106
4.2	ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DO PEIXE-BOI MARINHO (PORTO DE PEDRAS – AL).....	114
4.3	ASSOCIAÇÃO DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA DE PONTA GROSSA - ASTUMAC (ICAPUÍ – CE).....	123
4.4.	ANÁLISE GERAL DA SUSTENTABILIDADE DAS INICIATIVAS.....	133
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS.....	141

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas realizadas junto aos presidentes das iniciativas.....	145
APÊNDICE B - Relato metodológico das oficinas realizadas junto aos associados e cooperados das iniciativas estudadas.....	148
APÊNDICE C - Roteiro das entrevistas realizadas junto aos representantes das Secretarias Municipais de Turismo.....	150
APÊNDICE D - Quadro síntese da dinâmica de organização e funcionamento das iniciativas de TBC estudadas.....	151
APÊNDICE E - Quadro síntese dos elementos utilizados para a avaliação da sustentabilidade das iniciativas de TBC	153

INTRODUÇÃO

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é um tema relativamente recente nos estudos científicos, apresentando ainda lacunas do conhecimento sistematizado deste fenômeno, inclusive com falta de consensos teóricos e conceituais, o que pode ocasionar confusões na orientação de práticas e políticas públicas. Experiências de TBC no Brasil iniciaram em meados de 1990, entretanto esse tema vem sendo trabalhado de forma mais sistematizada a partir, aproximadamente, do ano 2000, ganhando mais força nos últimos dez anos.

No mundo inteiro tem sido tendência a busca por uma prática de turismo diferenciada, contextualizada localmente, com respeito ao ambiente natural e às culturas locais. Na Europa cada vez mais surgem experiências do que chamam de turismo solidário e responsável. Também nos Estados Unidos estão se constituindo associações que realizam estas práticas e pequenas operadoras que conectam os viajantes com este perfil de interesse aos destinos de turismo diferenciado. Entretanto, é especialmente na América Latina que o Turismo de Base Comunitária vem se consolidando, apresentando experiências destacadas no Chile, Peru, Bolívia, Colômbia, Equador e Brasil. O Brasil, com sua grande extensão territorial e vasta diversidade cultural e de paisagens naturais, tem desenvolvido iniciativas de TBC em distintas realidades socioespaciais, nas várias regiões e biomas, em ambientes rurais, urbanos e de litoral.

Neste trabalho é dado foco à análise de processos de instalação e de desenvolvimento de iniciativas de TBC que ocorrem em localidades situadas em áreas litorâneas do Nordeste do Brasil, sendo importante contextualizar o processo de desenvolvimento do turismo nesta região.

Historicamente o turismo no litoral nordestino brasileiro tem sido desenvolvido de forma massificada, excludente, sendo a região litorânea cada vez mais ocupada por grandes empreendimentos turísticos e casas de veraneio, ficando a população local muitas vezes marginalizada, sofrendo impactos negativos do turismo e da especulação imobiliária decorrente, como perdas de identidade e de territórios. Corroborando com isso, observa-se que o turismo globalizado e convencional recebe os maiores investimentos de recursos e foco das políticas públicas, comumente ocasionando processos de exclusão social.

Em contraponto ao turismo globalizado e de massa, tem sido desenvolvido em algumas localidades o Turismo de Base Comunitária, cujas iniciativas muitas vezes acontecem como movimentos de resistência, tendo em vista que são contrárias ao modelo de desenvolvimento vigente, que prioriza a maximização de lucros e acumulação de capital, em detrimento da qualidade de vida mais ampla e socializada. O TBC acontece na perspectiva de desenvolvimento justo e equilibrado do território e de comunidades, buscando a realização de um turismo de maneira inclusiva, valorizando e conservando os aspectos culturais e ecológicos de localidades,

que passam a ser territórios turísticos diferenciados, onde o turismo é complementar às atividades tradicionais e busca proporcionar experiências positivas para comunidades locais e visitantes.

O Turismo de Base Comunitária pode ser compreendido como uma forma de se desenvolver o turismo (e não uma tipologia), podendo estar associado ao ecoturismo, ao turismo rural, social, cultural, de praia, de observação ou outros. O principal diferencial é que no Turismo de Base Comunitária a comunidade local é protagonista, atuando no planejamento, execução e gestão da atividade, muitas vezes como empreendedores locais.

O Turismo de Base Comunitária tem se originado a partir de iniciativas locais, que surgem em função da realidade que cada comunidade vivencia, geralmente motivadas pelo interesse dos moradores em se incluir no turismo em busca de alternativa de renda e desenvolvimento local para áreas com potencial turístico. Muitas vezes, inclusive, as comunidades despertam para esta alternativa ao verem sua localidade ou comunidades vizinhas serem exploradas turisticamente por outros atores, o que lhes gera o incômodo por não estarem sendo beneficiados pela atividade. Os processos de implantação e desenvolvimento de iniciativas de TBC são diferenciados de uma localidade para outra, já que estas apresentam contextos territoriais e históricos diferentes e vivem realidades sociais, econômicas, ecológicas, políticas, e com vocações turísticas distintas.

Ora estas iniciativas decorrem claramente de um conflito socioambiental, como a reação a um processo de exclusão social ocasionado pelo turismo convencional ou de massa; ora ocorrem por empreendedorismo de comunidades locais, que visualizam a oportunidade de se inserir no contexto do turismo, oferecendo produtos e serviços aos visitantes. Ora ocorrem a partir de um movimento próprio das comunidades; ora estas ocorrem com o incentivo e apoio de organizações parceiras.

Algumas vezes as iniciativas de TBC acontecem como maneira de afirmação de culturas, proteção de ambientes e paisagens e domínios de territórios por comunidades locais, a partir de conflitos socioambientais que se instalam nas localidades, geralmente por interesses de uso e ocupação do solo por grupos externos e com atividades impactantes, turísticas ou não, a exemplo da implantação de *resorts*, condomínios, carcinicultura, salinas, entre outras. Nesses casos, observa-se que a origem da iniciativa do TBC é mais politizada e carrega maiores relações com a luta pelo território, no sentido, inclusive, da manutenção da propriedade, do poder e domínio. Em outras situações os conflitos não aparecem de forma clara ou não são muito evidentes, sendo mais fácil a compatibilização e complementariedade entre o TBC e o turismo convencional, desde que este não seja massivo e fortemente impactante.

Algumas iniciativas de Turismo de Base Comunitária surgem e se desenvolvem a partir de articulações e impulsos apenas internos das comunidades locais, porém também se observa que muitas iniciativas têm a participação, em sua fase de idealização, implementação ou mesmo na

fase de desenvolvimento, de ao menos uma instituição externa, geralmente alguma organização não governamental (ONG), mas podendo ser também algum ente governamental.

Assim, os distintos processos de instalação e desenvolvimento das iniciativas de TBC resultam em lugares turísticos diferentes, no que se refere ao uso, ocupação, configuração e domínio dos territórios, mas também no que se refere às relações inerentes à atividade turística, em toda sua complexidade socioambiental.

Neste contexto, a pesquisa objetiva analisar como ocorrem os processos de instalação e desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em regiões litorâneas do Nordeste brasileiro. São objetivos específicos: (1) identificar fatores que impulsionam o TBC no litoral do Nordeste; (2) caracterizar os processos de instalação e de desenvolvimento de iniciativas de TBC; (3) comparar o perfil de desenvolvimento das iniciativas de TBC e suas relações com a sustentabilidade em seus contextos turísticos e institucionais.

Levanta-se como hipótese que o Turismo de Base Comunitária em regiões litorâneas contribui efetivamente para a configuração de lugares turísticos mais sustentáveis socioambientalmente. Quando a atividade turística ocorre sem que sejam planejadas estratégias para o desenvolvimento local sustentável, surgem impactos negativos; mas quando esta acontece com o envolvimento efetivo da comunidade, com valorização da cultura local e com consciência ambiental, o turismo contribui efetivamente para a manutenção de um ambiente equilibrado e a melhoria da qualidade de vida das populações locais, o que é decorrente não apenas de aumento de renda, mas sobretudo do fortalecimento da identidade local e do sentimento de pertencimento e empoderamento da comunidade.

Para o atendimento dos objetivos e verificação da hipótese, foram escolhidas três localidades, sendo dado foco a uma iniciativa de TBC em cada uma delas, mesmo se mantendo a atenção para os demais aspectos, movimentos e interfaces da atividade turística de cada lugar. Em Tamandaré, no litoral sul de Pernambuco, foi escolhida a Cooperativa de Trabalho Náutica Ambiental; em Porto de Pedras, no litoral norte de Alagoas, foi escolhida a Associação Peixe-Boi de Condutores do Turismo de Observação do Peixe-Boi Marinho; e em Ponta Grossa, em Icapuí - CE, no litoral leste do Ceará, foi escolhida a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC). Vale destacar que esta última integra a Rede Tucum, que é a Rede Cearense de Turismo Comunitário.

O critério da escolha das áreas foi o fato de que as três localidades são destinos turísticos litorâneos do Nordeste brasileiro, onde já ocorrem iniciativas de TBC, e cujos principais atrativos, associados ao jeito de ser das comunidades locais, são a cultura praieira e os atrativos naturais. Além dessas similaridades, soma-se o fato de que as três áreas escolhidas contam com presença

de Unidades de Conservação. Esses critérios de escolha oferecem uma certa base de semelhança entre elas, para que seja mais coerente a análise comparativa.

Ao mesmo tempo, a escolha das áreas ocorreu também porque se observa que o processo de instalação e desenvolvimento do TBC nas três localidades é diferenciado um do outro, apresentando interfaces e formas de relações diferentes para com outros atores sociais e para com as questões territoriais e institucionais – sendo, assim, pertinente aos objetivos da pesquisa.

Esta pesquisa é de cunho exploratório e caracteriza-se como qualitativa, com visão interdisciplinar, uma vez que trata das múltiplas dimensões dos processos e resultados do Turismo de Base Comunitária, numa abordagem dialética, ao analisar contextos históricos e sociais. Para o alcance dos objetivos propostos, foram traçados e percorridos os procedimentos metodológicos descritos a seguir, que incluíram levantamentos de informações primárias e secundárias, posteriormente trabalhadas de forma complementar.

Para o aprofundamento do conhecimento sobre as abordagens teóricas acerca do tema, inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, com leituras de documentos, artigos, livros e outros tipos de publicações e pesquisas em *sites*, sobre o tema Turismo de Base Comunitária, permeando abordagens sobre inclusão e exclusão social no turismo, sustentabilidade, turismo sustentável, desenvolvimento local, políticas públicas, participação social, entre outras.

Nas áreas de estudo, foram realizadas visitas às três localidades, nas quais foram realizadas observações, conversas informais, registros fotográficos e vivências dos serviços turísticos oferecidos pelas comunidades, além de entrevistas e oficinas.

Visando identificar os fatores que impulsionam o TBC desenvolvido através das iniciativas, caracterizar seus processos de instalação e desenvolvimento e levantar elementos para a análise de suas dinâmicas de organização e funcionamento e da sustentabilidade das iniciativas em seus contextos locais, as principais técnicas de pesquisa utilizadas foram as entrevistas semiestruturadas e as oficinas participativas.

Foram realizadas entrevistas junto aos presidentes das iniciativas de TBC, com o objetivo de perceber, através das falas das lideranças representantes das organizações, como foi o processo de instalação das iniciativas e seus fatores motivadores, as formas de atuação das iniciativas e seus entendimentos sobre o Turismo de Base Comunitária. Para a realização das entrevistas foi utilizado o roteiro que consta no Apêndice A.

Com os mesmos objetivos, foram também realizadas (sempre depois das entrevistas com os presidentes) as oficinas participativas junto aos associados e cooperados das iniciativas de TBC estudadas, sendo que desta vez com a intenção de escutar os demais integrantes, num espaço de expressão coletiva e compartilhada. O perfil dos sujeitos sociais da pesquisa é predominantemente formado por pessoas naturais das localidades, muitos deles pescadores e

prestadores de serviços; apenas em Tamandaré observa-se que parte do grupo não é nativa, mas a maioria mora lá e é integrada na dinâmica social do lugar.

Para a oficina foram utilizadas algumas técnicas de facilitação, que contribuíram para a condução e sistematização da experiência, baseado no modelo de abordagens participativas, conforme relato metodológico que pode ser observado no Apêndice B.

Foram ainda realizadas entrevistas junto aos secretários municipais de turismo, com o objetivo de perceber seus entendimentos sobre o TBC na localidade e conhecer as estruturas de planejamento e gestão do turismo nos municípios. Para a realização das entrevistas foi utilizado o roteiro que consta no Apêndice C.

Ao todo, foram realizadas três entrevistas junto aos presidentes das organizações, três entrevistas junto aos secretários de turismo e três oficinas junto aos associados e cooperados. Cada uma dessas atividades teve uma duração média de duas horas. Para melhor visualização, segue abaixo um quadro no qual constam as iniciativas e os períodos das visitas, momentos em que foram realizadas todas as atividades de campo.

Quadro 01: Períodos das visitas para a realização das atividades de campo nas áreas estudadas

Localidade	Instituição / Iniciativas de TBC estudadas	Períodos
Tamandaré/PE	Cooperativa de trabalho Náutica Ambiental	21/07/2014 12/09/2014 12/01/2015
Porto de Pedras/AL	Associação de Condutores dos Turismo de observação do Peixe-Boi Marinho	11 a 14/11/2014
Icapuí/CE (Praia de Ponta Grossa)	Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa	14/08/2013 09 a 12/12/2014

Sendo essa uma pesquisa qualitativa e tendo em vista a riqueza das informações obtidas através das diversas técnicas empregadas, optou-se por utilizar como método de análise a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1979), análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações que visam obter indicadores que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção de mensagens.

De acordo com Gomes (*in* Minayo, 2013), para a realização da análise de conteúdo devem ser definidas categorias de análises, que podem partir de critérios semânticos/temáticos, sintáticos, léxicos ou expressivos. Nesta pesquisa adotou-se a categorização temática, tendo como referência os parâmetros/dimensões da sustentabilidade: sociocultural, ecológica, econômica e político-institucional. Para cada uma dessas categorias temáticas de análise foram

estabelecidos como elementos constitutivos aspectos relacionados às características e princípios do Turismo de Base Comunitária, como pode ser observado do quadro a seguir:

Quadro 02: Categorização temática adotada para a análise de sustentabilidade das iniciativas de TBC

PARÂMETROS DE SUSTENTABILIDADE DA INICIATIVA DE TBC (CATEGORIAS DE ANÁLISE)	ASPECTOS RELACIONADOS ÀS CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DO TBC (ELEMENTOS CONSTITUTIVOS)
SOCIOCULTURAL	Valorização da cultural local - modo de vida e cultura local como atrativos turísticos.
	Trocas positivas com os visitantes - interação visitante/comunidade anfitriã.
	Solidariedade/cooperação.
	Inserção de mulheres e jovens.
	Envolvimento em projetos socioambientais comunitários.
ECOLÓGICO	Uso sustentável de recursos naturais / ambiente e ecossistemas locais como atrativos.
	Atividades e técnicas de mínimo impacto ecológico.
	Cuidados com a água, lixo, energia.
ECONÔMICA	Aumento de geração de trabalho e renda.
	Número de pessoas beneficiadas diretamente.
	Complementariedade da atividade turística em relação às atividades tradicionais locais.
	Gestão de recursos - viabilidade financeira
POLÍTICO-INSTITUCIONAL	Autonomia - nível de controle pela comunidade.
	Relações de parcerias.
	Participação em espaços de políticas públicas.
	Gestão territorial - domínio/acesso ao território.
	Gestão institucional.

Elaborado por Maíra Braga, 2015.

Assim, de forma complementar e integrada, no contexto da análise de conteúdo, são aqui relacionados dois conceitos fundamentais e norteadores, considerados premissas desta pesquisa qualitativa: o de sustentabilidade e o de Turismo de Base Comunitária. A escolha dessa categorização temática decorreu do entendimento de que o Turismo de Base Comunitária é uma alternativa para o desenvolvimento sustentável de localidades com potencial turístico, como são as experiências aqui estudadas.

Desta forma, essa categorização visou proporcionar a análise da adequação das características das iniciativas de TBC aos parâmetros da sustentabilidade, de maneira que as categorias temáticas de análise e os elementos constitutivos selecionados servem de referência para a análise das três iniciativas pesquisadas, considerando seus processos de instalação e de desenvolvimento.

É válido frisar que para esta análise, se manteve o olhar principal nas três iniciativas de TBC estudadas (as duas associações e a cooperativa), porém entendendo-as nas suas relações com seus contextos de existência e atuação nas suas realidades territoriais locais.

O tema Turismo de Base Comunitária, centralidade desta pesquisa, apresenta relevância acadêmica, tendo em vista que é relativamente recente e, portanto, ainda pouco estudado, observando-se uma carência de mais materiais técnico-científicos nesta área. Destaca-se também o fato de que esta é uma pesquisa que exercita a interdisciplinaridade, inerente à própria temática, como também decorrente da metodologia adotada, que proporcionou a verificação nas práticas das iniciativas e diálogos destas com suas realidades e atores sociais locais, acerca das diversas dimensões da sustentabilidade, incluindo aspectos sociais, culturais, ecológicos, econômicos, políticos e institucionais. Considerando que esta dissertação é apresentada no âmbito do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente, que é um programa regional e interdisciplinar, considera-se também que a pesquisa apresenta contribuições, tendo em vista que aborda de forma articulada experiências em localidades de três estados do Nordeste brasileiro.

É também um tema de forte relevância social, considerando que o TBC pode ser uma importante estratégia para o desenvolvimento local sustentável, ampliando as possibilidades de renda, valorização de culturas e ambientes locais, inserção social e empoderamento comunitário, contribuindo também para reflexões que conduzam a sociedade a um pensamento de um paradigma de desenvolvimento mais justo e equilibrado.

A pesquisadora, turismóloga e especialista em gestão ambiental, vem se dedicando a temas relacionados a turismo sustentável, desenvolvimento local e Unidades de Conservação desde sua graduação, em 2002, quando realizou sua monografia com o tema ecoturismo em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural; e em sua especialização, em 2004, quanto também pesquisou sobre ecoturismo, na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Desde então atua em ONGs, com abordagens socioambientais, incluindo processos participativos relacionados ao turismo sustentável e outras estratégias de conservação e desenvolvimento local. Dentre as áreas estudadas, a pesquisadora teve uma vivência maior com a experiência de Porto de Pedras (AL), quando em 2011 coordenou e executou na localidade um projeto de turismo sustentável, o “Projeto Peixe-Boi: conhecer para proteger”, trabalhado na localidade pela Fundação Mamíferos Aquáticos (da qual é também pesquisadora associada), com o apoio da TAM Linhas Aéreas. Desta experiência vem boa parte dos anseios para a realização desta pesquisa.

A dissertação é apresentada em quatro capítulos. O primeiro traz o referencial teórico, fazendo uma discussão ampla sobre a atividade turística e seus possíveis impactos, Turismo Sustentável e de Base Comunitária, desenvolvimento local, economia solidária, políticas públicas e participação social. O segundo capítulo apresenta a caracterização das áreas de estudo,

fazendo uma contextualização ambiental e turística, incluindo informações sobre Unidades de Conservação existentes nas localidades e suas interfaces com o turismo. O terceiro aborda as iniciativas de TBC e seus processos de instalação e de desenvolvimento, trazendo elementos que permitem a análise da dinâmica de organização e funcionamento das iniciativas e do entendimento das comunidades locais sobre TBC. O quarto apresenta uma análise dos parâmetros de sustentabilidade frente às práticas das iniciativas e seus contextos turísticos locais. Por fim, são apresentadas as considerações finais, que destacam conclusões da pesquisa, ressaltando reflexões que podem servir como referências para o aprimoramento de práticas de TBC e políticas públicas de turismo.

Por fim, espera-se que as reflexões e sistematizações realizadas nesta pesquisa possam contribuir para o desenvolvimento das iniciativas estudadas, assim como para outras iniciativas de TBC e para discussões teóricas e formulação de políticas públicas que envolvam essa temática.

1. DA COMPLEXIDADE DO TURISMO AO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA COMO ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Este capítulo apresenta uma discussão teórica e conceitual acerca do turismo enquanto atividade socioeconômica complexa, complementada por reflexões sobre o contexto do turismo no litoral do Nordeste brasileiro, as formas como esta atividade ocorre, suas relações com o desenvolvimento local sustentável e o Turismo de Base Comunitária como alternativa nesta perspectiva.

A abordagem parte da conceituação de turismo, da menção às principais tipologias de turismo relacionadas às áreas estudadas e do planejamento com vistas a minimizar os possíveis impactos negativos e, ao mesmo tempo, potencializar os benefícios que podem ser gerados pela atividade. Buscando melhor compreender o turismo em sua relação com a sustentabilidade, são realizadas abordagens sobre desenvolvimento local, turismo responsável, processos de inclusão e exclusão social, políticas públicas e participação social no turismo. Por fim, é dado foco no Turismo de Base Comunitária, falando-se sobre o contexto do TBC, seus conceitos e princípios e alguns exemplos.

1.1 TURISMO

Serão aqui apresentados o entendimento sobre turismo, algumas tipologias, possíveis impactos e a importância do planejamento turístico.

1.1.1 Conceituando turismo

Como fenômeno complexo, o turismo abrange as esferas sociais, culturais e econômicas, apresentando interfaces diversas com o ambiente ecológico e sociocultural onde ocorre, incluindo suas relações com os territórios, ecossistemas, paisagens, populações locais e visitantes, assim como também com os operadores do turismo e as estruturas dos poderes públicos relacionados.

Desde que se iniciaram os estudos sobre o turismo, foram formulados diversos conceitos, mas até hoje não há um consenso, sendo apresentadas diversas abordagens complementares. A primeira definição de turismo surgiu em 1911, destacando inicialmente o aspecto econômico da atividade. Segundo o economista austríaco Hermann Von Schullern (*apud* Barretto, 1995, p.9),

“turismo é um conceito que compreende todos os processos, especialmente econômicos, que se manifestam na chegada, na permanência e na saída do turista de determinado município, país ou estado.”

De acordo com Beni (1998, p.36), a definição de turismo segue três possíveis tendências: a econômica, na qual são destacadas fundamentalmente suas implicações empresarias e econômicas; a técnica, que surge da preocupação das organizações governamentais e das empresas de turismo em mensurar o tamanho e a natureza dos mercados turísticos; e a holística, que tende a ser mais consistente, buscando abranger a essência total do assunto, permitindo abordagens interdisciplinares e multidisciplinares do estudo do turismo. Para a abordagem desta pesquisa, a tendência holística é a que mais se adequa.

Um exemplo da definição holística foi apresentado por Beni, ao afirmar que o turismo é uma

“atividade socioeconômica que envolve deslocamentos que têm os mais diversos motivos, onde o turista permanece por um período superior a 24 horas e realiza gastos no local visitado, movimentando uma grande cadeia produtiva, adquirindo e aprendendo os costumes e tradições da população local.” (Beni, 1998, p. 37)

Embora não haja uma definição única, vale destacar também a conceituação dada pela Organização Mundial de Turismo, que define o turismo como:

“as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.” (OMT, 1994)

Apesar de que alguns autores condicionam o conceito de turismo ao caráter de não negócio e atividades não lucrativas, vê-se que a OMT já considera esta possibilidade, pois inclui, no conceito apresentado, as atividades com fins de negócios. Observa-se também que atualmente o turismo de negócios é um segmento crescente em todo o mundo.

Outros autores colocam que a viagem turística deve proporcionar a interação e o intercâmbio cultural, a geração de recursos para as localidades receptoras e não deve ter duração inferior a 24 horas e superior a um ano. Os visitantes que passam menos de 24 horas fora de sua residência podem ser chamados de excursionistas; e aqueles que passam mais do que 24 horas e, portanto, fazem pernoite no destino, são chamados de turistas. Tanto excursionistas como turistas são considerados visitantes.

Para a compreensão da abordagem desta pesquisa, serão utilizados os termos “turistas” e “visitantes” indiscriminadamente, entendendo que às vezes ocorre que pessoas visitam as áreas objeto deste estudo com objetivos turísticos, mas passam ali menos de 24 horas, pois em algumas ocasiões vão às localidades compartilhando o tempo com outras praias e localidades vizinhas. Da mesma forma, comportam-se e são tratados como turistas.

1.1.2 Tipologias do turismo

Em função da complexidade do turismo, atividade socioeconômica que envolve no seu sistema relações com diversos ambientes, realidades, atores sociais, estruturas e expectativas, e visando a facilitação do planejamento turístico, com definição de estratégias de abordagens para cada perfil de público-alvo e vocação turística de cada localidade, convencionou-se estabelecer a segmentação do turismo. Essa segmentação origina as diversas tipologias do turismo, que podem ser classificadas por variados critérios, como origem ou faixa etária dos visitantes, perfil do grupo, fluxo emissivo ou receptivo, localização geográfica (rural, urbano ou de praia) ou quanto à motivação.

Considerando o litoral da região Nordeste, área de interesse dessa pesquisa, são aqui ressaltadas algumas tipologias do turismo:

- a) Turismo de sol e praia: também chamado de turismo de sol e mar, litorâneo, de balneário, ou costeiro, para fins de formulação de políticas públicas considera-se que “constitui-se das atividades turísticas relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor.” (BRASIL, 2008, p. 43)
- b) Turismo náutico: é a movimentação turística realizada com o uso de embarcações, podendo ser fluvial, em represas, lacustre ou marítimo. Pode envolver cruzeiros, passeios, excursões e viagens via quaisquer tipos de embarcações náuticas para fins turísticos. (BRASIL, 2008, p. 34)
- c) Ecoturismo: “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista, através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar e a participação ativa das populações envolvidas”. (EMBRATUR, 1994, p.19).
- d) Turismo de observação: “é o segmento do ecoturismo onde o ecoturista vai para alguma área natural e passa a observar sua beleza, contemplando-a, ou especificamente algum ou alguns de seus elementos, como as aves, os mamíferos, como por exemplo as baleias”. (ultimaarcadenoe, 2014)
- e) Turismo cultural: “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.” (MTUR, 2008, p.16).
- f) Turismo pedagógico: “caracterizado primordialmente por viagens de estudo ao meio, é uma ferramenta de auxílio para a construção da percepção da realidade por parte dos alunos, uma vez que lhes permite entrar em contato com a realidade concreta. Além disso, é capaz de gerar maior interação entre os participantes e o meio visitado.” (newadventureeventos, 2014).

- g) Turismo de charme: segmento que se expressa sobretudo através de uma hotelaria diferenciada, que busca valorizar a beleza natural e o patrimônio cultural dos lugares, prioriza o atendimento de qualidade e personalizado, e cujos empreendimentos geralmente localizam-se em locais longe de centros urbanos, aliando charme e responsabilidade socioambiental. (MOTA; SILVA, 2010);

As denominações Turismo de Base Comunitária, Turismo de Base Local e Turismo Comunitário geralmente são utilizadas como sinônimos. Nesta pesquisa será adotada a denominação Turismo de Base Comunitária, entendida aqui com o mesmo significado das demais. Vale ressaltar, entretanto, que o Turismo de Base Comunitária, cuja discussão conceitual será trabalhada de forma detalhada no item 1.4.2, não é considerado um tipo de turismo, e sim deve ser compreendido como uma forma de se desenvolver o turismo, podendo estar associado a diversas tipologias, como ao ecoturismo, ao turismo rural, social, cultural, de praia, náutico, pedagógico ou de observação, por exemplo. Inclusive ele pode ser desenvolvido em ambientes litorâneos, rurais ou urbanos. Da mesma forma, como é abordado mais detalhadamente no item 1.2.2, o turismo sustentável e o turismo responsável também não são tipos de turismo, e sim formas de se praticar o turismo.

Outro conceito recente que tem sido utilizado também para esta forma de se desenvolver o turismo, na perspectiva da sustentabilidade, responsabilidade e inserção comunitária é o turismo de experiência, que valoriza interações entre os visitantes e comunidades locais, incluindo a vivência de culturas e realidades socioambientais das localidades visitadas. De acordo com Trigo, “para ser uma experiência, a viagem precisa superar a banalidade, os aspectos triviais, estereotipados e convencionais e estruturar-se como uma experiência que nasça da riqueza pessoal do viajante em busca de momentos e lugares que enriqueçam sua história.” (Trigo *in* Netto, 2010, p. 35)

Observa-se que os turistas cada vez mais desejam sensações diferenciadas nas suas viagens. Mais do que descanso e diversão, buscam também viver momentos marcantes, inesquecíveis. “Infere-se uma reorientação da experiência turística, trocando a massificação por uma vivência autêntica, mais próxima da realidade local (tanto da comunidade, quanto dos espaços, significados por seus usos tradicionais). Reside aí a essência do turismo comunitário, prática da visitação intencional à ‘alma’ do lugar e das pessoas que o habitam”. (Faria *in* Netto, 2010, p. 119).

Assim, o turismo de experiência muito dialoga com a filosofia do Turismo de Base Comunitária, de forma a enriquecer as vivências tanto dos visitantes quanto das comunidades receptoras.

1.1.3 Possíveis impactos e a importância do planejamento turístico

O turismo está fortemente relacionado ao meio ambiente, tendo em vista que são os elementos naturais e socioculturais que são a base da atividade turística, os quais constituem os espaços onde a atividade ocorre e, muitas vezes, o fator motivacional para a presença dos visitantes.

A atividade turística está integrada às paisagens, compostas pelos diferentes ecossistemas e relações sociais que incidem nos ambientes. Muitos dos destinos turísticos são reconhecidos pelas suas belezas cênicas, com atributos naturais e culturais destacados. É o que ocorre no litoral, por exemplo, que apresenta diversos destinos turísticos, nos quais a atratividade está não apenas nas paisagens e na oportunidade de lazer na praia, mas também na cultura litorânea e pesca.

Entre todos os ambientes naturais, o litoral é sem dúvida o mais importante destino turístico mundial. A zona costeira tem poder atrativo ligado à presença do próprio mar, seu encontro com o continente, as características climáticas especiais (...), as riquezas biológicas, que se traduz em uma oferta de produtos pesqueiros abundantes e tornam a culinária rica e saborosa, as possibilidades múltiplas de esportes aquáticos e, sobretudo pela sua exuberante beleza natural traduzida em uma diversidade de ambientes litorâneos. (VASCONCELOS *et al*, 2012, p. 337)

Por ser o turismo uma atividade capaz de gerar impactos tanto positivos quanto negativos, quer sejam ecológicos, sociais ou culturais, ações de planejamento que visem à sustentabilidade são importantes para proporcionar o desenvolvimento do turismo de forma equilibrada, conservando e valorizando o patrimônio cultural e natural da região, para que seus resultados sejam positivos e contribuam para a qualidade de vida das comunidades receptoras e visitantes.

Segundo Ruschmann & Widmer (2001), planejamento turístico

“é o processo que tem como finalidade ordenar as ações humanas sobre uma localidade turística, bem como direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando efeitos negativos nos recursos que possam destruir ou alterar sua atratividade.” (RUSCHMANN & WIDMER In: ANSARAH, 2001, p.67)

Assim, o planejamento é fundamental para o ordenamento dos territórios turísticos, visando os benefícios, e para a minimização dos possíveis impactos negativos decorrentes da atividade. Os atores sociais locais precisam se preparar para um incremento do turismo de forma planejada, visando minimizar os eventuais impactos negativos e maximizar potenciais efeitos positivos da atividade, inclusive mantendo seus fatores de atratividade, geradores do fluxo de visitantes. Neste sentido, quando uma comunidade opta por desenvolver a atividade turística no local, deve contar com riscos e potenciais impactos socioambientais negativos, aos quais pode se antecipar para evitá-los ou minimizá-los.

“Não podemos negligenciar o fato de que o incremento do turismo vai gerar mais empregos e melhorar a renda da população autóctone, mas provocará também mudanças nos hábitos e costumes locais. A esse conjunto de alterações chamamos de impactos socioambientais do turismo, que merece atenção cuidadosa”. (VASCONCELOS *et al*, 2012, p. 339)

É possível prever alguns dos impactos, planejar o seu tratamento e controlá-los mediante técnicas e estratégias. Quanto mais estas estratégias sejam formuladas e implantadas com a participação social local e com base na realidade e ativos sociais locais, mais forte ela será, até por que o envolvimento da comunidade de forma consciente nas discussões e planejamentos turísticos já se constitui, por si só, em uma forma de minimizar impactos negativos e ampliar os benefícios locais.

Caso o turismo não seja baseado em estratégias para o desenvolvimento local sustentável, surgem problemas como a degradação do patrimônio natural e cultural; exclusão da população local; desvalorização de culturas tradicionais; desvirtuação de valores, hábitos e costumes; conflitos de uso e ocupação do solo; interferências negativas na paisagem e a destruição da própria atratividade local.

Entretanto, a atividade turística, quando bem planejada, é capaz de contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, ampliar a renda, promover a sensibilização e consciência ambiental das comunidades locais e visitantes e promover a valorização da cultura local. Quando é desenvolvido com base local e de forma complementar às atividades tradicionais, o turismo inclusive contribui para o fortalecimento da identidade e o sentimento de pertencimento em relação ao lugar.

1.2 TURISMO E SUSTENTABILIDADE

Este item aborda a atividade turística em sua interface com as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável local e traz a discussão sobre o turismo sustentável e o turismo responsável.

1.2.1 Turismo e Desenvolvimento Sustentável Local

A preocupação com a questão ambiental tem se intensificado desde a década de 1970, quando se percebeu que o crescimento econômico alcançado por alguns países e almejado por outros tem acarretado sérias consequências para o meio ambiente e para a sociedade. Diante da constatação de que os recursos naturais são limitados, da degradação ambiental, do crescimento populacional e da concentração de riquezas, começou-se a perceber que o desenvolvimento econômico não é garantia de qualidade de vida. Nessa época como uma crítica à visão capitalista e mecanicista do dito desenvolvimento, surgiu o Ecodesenvolvimento como uma nova concepção,

que passou a incorporar a ecologia e a noção de ambiente aos processos de desenvolvimento, compreendendo que estes deveriam ser centrados na cultura dos grupos sociais e na apropriação dos recursos naturais pela comunidade. Surgiram a partir daí as primeiras discussões, mundialmente, sobre sustentabilidade, a partir do questionamento do modelo de desenvolvimento capitalista vigente, que faz com que excessos de riquezas e de pobreza colaborem para a exclusão social e para a destruição do planeta, num processo de privatização dos lucros e socialização das perdas. (DIAS, 2009; Silva & Rodriguez, 2013)

Mas não é suficiente apenas o reconhecimento de que muitas práticas adotadas na busca do crescimento econômico são extremamente nocivas aos recursos naturais, às comunidades locais e à humanidade como um todo. É preciso reconhecer a necessidade e possibilidade de mudanças de paradigmas quanto aos padrões de consumo, relações sociais e formas de lidar com o ambiente. Faz-se necessário uma reformulação nas expectativas e políticas de desenvolvimento, para encontrar alternativas para os modelos capitalistas e insustentáveis até agora utilizados.

Neste contexto, os gestores e executores do turismo possuem uma considerável parcela de responsabilidade, pois seu desenvolvimento, enquanto atividade socioeconômica de grande potencial, provoca transformações nas realidades sociais, nos ecossistemas e nas paisagens, podendo, se não planejado na perspectiva da sustentabilidade, ocasionar a redução da biodiversidade e a descaracterização do ambiente, das paisagens, das culturas e das identidades locais. É o que ocorre muitas vezes quando o turismo é realizado visando grandes volumes de visitantes, na ótica meramente capitalista, e na intenção da maximização e concentração dos lucros, sem primar pela qualidade das experiências e pela ampliação dos benefícios locais, nos diferentes processos e relações inerentes à atividade.

Assim, o turismo convencional ou de massa passou a ser duramente criticado por sua orientação não-local e pelo fato de que pouco do dinheiro gasto na região é efetivamente revertido em benefícios para as populações locais. Decorrente dessa insatisfação, se começou a pensar numa forma mais benéfica socioambientalmente de se desenvolver o turismo, o que inicialmente chamou-se de turismo alternativo. De acordo com Krippendorf (*apud* Fennel, 2002, p.21), o turismo alternativo teve como filosofia

"(...) garantir que as políticas de turismo não se concentrassem apenas nas necessidades econômicas e técnicas, mas enfatizassem a demanda por um ambiente não degradado e a consideração das necessidades da população local".

O turismo alternativo busca um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e justo e almeja um novo paradigma de consumo e de relação com os ambientes e com as pessoas, tendo suas bases no chamado desenvolvimento sustentável.

As expressões desenvolvimento sustentável e sustentabilidade têm sido bastante discutidas desde a década de 1980, a partir de diversas perspectivas. A primeira menção ao desenvolvimento sustentável surgiu em 1987, durante a II Conferência de Educação Ambiental, em Moscou, que gerou o Relatório de Brundtland, também chamado de Nosso Futuro Comum. Segundo a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, que elaborou este relatório,

“O desenvolvimento sustentável é entendido como um processo de transformação, no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação da evolução tecnológica e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas”. (ONU, 1987)

Em 1995 Sachs (SANTOS *in* Coriolano, 2003, p.162) imprimiu ao desenvolvimento as noções de “durável ou viável a partir de um enfoque que responde a três critérios fundamentais: a) primazia da equidade social; b) respeito às regras e prudência ecológica; e c) eficiência econômica”. Esses critérios formam o tripé fundamental da sustentabilidade, fazendo referência às questões sociais, ecológicas e econômicas – fatores estes que são fundamentais que sejam observados no planejamento turístico e processos de desenvolvimento de iniciativas. O desenvolvimento sustentável, portanto, presume o equilíbrio entre essas dimensões, numa visão sistêmica, integrada e interdependente.

Considerando a complexidade do sistema e da rede de relacionamentos dos elementos que o compõem, assim como os diversos enfoques e perspectivas da aplicação prática e análise da sustentabilidade, de acordo com cada realidade e abordagem, as formulações teóricas sobre sustentabilidade foram ampliadas, fazendo referência a outras dimensões. O próprio Sachs (1997), passa a abordar o desenvolvimento sustentável a partir de cinco dimensões: social, econômica, cultural, ambiental e espacial. Guimarães (2003) amplia o olhar e aborda sete dimensões da sustentabilidade: ecológica, ambiental, demográfica, cultural, social, política e institucional. (MARTINS; CÂNDIDO, 2008)

De toda forma, a sustentabilidade discutida busca indicar a manutenção e permanência de elementos ou iniciativas, no sentido de condição de continuidade, numa relação de relativo equilíbrio entre as diversas dimensões. Muitas vezes as análises de sustentabilidade se baseiam em indicadores e parâmetros de sustentabilidade, que fazem relações com as dimensões. Nessa pesquisa, para a realização da análise da sustentabilidade das iniciativas de Turismo de Base Comunitária, foi feita uma adequação das dimensões, definindo-se como categorias de análises os parâmetros socioculturais, ecológicos, econômicos e político-institucionais. Tal definição decorreu da avaliação do que seria mais aplicável para a verificação da sustentabilidade com foco nas práticas de TBC, considerando as características e princípios inerentes ao TBC.

Embora desde a década de 1990 o conceito de desenvolvimento sustentável tenha passado gradativamente a ser mais utilizado no mundo inteiro, observa-se que este termo enfrenta muitas críticas e questionamentos. Como a palavra “desenvolvimento” foi bastante utilizada desde a fase pós Segunda Guerra, período de grande crescimento econômico e industrialização, no qual prevalecia a visão do desenvolvimento a qualquer custo e progresso ilimitado, autores como Angel Maya (1996) e Clóvis Cavalcanti (1994) entendem que a expressão Desenvolvimento Sustentável é contraditória e inadequada. Interpretam que este é um termo impregnado da concepção econômica, de progresso, exploração e desigualdade social - fatores estes considerados incompatíveis com a sustentabilidade. Para eles, não há a possibilidade de haver desenvolvimento e ao mesmo tempo sustentabilidade, sendo este um conceito utópico. (Silva & Rodriguez, 2013).

Outros autores discutem e ratificam a ideia de desenvolvimento sustentável, buscando respaldar práticas baseadas nos princípios da sustentabilidade. Essas práticas podem estar no dia-a-dia pessoal, comunitário ou corporativo, com estratégias de gestão ambiental e de desenvolvimento social, por exemplo.

É possível pensar a noção de desenvolvimento a partir do paradigma da complexidade sistêmica, conforme afirmam Silva e Rodriguez (2013), compreendendo desenvolvimento como a melhoria de uma entidade ou organização, numa rede complexa de componentes, em busca de coesão, adaptabilidade e sobrevivência do conjunto. Segundo estes autores, existem diferentes concepções sobre a noção de desenvolvimento, podendo apresentar o foco nos aspectos econômicos, sociais, territoriais ou de articulação. Para a abordagem desta pesquisa, considera-se importante o entendimento da concepção de articulação, baseada no pensamento de Fischer (1989):

“A concepção de articulação enuncia o desenvolvimento como o processo de articulação das estruturas políticas, sociais, econômicas e ambientais de certo território (país ou região) para a mobilização mais completa das potencialidades, por meio de processos relacionados ao alcance de certos propósitos (igualdade, crescimento, sustentabilidade). Isso tem o objetivo de garantir o bem-estar da população” (SILVA; RODRIGUEZ, 2013, p.37).

Desta forma, a noção de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável levantou o debate sobre o desenvolvimento local, na escala humana, ampliando-se o horizonte das abordagens e da expectativa de desenvolvimento para além da visão econômica e ampliando os diálogos entre os diversos atores sociais. É nessa perspectiva que é trabalhado o Turismo de Base Comunitária, uma forma de turismo alternativo, que visa a sustentabilidade socioambiental.

Desenvolvimento local ou na escala humana são também expressões que têm sido utilizadas para abordagens sobre o desenvolvimento de localidades, na perspectiva da

sustentabilidade, envolvendo processos de empoderamento das comunidades, estímulo a atividades econômicas produtivas e participação social. Segundo Zapata (2000),

“os três eixos do desenvolvimento local - formação do capital humano e social, o desenvolvimento produtivo do território e a concertação para a gestão participativa, nas suas interdependências e complementariedades – devem favorecer a visão de futuro dos atores locais.” (ZAPATA, 2000, p. 43).

Agregando processos de valorização das culturas, identidades, inclusão, participação e potencialização de arranjos produtivos locais em consonância com a conservação ambiental, as estratégias de desenvolvimento local visam o alcance de uma nova territorialidade, com contextos socioambientais equilibrados, onde as comunidades obtenham renda, mas ao mesmo tempo melhorem socialmente.

Nos processos de desenvolvimento local, as parcerias, trocas e trabalhos em redes de ajuda mútua são considerados importantes, por fortalecerem os laços entre os atores sociais das comunidades e ajudarem a viabilizar ações na perspectiva do desenvolvimento local sustentável. Em alguns casos, a economia capitalista é minimizada pela economia solidária.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, economia solidária é

“um jeito diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que é preciso para viver sem explorar os outros, sem querer levar vantagem, sem destruir o ambiente, cooperando, fortalecendo o grupo, cada um pensando no bem de todos e no próprio bem” (Mte, 2014)

Também Silva e Rodriguez (2013), ao abordarem os modelos econômicos no contexto da discussão sobre sustentabilidade, com base em Arruda (2004), destacam alguns pressupostos da economia solidária: (1) a sociedade civil procura o empoderamento para construir os sujeitos de seu próprio território; (2) a colaboração solidária é a forma predominante da relação social; (3) há um projeto comum de respeito mútuo e desenvolvimento de cada cidadão e comunidade; (4) a democracia é um espaço socioeconômico dirigido pelo compartilhamento e essencial na matriz de ações; (5) todos são lideranças legítimas, que compartilham responsabilidade pela tomada de decisões.

Na reestruturação paradigmática dos processos de desenvolvimento com sustentabilidade, deve-se ter em conta os seguintes aspectos: democracia, participação, justiça social, informação, controle e gestão social, investimentos sociais e desenvolvimento socioterritorial. (Zapata, 2000)

É neste contexto que estão o turismo alternativo, sustentável e de base comunitária, que consistem em alternativas para o desenvolvimento local, com a utilização de ambientes de forma sustentável, visando um maior comprometimento com o patrimônio natural e cultural dos destinos, além da participação efetiva das comunidades locais durante os processos.

1.2.2 Turismo Sustentável e Turismo Responsável

O Turismo Sustentável decorre da relação turismo - meio ambiente, entendendo-se aí ambiente de forma ampla, em seus aspectos ecológicos, espaciais, socioeconômicos e político-institucionais. Ocorre na perspectiva do novo paradigma, baseado no ideal do desenvolvimento local sustentável, como um conceito que surgiu a partir do turismo alternativo.

O Acordo de Mohonk, estabelecido em 2000, nos Estados Unidos, durante um evento internacional com a participação de representantes de vinte países, conceituou Turismo Sustentável como “aquele que busca minimizar os impactos negativos ambientais e sócio-culturais, ao mesmo tempo que promove benefícios econômicos para as comunidades locais e destinos.”

Roberto Mourão, do Instituto Ecobrasil, apresenta outros aspectos, quando afirma que Turismo Sustentável é todo tipo de turismo, podendo ser baseado em recursos naturais ou humanos, que contribui para o desenvolvimento sustentável de uma localidade. (ECOBASIL, 2014)

Pode-se dizer, portanto, que o Turismo Sustentável não é um tipo de turismo, mas uma forma de planejar e praticar a atividade turística. Assim, as diversas tipologias do turismo, sejam elas desenvolvidas em ambientes litorâneos, rurais ou urbanos, e com quais quer que sejam as motivações dos fluxos de visitantes, devem buscar atender aos princípios da sustentabilidade em suas práticas.

Buscando contribuir para o planejamento turístico e almejando uma prática positiva, o Conselho Brasileiro para o Turismo Sustentável – CBTS estabeleceu os seguintes princípios do Turismo Sustentável: respeito à legislação vigente; garantia dos direitos das populações locais; valorização do patrimônio, valores e culturas locais; sustentabilidade da atividade; desenvolvimento social e econômico dos destinos turísticos; conservação do ambiente natural, planejamento e gestão responsável. (VITAE CIVILIS, 2003 p. 53)

Alguns autores, por questionarem o termo “sustentável”, e focando mais os aspectos ecológicos, fazem referência ao Turismo Responsável, que muito se assemelha e apresenta-se de forma complementar ao Turismo Sustentável. Segundo o WWF-Brasil, turismo responsável é “aquele que mantém e, onde possível, valoriza os recursos naturais e culturais nos destinos” (2001, p. 18). São considerados princípios do Turismo Sustentável: fazer parte de um desenvolvimento sustentável amplo e de suporte à conservação; usar os recursos naturais de modo sustentável; eliminar o consumo insustentável e minimizar a poluição e o desperdício; respeitar as culturas locais e promover oportunidades e benefícios às comunidades locais; e ser informativo e educacional.

1.3 TURISMO E SOCIEDADE

Na perspectiva de melhor compreender a relação turismo-sociedade, aqui são abordados alguns aspectos que nos levam à reflexão de como o turismo influencia em processos de inclusão/exclusão social e na configuração de espaços, como também de que maneira as políticas públicas e o exercício da participação social interferem nas formas de turistificação dos lugares, contribuindo em maior ou menor grau para a ampliação de benefícios socioeconômicos locais.

1.3.1 Inclusão e exclusão social e a configuração de espaços turísticos

Os processos de inclusão e exclusão social ocorrem de forma simultânea na configuração e reprodução da economia mundial capitalista, evidenciando os limites e as contradições deste modelo de desenvolvimento, que proporciona a alguns e nega a outros o acesso a bens e serviços (essenciais e às vezes nem essenciais, como o turismo) oferecidos pelo mercado. Tais contradições se reproduzem nas diversas dimensões da vida, como no trabalho, no consumo, ou mesmo na oportunidade de produzir ou usufruir o turismo que, quando espaço de valorização do capital, também segue a regra de inclusão/exclusão, seguindo a concorrência oligopolista (CORIOLANO, 2005).

O turismo é uma atividade social, mas também econômica que, ao mesmo tempo em que gera empregos, renda e divisas, se utiliza de paisagens e ambientes como objetos de consumo, tendo a capacidade de produzir e reproduzir espaços, criando lugares turísticos. Dependendo de como a dinâmica do turismo seja trabalhada, ela tem a capacidade de gerar lugares turísticos de interações positivas ou de subverter lugares, mudando suas funções prioritárias e suas características, fazendo com que lugares de convívios passem a ser meros lugares de consumo.

Pode-se dizer que a turistificação dos espaços muitas vezes é feita por grupos hegemônicos, de maneira que as comunidades locais geralmente não são responsáveis por capitanear esta atividade, impondo-se relações de poder e de interesses.

No litoral do Nordeste brasileiro este processo tem sido desenvolvido, historicamente, de forma excludente, fazendo emergir conflitos socioambientais, que muitas vezes implicam em lutas pelos territórios onde as atividades e empreendimentos turísticos se instalam. Os usos e ocupações de áreas com significativa beleza por empreendimentos privados, como grandes hotéis e casas de veraneio de classes sociais mais abastardas, têm desprestigiado as comunidades locais, que muitas vezes são levadas a perderem seus espaços à beira da praia e pouco são incluídas ou beneficiadas pelas atividades do turismo. No caso do litoral, o afastamento das comunidades pesqueiras da beira das praias significa não apenas ameaças à perda de território enquanto espaço de vida, mas também impactos quanto à cultura e identidade das comunidades locais.

Neste contexto, vale observar o que se entende por conflito socioambiental. Little (2006), baseado na ecologia política, definiu como um embate entre grupos sociais que é gerado a partir de distintas formas de relacionamentos com seu meio social e natural, no qual cada um tem seu meio de adaptação, ideologia e modo de vida específico, que se diferencia e se confronta com as formas de outros grupos lidarem com suas realidades, formando a dimensão social e cultural no conflito socioambiental.

Desta forma, observa-se que também na configuração do espaço turístico as contradições se revelam ou se impõem, determinando territórios e conflitos, a partir das relações de poder. Segundo Coriolano,

“Compreender as formas de incluir e excluir e as relações de poder na produção do espaço turístico implica necessariamente compreender o espaço como algo socialmente produzido que expressa as contradições do modo de produzir ou as contradições do espaço-mercadoria.” (CORIOLANO, 2005, p.299)

Como o turismo para se reproduzir geralmente segue a lógica do capital, os espaços são apropriados por empreendedores, dando novos sentidos aos lugares e, neste caso, seus atributos naturais e culturais passam a ser considerados recursos, atrativos transformados em mercadorias. Quando os empreendimentos são de grande porte e muitas vezes externos, geralmente ocorre a especulação e a exploração dos espaços e de seus moradores, sobressaindo o valor de troca em detrimento ao valor de uso dos ambientes e atributos locais, fazendo aflorar as contradições e acirrando conflitos socioambientais e territoriais. De maneira geral, pode-se dizer que o valor de uso representa a real necessidade, finalidade e importância de algo (nesse caso, os lugares turísticos como lugares de vida); enquanto que no valor de troca está implícito o valor financeiro agregado (aqui, lugares turísticos como produtos). Para aumentar o valor de troca, são usados diversos artifícios, baseados, sobretudo, na imagem dos produtos, para que se tornem mais vendáveis.

Sobre o espaço turístico, Coriolano (2005, p.296) afirma que “o processo de produção e distribuição continuado na exacerbada apropriação da mais-valia determinou elevados níveis de exclusão social e segregação espacial, acentuando as contradições”.

É de maneira não-material que se inicia a produção do espaço turístico no litoral, através de um processo de legitimação de um discurso de vocação turística e consolidação de uma imagem estereotipada posta pelas propagandas. O processo de produção do espaço turístico tem como uma das etapas fundamentais a criação de uma imagem que, buscando firmar-se como objeto de desejo, tende a mostrar-se como um lugar ideal, belo, sem problemas, de pessoas felizes (CORDEIRO, 2012). Neste sentido, como o produto turístico é diferenciado por ser baseado na venda de sonhos (o consumidor compra sem antes ver, testar, e é impregnado de

muitas expectativas subjetivas), as imagens criadas sobre o destino turístico são ainda mais importantes, pois são elas que motivam as viagens.

Muitas vezes o turismo chega a produzir espaços estereotipados, de uma natureza artificializada, ou mesmo de artificialidades naturalizadas, como ocorre nos empreendimentos do tipo *resorts*, os quais chegam, em alguns casos, a ser tão padronizados que poderiam estar em qualquer lugar, sem estabelecer uma relação de identidade e geração de fluxos, interações e benefícios com a localidade onde se instala. Essa lógica do turismo globalizado faz referência à produção em massa apontada pelo capitalismo e industrialização, pela estética da mercadoria, pela coisificação e pelo fetiche. “A estetização está embutida nos fundamentos da sociedade burguesa”, afirma Haug (1997, p.186).

Quando o turismo é desenvolvido de forma globalizada e massiva, prioriza-se o lucro, e não as vivências positivas entre visitantes e localidades e outros benefícios socioambientais que podem ser gerados às comunidades receptoras. “Lucro é outra palavra perigosa: tem-se mostrado que tanto o âmbito da preservação ambiental quanto o de turismo devem enfatizar mais o valor de uso do que o valor de troca.” (PELLEGRINI Filho, 1993, p.140).

Assim, no sentido da ênfase no valor de uso e em contraposição ao turismo de massa e globalizado, o Turismo de Base Comunitária leva a uma outra referência de experiência, muito mais verdadeira, sendo uma maneira de proporcionar vivências com ambientes naturais e socioculturais, como o modo de vida local. Neste caso, a produção do espaço turístico é feita por grupos comunitários, que participam ativamente do planejamento e execução do turismo, muitas vezes inclusive como empreendedores associativos. É válido ressaltar que nas localidades onde é desenvolvido o Turismo de Base Comunitária os usos e ocupações dos espaços para fins turísticos são muito mais espontâneos e amenos, gerando lugares turísticos integrados aos contextos sociais, culturais e ambientais. Nesse caso, elementos naturais e culturais que configuram potencialidades turísticas locais são considerados também como atrativos, porém planeja-se um usufruto equilibrado dos mesmos.

1.3.2 Políticas Públicas e participação social no turismo

Tendo em vista que as relações sociais e espaciais são interdependentes e que as práticas sociais produzem o espaço turístico, atribuindo novos sentidos sociais aos lugares, cabe aqui considerar o papel do poder público frente à produção do espaço turístico, que se constitui por atrativos, infraestrutura turística e empreendimentos. No turismo, “as infraestruturas físicas e sociais podem surgir, de forma espontânea ou induzida, por políticas, programas, projetos e planos, mas sempre sob a coordenação/controle do poder público.” (SELVA *in*: CASTILHO; SELVA, 2012, p.38).

Quando ocorre a turistificação dos espaços, é comum que os interesses dos diferentes atores sociais se evidenciem, fazendo com que as mudanças sejam determinadas por relações de poder e por necessidades sociais, econômicas e políticas. São essas relações que definem políticas públicas, formas de uso do espaço turístico e o planejamento e gestão do território, assim como também configuram conflitos socioambientais. O Estado pode ser considerado o agente-chave da produção do espaço, através de suas políticas, concessões territoriais e infraestruturas, tendo um importante papel no planejamento e regulação do turismo, inclusive orientando e normatizando a cadeia produtiva do turismo.

O planejamento turístico, que deve ser inerente à implementação de políticas públicas de turismo em qualquer destino, para seu desenvolvimento adequado e sua sustentabilidade, deve envolver os atores sociais locais de forma participativa na tomada de decisões, de forma a diminuir os possíveis impactos negativos e conflitos socioambientais e ampliar os benefícios decorrentes da atividade. Há ainda que se considerar que as políticas públicas do turismo são multisetoriais e de complexa implementação, precisando estar sempre articuladas com outras políticas. Para que os objetivos econômicos e sociais sejam alcançados, o planejamento precisa ser integrado aos demais setores e deve envolver articulações entre comunidades receptoras, governos (municipais, estaduais e por vezes federal) e iniciativa privada, que também são produtores dos espaços turísticos. Esta estrutura de gestão colegiada pode estar centrada no município receptor, conforme o Modelo de Gestão Descentralizada do Turismo na Política Nacional do Turismo (SELVA *in*: CASTILHO; SELVA, 2012).

Para a efetivação das políticas públicas e gestão do turismo, algumas estruturas administrativas são importantes, como a existência de secretaria ou diretoria de turismo, conselho de turismo e fundos de apoio ao turismo. Mas infelizmente em muitas situações essas estruturas, principalmente nos municípios, são fragilizadas ou inexistentes. Na maioria das vezes não ocorre a participação social e o envolvimento efetivo, evidenciando-se desarticulação entre políticas públicas e sobreposição de ações.

“Apesar da existência de mecanismos de participação como instância de governança regional e colegiado municipal, são evidentes conflitos de grupos de interesse que se apropriam do espaço das instâncias colegiadas para defender seus interesses.” (SELVA *in*:CASTILHO; SELVA, 2012, p.48)

No Brasil a participação social no turismo, apesar de ter avançado, ainda é pouco expressiva. Ao analisar as políticas públicas de turismo no Brasil, no Nordeste e em Pernambuco, observa-se que elas pouco abordam e definem estratégias de apoio e incentivo ao Turismo de Base Comunitária especificamente, embora algumas vezes seja feita menção à necessidade de envolvimento e geração de benefícios às comunidades locais.

Embora as ideias sobre participação social e descentralização do turismo, assim como as primeiras práticas de TBC, tenham tido início em torno de 1990 e em 2000 o discurso do turismo já visasse à redução da pobreza, a distribuição de renda e a inclusão social, o Turismo de Base Comunitária só foi contemplado objetivamente na política pública federal em 2008, quando o Ministério do Turismo lançou, pela primeira vez, o Edital de Chamada Pública 01/2008 para apoio a projetos de TBC, através do qual foram realizados 42 projetos, em praticamente todos os estados do Brasil. Antes disso os apoios aos projetos deste perfil eram bem pontuais. (REZENDE, 2011).

Em 2010 o Ministério do Turismo lançou um livro intitulado “Dinâmica e Diversidade de TBC: desafios para a formulação de política pública”. Essa publicação aborda o contexto do TBC; fala sobre a visão do MTur sobre o TBC e suas formas de apoio; e faz uma reflexão sobre a diversidade de iniciativas desenvolvidas no Brasil. Baseado nas experiências decorrentes do edital de 2008, ressalta a importância das ações de promoção e comercialização do TBC, das publicações e debates sobre o tema e levanta alguns desafios para viabilidade do apoio às iniciativas, como a necessidade de aprimoramento na gestão dos projetos por parte das instituições (BRASIL, 2010). Em 2011 foi lançado um outro edital do MTur para apoio a iniciativas de TBC, os projetos chegaram a ser selecionados mas o edital foi cancelado.

Já nas políticas públicas de turismo do Estado de Pernambuco, não se observa nada específico para esta abordagem. O “Plano Estratégico de Turismo de PE – Pernambuco para o Mundo – 2008/2020”, a Política de Fomento ao Turismo em Pernambuco (Lei Estadual 14.104, 01/07/10), e os projetos listados no *site* da Secretaria Estadual de Turismo não fazem nenhuma referência direta ao turismo comunitário. Tal fato evidencia que o Turismo de Base Comunitária não é percebido ou incentivado como uma estratégia ou um foco em Pernambuco.

O PRODETUR NE II é um dos principais programas de turismo em Pernambuco, com recursos vultosos a serem aplicados no Pólo Costa dos Arrecifes (que inclui todos os municípios do litoral de Pernambuco), voltados à infraestrutura de apoio ao turismo, como saneamento, resíduos, recuperação ambiental do patrimônio histórico/cultural e sinalização turística; e desenvolvimento institucional dos órgãos públicos do turismo. É uma ação que envolve políticas públicas, esforços e recursos do Governo Federal e do Governo do Estado e suas ações e orçamento estão também contemplados no Plano Estratégico de Turismo de Pernambuco.

A crítica que se faz ao PRODETUR NE é que ele visa à estruturação dos espaços para atrair grandes investimentos, inclusive grandes empreendimentos turísticos internacionais ou de grandes redes hoteleiras, mas muitas vezes tende a deixar as comunidades menores desassistidas, fora do circuito do turismo. Mesmo que os estudiosos do turismo questionem a pertinência dos investimentos estrangeiros e as relações de dependência que são criadas, as

políticas públicas de turismo continuam privilegiando estas estruturas econômicas, em detrimento ao desenvolvimento comunitário local (CORIOLANO, 2006).

Segundo Cordeiro (2012), o PRODETUR é uma política pública que projeta para o aproveitamento turístico do litoral brasileiro um modelo de desenvolvimento massivo, conhecido como “modelo Cancun, que é considerado um simulacro, uma reprodução artificial do meio ambiente, com paisagens construídas para o consumo turístico”.

Este Programa prioriza a instalação de *resorts*, tipo de empreendimento hoteleiro elitizado e excludente, geralmente instalado em áreas naturais, que oferece aos hóspedes o atendimento de todas as suas necessidades de conforto, alimentação, lazer e entretenimento (*hotéis all inclusive*), criando uma autossuficiência tamanha que os turistas tendem a ficar isolados, consumindo apenas internamente e muitas vezes sem nem conhecer a localidade e sem ampliar, portanto, as oportunidades de geração de renda e outros possíveis benefícios.

Por isso, de acordo com Coriolano (*apud* Cordeiro, 2012), os *resorts* são considerados verdadeiros enclaves nas localidades onde se instalam sobrepondo-se, de forma impositiva e baseada nos poderes e interesses econômicos, sobre uma organização socioespacial preexistente, de forma que os benefícios advindos da atividade não colaboram efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da população da região. Pelo contrário, muitas vezes contribuem para a degradação ambiental, dificultam o acesso das comunidades ao território até então apropriado por elas, impõem mudanças de valores (ilusão com o progresso), desmobilizam organizações comunitárias locais, enfraquecem os vínculos entre cultura e natureza inerentes às populações locais, sobretudo quando estas são comunidades tradicionais.

Entretanto, apesar dessas críticas postas pelos autores, é válido reconhecer que a maioria dos municípios do litoral do Nordeste teve suas estruturas de estradas e saneamento, por exemplo, implantadas ou melhoradas pelo PRODETUR, o que aponta para benefícios imediatos também às comunidades locais. Benefícios estes que impactam positivamente na vida dos moradores, tanto como cidadãos, como possíveis empreendedores locais. É sabido também que o PRODETUR proporcionou a elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação no litoral, o que foi importante para a proteção ambiental e consequente manutenção da atratividade turística e para o planejamento turístico de algumas localidades, tendo em vista que nos referidos Planos, em função da vocação turística natural das áreas, sempre constam programas de uso público, prevendo-se atividades de visitação, turismo e algumas vezes, inclusive, fazendo menção à necessidade de inserção e geração de benefícios às comunidades locais.

1.4 TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Uma vez abordados alguns dos principais fatores da relação turismo e sustentabilidade e turismo e sociedade, será aqui aprofundado o entendimento sobre Turismo de Base Comunitária, que é o principal foco desta pesquisa, fazendo-se um resgate sobre seu contexto, conceitos e princípios, além da menção a algumas experiências de TBC.

1.4.1 O contexto do Turismo de Base Comunitária

Frente ao cenário de exclusão social decorrente da forma globalizada de desenvolvimento do turismo, observam-se alguns movimentos sociais em busca de inserção comunitária nas práticas relacionadas a esta atividade, visando proporcionar que as comunidades locais se organizem para participarem ativamente da atividade turística. As comunidades devem se inserir e se beneficiar do turismo não apenas como empregados (geralmente mão de obra barata e considerada de baixa qualificação), mas também como empreendedores e atores que participam de processos de planejamentos e decisões compartilhadas, definindo se querem a atividade turística em seus territórios e que tipo de turismo desejam, caminhando no sentido de uma inclusão social mais efetiva. Esta nova maneira de atuação do turismo requer um olhar de mudança de paradigma, de um modelo de desenvolvimento extremamente capitalista e excludente para um modelo de diálogos e de participação social.

Como abordado anteriormente, o turismo de massa, globalizado e tradicional, é voltado à acumulação capitalista e recebe os maiores investimentos de recursos e foco das políticas públicas, comumente ocasionando processos de exclusão social de populações das regiões receptoras. Mas este modelo de turismo excludente deixa lacunas a serem preenchidas por grupos de pouco poder aquisitivo, as comunidades locais, que às vezes empreendem um tipo de turismo voltado a um público de menor exigência de consumo, mas que prima por experiências de vivências verdadeiras do ambiente local, incluindo paisagens, culturas e pessoas. (CORIOLANO, 2006).

O Turismo de Base Comunitária é, portanto, uma reação ao modelo de turismo excludente, que busca minimizar os impactos negativos, e que vem se ampliando, mesmo que as políticas públicas ainda privilegiem os grandes empreendimentos, de investimentos muitas vezes externos. Recentemente, o tema TBC tem sido inclusive objeto de pesquisas acadêmicas; organizações sociais têm apoiado o desenvolvimento de iniciativas de TBC; comunidades têm buscado a concretização dessas práticas; e as políticas públicas começam a melhor perceber a importância do TBC, incorporando, ainda que lentamente, algumas diretrizes no sentido de apoiar iniciativas e discussões neste sentido. Observa-se também que os turistas têm buscado práticas de turismo

mais vivenciadas e integradas com os contextos das localidades visitadas, sendo esta uma tendência mundial. (CORIOLANO, 2005, 2006; CORDEIRO, 2012; SELVA, 2012).

De acordo com informações constantes no *site* da Rede Cearense de Turismo Comunitário - Rede Tucum, “o TBC surge em meio às críticas e denúncias feitas por comunidades receptoras, organizações não-governamentais, cientistas e movimentos sociais acerca dos impactos do turismo convencional que, a cada dia, toma dimensões maiores e transforma tudo em mercadoria” (Rede Tucum, 2014).

É neste contexto que o Turismo de Base Comunitária surge, tem crescido e está ganhando visibilidade na academia, na mídia e, lentamente, no setor público, no mundo e em particular na América Latina, caminhando numa forma diferenciada de estruturar o produto turístico, e sendo referenciado como exemplo de desenvolvimento local, na perspectiva da sustentabilidade. (BARTHOLO, 2011)

Ocorre que, em função do aumento das iniciativas e reflexões sobre o assunto, o Turismo de Base Comunitária está em evidência. No entanto, é importante que seja discutido, amadurecido e praticado com cautela e responsabilidade, evitando-se uma abordagem de modismo e que sejam feitas generalizações e deturpações do real sentido e dos objetivos aos quais o TBC se propõe. A essência do TBC, seus princípios e características principais precisam ser permanentemente observadas.

1.4.2 Conceitos e princípios e do Turismo de Base Comunitária

As iniciativas de Turismo de Base Comunitária são reconhecidas pelo Ministério do Turismo, por organizações não governamentais e por pesquisadores como um fenômeno social e econômico. Embora algumas experiências tenham iniciado no Brasil desde os anos 90, o TBC tornou-se conhecido mais amplamente, mais discutido cientificamente e mais praticado a partir dos anos 2000, ganhando maior ênfase nos últimos dez anos (BRASIL, 2010).

As discussões em torno do Turismo de Base Comunitária têm avançado, mas não há ainda um consenso sobre seu conceito, existindo vários conceitos com abordagens complementares. De acordo com Bartholo,

“A extensão geográfica e a diversidade de experiências encontradas no país também colaboram para a amplitude conceitual do TBC, uma vez que este é usado para tratar de contextos tão diversos e diferentes quanto comunidades urbanas e rurais, podendo estar referido às populações tradicionais ou a amálgamas sociais compostos pelos movimentos migratórios e processos de exclusão socioeconômicos, entre outros.” (BARTHOLO, 2011, p.7)

O Ministério do Turismo ressalta também outros aspectos como razões para a heterogeneidade de conceitos do Turismo de Base Comunitária:

“A falta de consenso em termos conceituais resulta por um lado, da heterogeneidade das próprias experiências e, por outro, da origem do território e da perspectiva política da organização não governamental, responsável por organizar e viabilizar a experiência.” (BRASIL, 2010, p.15).

Expressões como Turismo de Base Comunitária, Turismo de Base Local, Turismo Comunitário e Turismo Solidário são utilizados para tratar conceitos que apresentam grande interseção de princípios, mas que podem ter ou não o mesmo significado, dependendo do contexto em que são abordados. Ainda de acordo com Bartholo (2011, p. 7), esses princípios

“... evidenciam as propostas de desenvolvimento social e do seu local de vida, o sentido de pertencimento do ser humano, a capacidade dos membros de comunidades participarem dos processos de tomada de decisão por meio de seu empoderamento político, a importância do exercício do diálogo para o estabelecimento de relações humanas que condicionem contextos sociais mais justos e equivalentes e questões que dizem respeito à liberdade de agir e de imaginar do ser humano.”

A partir da sua ótica e experiência, a Rede Cearense de Turismo de Base Comunitária – Rede Tucum define e divulga os seguintes princípios de diretrizes do Turismo de Base Comunitária:

“(1) As atividades de Turismo Comunitário são desenvolvidas por grupos organizados e os projetos são coletivos; (2) o Turismo Comunitário se integra à dinâmica produtiva local, sem substituir as atividades econômicas tradicionais; (3) o planejamento e a gestão das atividades são de responsabilidade da organização comunitária local; (4) o Turismo Comunitário se baseia na ética e na solidariedade para estabelecer as relações comerciais e de intercâmbio entre a comunidade e os visitantes; (5) o Turismo Comunitário busca promover geração e distribuição equitativa da renda na comunidade; (6) o Turismo Comunitário se fundamenta na diversidade de culturas e tradições, promovendo a valorização da produção da cultura e das identidades locais; (7) o Turismo Comunitário promove o relacionamento direto e constante entre grupos que também desenvolvem a experiência de um turismo diferente, estabelecendo relações de cooperação e parceria entre si; (8) O turismo comunitário fundamenta-se na construção de uma relação entre sociedade, cultura e natureza que busque a justiça ambiental.” (REDE TUCUM, 2013)

Observando os princípios apontados por Bartholo e pela Rede Tucum, destacam-se como principais os aspectos inerentes a: gestão participativa, dimensão comunitária, protagonismo, pertencimento, empoderamento social e político, solidariedade, parceria, valorização da cultura e identidade local, justiça, ética, desenvolvimento local, geração e distribuição de renda e proteção ambiental.

Sendo assim, é possível compreender o Turismo de Base Comunitária como uma estratégia de desenvolvimento local, com foco na geração de trabalho e renda e inclusão social, à medida que trabalha o protagonismo e o empoderamento das comunidades, estimulando sua efetiva participação em todos os processos inerentes à atividade turística, desde a idealização,

passando pelo planejamento, gestão e execução. Ocorre na perspectiva socioambiental e da sustentabilidade, buscando conciliar as dimensões sociais, culturais, econômicas, ecológicas, políticas e institucionais, como uma forma diferenciada de estruturar o turismo. Envolve a comunidade na gestão dos espaços, das atividades, dos empreendimentos e das estratégias e planejamentos turísticos nas localidades, gerando benefícios que vão para além do turismo, ao fazer interfaces com outras questões socioambientais locais.

Diante da diversidade de definições, serão aqui apontados alguns conceitos apresentados por organizações e autores que vêm trabalhando com este tema.

A WWF-Brasil foi uma das instituições pioneiras do país a lançar um conceito sobre esta forma de turismo, que na época, numa abordagem sobre turismo responsável em ambientes naturais, denominou como Ecoturismo de Base Comunitária, definindo como:

“Turismo realizado em áreas naturais, determinado e controlado pelas comunidades locais, que gera benefícios predominantemente para estas e para as áreas relevantes para a conservação da biodiversidade.” (WWF-Brasil, 2003)

O Projeto Bagagem, que é também uma organização sem fins lucrativos e tem como missão incentivar e apoiar o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária no Brasil, adota o seguinte conceito:

Turismo comunitário é a atividade turística que apresenta gestão coletiva, transparência no uso e na destinação dos recursos, e na qual a principal atração turística é o modo de vida da população local. Nesse tipo de turismo a comunidade é proprietária dos empreendimentos turísticos e há a preocupação em minimizar o impacto ambiental e fortalecer ações de conservação da natureza (PROJETO BAGAGEM, 2014)

Observa-se que ambos os conceitos fazem referência à participação direta das populações locais na atividade turística e aos benefícios comunitários e de conservação ambiental, sendo que o WWF foca aqui o TBC em ambientes naturais, associando-o ao ecoturismo; enquanto que o conceito apresentado pelo Projeto Bagagem é mais amplo e inclui questões como gestão, transparência e modo de vida como atrativo.

Já a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (Rede Turisol) não foca no conceito a questão da conservação ambiental, mas enfatiza outros elementos, como a propriedade do território e autogestão, quando conceitua TBC:

“Toda forma de organização empresarial sustentada na propriedade do território e da autogestão dos recursos comunitários e particulares com práticas democráticas e solidárias no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados através da prestação de serviços visando o encontro cultural com os visitantes” (TURISOL, *apud* BARTHOLO, 2011).

A definição apresentada pelo Ministério do Turismo também aborda, dentre outras coisas, o foco no território, o qual deve ser entendido não apenas como espaço físico, mas também como

espaço social, de cultura, de identidade e de pertencimento, de exercício de cidadania e poder. Assim como no conceito apresentado pelo Projeto Bagagem, o Ministério também aponta o modo de vida local como atrativo como sendo uma importante característica do TBC.

Turismo Comunitário é um “modelo de desenvolvimento turístico sustentável, integrado, com foco no território, no qual a cultura e os modos de vida locais são a principal motivação da visita, onde há o intercâmbio cultural entre o turista e a comunidade, representando uma atividade complementar às atividades tradicionais desenvolvidas pelas comunidades” (BRASIL, 2010).

Roberto Bartholo, pesquisador do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social da UFRJ, enfatiza os aspectos humanitários, culturais e econômicos, quando afirma que Turismo de Base Comunitária

“é o conjunto de ações que requerem uma conduta ética e que privilegiam os aspectos culturais de comunidades sem anular os aspectos econômicos, desde que esses sejam fundamentados em valores humanitários e culturais.” (BARTHOLO, 2002).

Carlos Maldonado, especialista da Organização Internacional do Trabalho e coordenador da Rede de Turismo Sustentável da América Latina (RedTurs), também aborda a dimensão humana, cultural e as vivências do modo de vida.

“a característica distinta do turismo comunitário é sua dimensão humana e cultural, vale dizer antropológica, com objetivo de incentivar o diálogo entre iguais e encontros interculturais de qualidade com nossos visitantes, na perspectiva de conhecer e aprender com seus respectivos modos de vida. (MALDONADO *in* BARTHOLO, 2009, p.31)

Por fim, apresenta-se o conceito trabalhado por Luzia Neide Coriolano, pesquisadora da Universidade Estadual do Ceará, que tem dado grandes contribuições nesta temática:

“Compreende-se por turismo comunitário, solidário, de base local ou de base comunitária aquele desenvolvido pelos próprios moradores de um lugar, que passam a ser os articuladores e os construtores da cadeia produtiva, onde a renda e o lucro ficam na comunidade e contribuem para melhorar a qualidade de vida.” (CORIOLANO, 2003, p. 41)

Embora este conceito de Coriolano seja menos completo sob o ponto de vista de que não expressa diversos aspectos apontados como princípios do TBC, considera-se que ele foca a essência, que é o fato de ser um turismo desenvolvido e empreendido pela comunidade, gerando benefícios locais, como renda e qualidade de vida. Um dos aspectos a serem observados nesse conceito apresentado por Coriolano é que a autora faz referência a “moradores” e “comunidade” de forma que abrange as duas expressões no mesmo contexto.

Considerando que essa é uma das centralidades desta pesquisa, é importante pontuar o entendimento aqui adotado para “comunidade”. A palavra comunidade vem do latim e está associada à ideia de compartilhamento e comunhão. Assim, compreende-se por comunidade o

conjunto de pessoas que partilham elementos comuns, semelhanças entre elas, como localizações geográficas, culturas, costumes, identidades, interesses, objetivos, visões, valores, formas de trabalho, entre outras. Neste entendimento, comunidades locais seriam pessoas que habitam determinada área geográfica que apresentem tais compartilhamentos. Não necessariamente são pessoas nativas do lugar ou populações com nível de renda monetária relativamente baixo ou comunidades tradicionais. Também não são quaisquer moradores do lugar e sim pessoas com elementos comuns, que os agregue num sentido de coletividade. (GODINHO, 2014; BARTHOLO, 2014)

Considerando que esta pesquisa parte da problemática de que o TBC ocorre de formas distintas, de acordo com os processos vivenciados em cada localidade, e que é necessário reconhecer e apoiar as iniciativas de TBC em seus diferentes perfis, realidades e fases de desenvolvimento, será aqui adotado o conceito de TBC apresentado por Coriolano (2003), que contempla de forma mais abrangente as diversas iniciativas de TBC. Neste caso, considera-se na abordagem desta pesquisa que os demais aspectos do TBC apontados pelos autores são também de grande importância, entretanto, serão aqui considerados como características e princípios norteadores, a serem buscados e verificados nas iniciativas de TBC.

Essa clareza é importante para que se possa pensar no enquadramento das iniciativas no entendimento sobre Turismo de Base Comunitária, dando espaço para a compreensão de que a maioria das iniciativas no Brasil está em fase de amadurecimento de seus processos e práticas, muitas sem ainda atender a alguns dos princípios apontados. Outras, simplesmente, atuam em realidades diversas, que não condicionam, por exemplo, a iniciativa de TBC à propriedade de todo o território onde a iniciativa ocorre, ou mesmo nem sempre o modo de vida constitui-se como o principal atrativo local, sendo que este elemento pode ser visto como algo que agrega significativo valor à experiência da visita, podendo ser complementar a outras motivações, a exemplo das vivências dos ambientes de praia, incluindo também seus aspectos naturais e paisagísticos.

A partir da observação dos conceitos e princípios do TBC, foram elencados nesta pesquisa os principais aspectos relacionados às características e princípios do TBC, os quais serviram de base para a análise de sustentabilidade das iniciativas estudadas:

- Valorização da cultural local - modo de vida e cultura local como atrativos turísticos.
- Trocas positivas com os visitantes - interação visitante/comunidade anfitriã.
- Solidariedade/cooperação.
- Inserção de mulheres e jovens.
- Envolvimento em projetos socioambientais comunitários.
- Uso sustentável de recursos naturais / ambiente e ecossistemas locais como atrativos.
- Atividades e técnicas de mínimo impacto ecológico.

- Cuidados com a água, lixo, energia.
- Aumento de geração de trabalho e renda.
- Número de pessoas beneficiadas diretamente.
- Complementariedade da atividade turística em relação às atividades tradicionais locais.
- Gestão de recursos - viabilidade financeira
- Autonomia - nível de controle pela comunidade.
- Relações de parcerias.
- Participação em espaços de políticas públicas.
- Gestão territorial - domínio/acesso ao território.
- Gestão institucional.

1.4.3 Algumas iniciativas de Turismo de Base Comunitária

As iniciativas de Turismo de Base Comunitária têm aumentado em todo o mundo e inclusive no Brasil. Algumas já são mais consolidadas, como a Acolhida na Colônia (SC), o Projeto Saúde e Alegria (PA) e o trabalho desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (AM). Na Região Norte algumas comunidades indígenas e ribeirinhas recebem visitantes, que têm a oportunidade de vivenciar sua cultura e modo de vida.

Outras iniciativas funcionam como redes de articulação e apoiam inclusive a capacitação, o planejamento e a divulgação de produtos e serviços de TBC empreendidos pelas comunidades. Tem-se como exemplos a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário – Turisol; o Projeto Bagagem; e a Rede Cearense de Turismo Comunitário - Tucum, que são algumas das principais redes de iniciativas de TBC no país. Em Pernambuco existe a Rede de Turismo Sustentável do Projeto Turismo da Gente, coordenada pelo ICEI-Brasil (Instituto de Cooperação Econômica Internacional). Na América Latina destaca-se a REDTURS (Red de Turismo Rural Sostenible Comunitário).

Na região Nordeste do Brasil, o estado que mais se destaca com as práticas do Turismo de Base Comunitária é o Ceará, com a Rede Tucum, que agrega doze comunidades costeiras deste estado, incluindo comunidades de pescadores, indígenas e moradores de assentamentos rurais, além de duas hospedagens solidárias em Fortaleza e duas ONGs que dão apoio institucional à Rede. A Rede Tucum atua na área de formação/capacitação, busca de melhoria de infraestrutura, promoção dos produtos e serviços, articulação com outras redes e relação com operadores e comercialização (Tucum, 2014). A iniciativa de TBC que ocorre em Ponta Grossa, litoral do município de Icapuí, que é um dos objetos de estudo desta pesquisa, faz parte da Rede Tucum.

Em Alagoas a experiência de turismo comunitário que mais vem se consolidando é que ocorre no Litoral Norte, no município de Porto de Pedras, onde há a prática do turismo de observação do peixe-boi marinho. As visitas guiadas pelas águas do rio Tatuamunha, por entre o manguezal, são realizadas por pessoas da comunidade local, que atuam como condutores e remadores das jangadas, todos credenciados e integrantes da Associação Peixe-Boi. Nesta localidade, vários outros atores locais, como artesãos e donos de restaurantes, vivem sobretudo do turismo. Esta é também uma das iniciativas estudadas, que será trabalhada de forma detalhada nos capítulos posteriores.

Em Pernambuco, algumas iniciativas de TBC são observadas, com destaque para o Projeto Bombando Cidadania, com significativo resgate cultural na Bomba do Hemetério, em Recife; e o Projeto Turismo da Gente / Rede de Turismo Sustentável, desenvolvido em Olinda e Glória do Goitá, também na perspectiva cultural. Ocorrem também outras iniciativas, como as trilhas de baiteiras pelo manguezal da bacia do Pina, em Recife, oferecidas pelo Centro Escola Mangue; atividades de vivências rurais, oferecidas no Assentamento de Barreiros e as trilhas ecológicas e históricas oferecidas pela Cooperativa Náutica Ambiental, em Tamandaré. Esta última iniciativa é também objeto de estudo desta pesquisa.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO AMBIENTAL E TURÍSTICA DAS ÁREAS DO ESTUDO

Para a presente pesquisa, foram escolhidas três localidades, situadas em municípios litorâneos de três estados do Nordeste: Tamandaré, no litoral sul de Pernambuco; Porto de Pedras, no litoral norte de Alagoas; e Ponta Grossa, em Icapuí, no litoral leste do Ceará. São destinos turísticos de praia, onde já ocorrem iniciativas de TBC em andamento, e cujos principais atrativos, associados ao jeito de ser das comunidades locais, são a cultura praieira e os atrativos naturais. Vale ainda mencionar que nas três localidades verifica-se a presença de Unidades de Conservação, que fazem interfaces com a dinâmica turística local.

Neste capítulo será realizada uma contextualização dos três municípios nos quais estão situadas as áreas de estudo, sendo abordadas informações gerais, aspectos sobre o turismo na localidade e sobre as Unidades de Conservação existentes, focando sobretudo suas interfaces com a atividade turística.

2.1 MUNICÍPIO DE ICAPUÍ – CE

2.1.1 Informações Gerais

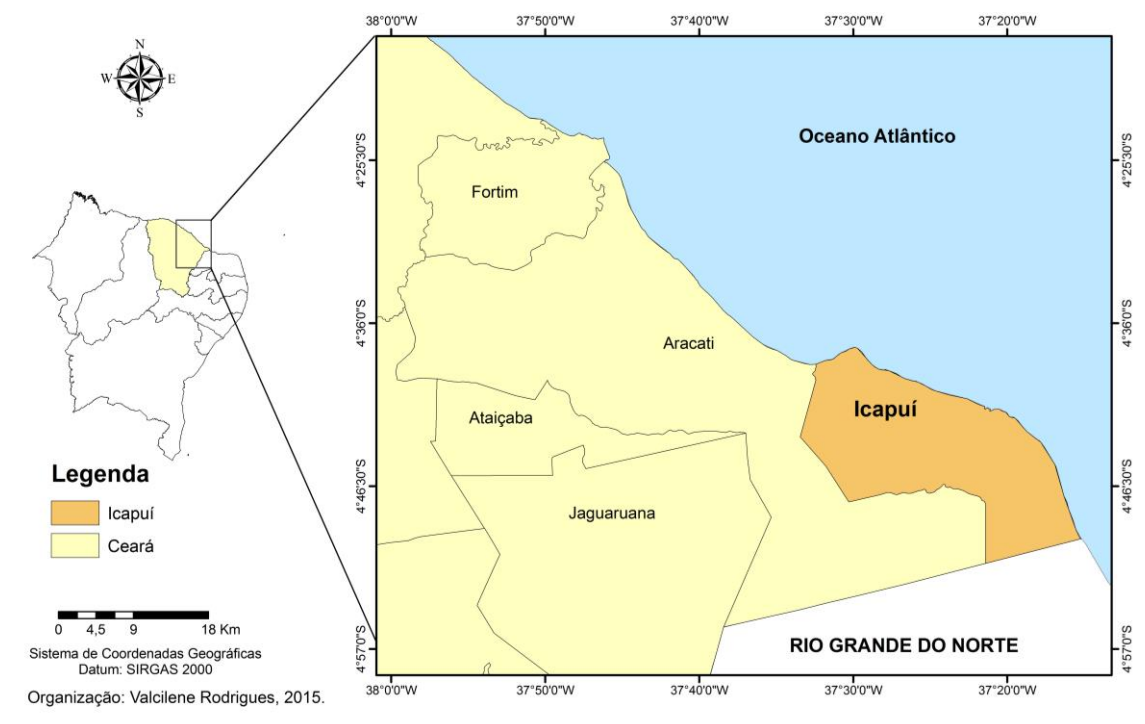
Icapuí, município litorâneo com 64 Km de costa, está localizado no extremo leste do Ceará, no chamado Litoral do Sol Nascente, fazendo fronteira com o estado do Rio Grande do Norte (Figura 01). Situado na Mesorregião de Jaguaribe e na Microrregião do Litoral de Aracati, fica distante 202 Km em relação a Fortaleza, capital cearense.

Comparado com o último censo, de 2000, em que o IDHM era de 0,478, observa-se que este índice teve um aumento considerável, com melhorias tanto em renda, como em longevidade e, sobretudo, em educação. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (IPEA, 2013), o IDHM do município de Icapuí está na 83ª posição do Ceará, 44,57% melhor em relação aos outros municípios cearenses, porém abaixo da média do estado do Ceará e do Brasil. O índice de analfabetismo entre 1991 e 2010, caiu 21,98%; e a população pobre reduziu de 53,31% para 33,32%, sendo que 91,87% da população economicamente ativa ganhava até 2 salários mínimos em 2010.

Características naturais e populacionais de Icapuí são apresentadas pelo IPEA (2013). O município está situado no bioma Caatinga, apresentando gramíneas e ervas, floresta de dunas, caatinga mista, mata serrana e espécies próprias nos tabuleiros. Seu clima é tropical quente semiárido, com pluviometria média de 982,6 mm, com chuvas concentradas de janeiro a abril. Quanto aos recursos hídricos, o município de Icapuí é drenado pelos córregos do Manguinho e da Mata Fresca. O relevo apresenta dunas móveis e fixas e tabuleiros pré-litorâneos, com elevações

inferiores a 100 metros acima do nível do mar (Morro do Timbau). Os solos da região são de areias quartzosas distróficas e latossolos. A maior concentração populacional encontra-se na zona litorânea, onde se encontram diversas comunidades praieiras e a sede do município.

Figura 01: Localização Geográfica do Município de Icapuí-CE, na Região Nordeste do Brasil.



Fonte: Shape IBGE, 2000. Organização Valcilene Rodrigues, 2015.

Icapuí é cercada por coqueirais e sempre teve na pesca da lagosta sua principal atividade econômica. Com a escassez da pesca devido à grande exploração do mar, passou a investir em outras atividades, ganhando espaço a extração de cocos, salinas e exploração do petróleo (SEMACE, 2014).

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano (IPEA, 2013), a economia local é marcada pela pesca (destacando-se a lagosta), a agricultura (coco-da-bahia, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão e aspargo), o extrativismo vegetal (carvão, oiticica e carnaúba), e a mineração (areia, argila e diatomito, para a fabricação de tijolos e telhas; e petróleo, pela PETROBRAS). Devido às belezas naturais de sua extensa faixa litorânea, o turismo é também uma fonte de renda de Icapuí, com destaque para as praias: Ponta Grossa, Retiro Grande, Redonda, Perobas, Picos, Barreira, Requenguela, Barra Grande, Quitérias, Tremembé, Melancias, Praia de Arrombado e Manibu.

2.1.2 O Turismo na Praia de Ponta Grossa

Ponta Grossa, localidade de Icapuí objeto desta pesquisa, é um núcleo pesqueiro caracterizado pela pesca da lagosta e um lugar turístico reconhecido pela sua beleza natural e por sua organização social e ações de desenvolvimento comunitário, baseado nas potencialidades naturais e culturais locais e nos princípios da sustentabilidade e do TBC, com forte participação comunitária e respeito ao meio ambiente. Ali o Turismo de Base Comunitária envolve e gera benefícios para grande parte da comunidade e é organizado através da Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC). Estima-se que cerca de 40% da população seja envolvida diretamente com o turismo e os outros 60% se beneficie indiretamente da atividade turística, com a venda de peixes, mel produzido na comunidade, mercadinho, entre outros. Atualmente o Turismo de Base Comunitária e a pesca artesanal são as principais fontes de renda da população.

A paisagem de Ponta Grossa é marcada por falésias, dunas e belas formações rochosas, com as mais diversas cores, que variam do amarelo, passando pelo laranja, vermelho, ocre e tons de vinho, com destaque para uma grande ponta de pedra em barro vermelho que entra mar adentro, contrastando com o céu azul (Figura 02). Essa paisagem atrai os visitantes e constitui o maior conjunto de falésias da América do Sul (SEMACE, 2014).

Figura 02: Paisagem com falésias e dunas à beira mar, na Praia de Ponta Grossa.



Foto: Eleandro Freitas (fotógrafo local), 2014.

É um lugar considerado paradisíaco, praticamente deserto, onde se encontram também olhos de água doce que formam lagunas que se expõem nas marés baixas e que a população local chama de olheiros (Figura 03).

Figura 03: Paisagem com lagunas à beira mar, na Praia de Ponta Grossa.



Foto: Eleandro Freitas (fotógrafo local), 2014.

Ponta Grossa permanece uma praia isolada, sossegada e com relativamente pouca infraestrutura turística, mantendo ainda a natureza conservada e ritmo de vida tranquilo, característico do jeito de ser da comunidade praieira e pesqueira. No vilarejo (Figura 04) moram cerca de 300 pessoas, quase todas da família de sobrenome Crispim, de religião evangélica e descendência holandesa, misturada com índios.

Figura 04: Vilarejo de Ponta Grossa, visto da parte alta da comunidade.



Foto: Maíra Braga, dezembro de 2014.

A pesca artesanal sempre foi a principal atividade desta comunidade, mas com a queda na pesca da lagosta, a comunidade tem buscado criar outras alternativas, como a implementação de viveiros no mar e o turismo, que já se firmou como fonte complementar de renda, com o

surgimento de pequenas pousadas e restaurantes – todos empreendidos pela própria comunidade local.

Quanto ao turismo, além das belezas naturais, a culinária de Ponta Grossa é também um atrativo aos visitantes, com destaque para as lagostas, camarões e peixes, sendo o “camarão no bafo” um dos pratos típicos mais procurados (Figuras 05 e 06).

Figuras 05 e 06: Grupo de turistas degustando frutos do mar, como a tradicional lagosta.



Fotos: Maíra Braga, dezembro de 2014.

Ali os frutos do mar podem ser degustados em bons restaurantes, que em Ponta Grossa são chamados de barracas: Barraca Canaã, Pantanal, Macura ou Sidrak. Elas ficam em locais agradáveis, entre a praia e o vilarejo, num ambiente acolhedor e de interação com a natureza e com a comunidade (Figuras 07 e 08).

Figuras 07 e 08: Barraca Pantanal e Barraca Sidrack, respectivamente.



Fotos: Maíra Braga, dezembro de 2014.

Para hospedagem, a localidade conta com as pousadas Canaã, Crispim e Ponta Grossa e com os chalés Pizon e Jabarana (Figuras 09 e 10).

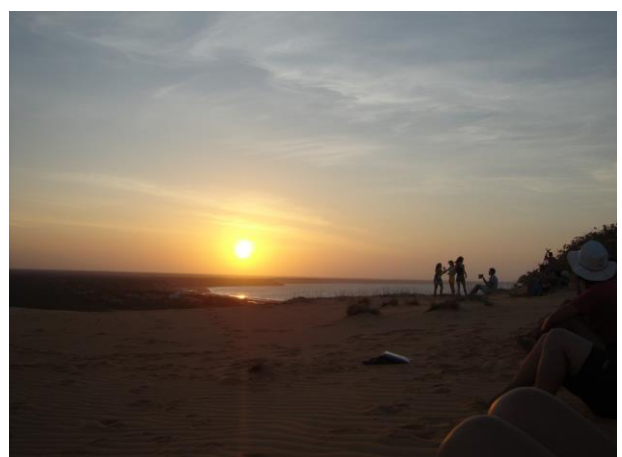
Figuras 09 e 10: Pousada Canaã e Chalé Jabarana, respectivamente.



Fotos: Máira Braga, dezembro de 2014.

Ponta Grossa oferece, além dos serviços de alimentação e hospedagem, também atividades turísticas, como passeios de embarcações à vela, mergulhos pelos corais, pescarias, passeios de buggy e trilhas ecológicas guiadas pela restinga, falésias e dunas, com destaque para pôr do sol visto do alto das dunas (Figuras 11 e 12). Todos esses serviços são empreendidos e oferecidos pela comunidade local e articulados de forma associativa, através da ASTUMAC.

Figuras 11 e 12: Guia local conduzindo um grupo de visitantes pela trilha na restinga e dunas, de onde do alto se aprecia um belo pôr do sol.



Fotos: Máira Braga, dezembro de 2014.

Em 2011 as trilhas foram mapeadas (Figura 13), planejadas e sinalizadas com o apoio da Fundação Brasil Cidadão, que desenvolve em diversas localidades do município de Icapuí o Projeto De Olho na Água, numa parceria com a Associação Caiçara de Promoção Humana e o patrocínio da Petrobras, através do Programa Petrobras Ambiental.

Figura 13: Mapeamento das trilhas de Ponta Grossa



Fonte: www.fundacaobrasilcidadao.org.br

Em Ponta Grossa este projeto proporcionou também a construção de cisternas, que deram à localidade a condição de acesso amplo à água, a partir da captação da água da chuva. Vale também mencionar que a comunidade é toda saneada ecologicamente, com canteiros biossepticos e fossas em forma de pirâmides e com o uso de bananeiras, a partir das ações desse projeto. (Figuras 14 e 15)

Figuras 14 e 15: Cisterna implantada nas casas da comunidade; e placa do projeto De Olho na Água, que menciona também o sistema de tratamento biológico de esgotos domésticos.



Fotos: Máira Braga, dezembro de 2014.

A comunidade oferece ainda a oportunidade de conhecer o acervo arqueológico local, que atualmente se encontra guardado na antiga igreja da localidade, enquanto não se organizou ainda o museu que abrigará o acervo. Em Ponta Grossa são encontrados fósseis de animais, peças indígenas, moedas falsas do Império brasileiro e peças de cerâmica holandesa. Josué Crispim, pescador considerado historiador amador da comunidade local, é o principal responsável pelos achados arqueológicos encontrados nas dunas e falésias da região e coleciona também alguns documentos e livros sobre a história do Ceará. Essas peças formam um rico acervo sobre a história do lugar, que atualmente está sendo estudado por uma equipe de arqueólogos, que está pesquisando a área e catalogando todo o material (Figuras 16 e 17).

Figuras 16 e 17: Parte do acervo arqueológico encontrado; e equipe de arqueologia recebendo grupo de visitantes no interior da igreja, local provisório do museu.



Fotos: Máira Braga, dezembro de 2014.

Considerada uma comunidade “fechada”, em Ponta Grossa a população local tem domínio e propriedade de todos os terrenos particulares e há um acordo entre eles de não venderem imóveis para pessoas de fora. A eventual venda de casas ou terrenos nesta comunidade só é autorizada para pessoas da própria comunidade e precisa da ciência e concordância do conselho da Associação Comunitária de Ponta Grossa. Essa condição de propriedade total das terras permite o domínio do território pela comunidade local e favorece melhores condições de enfrentar eventuais pressões e ameaças de grilagem e especulação imobiliária para novas moradias, casas de veraneio e grandes investidores do ramo turístico e hoteleiro. Com frequência aparecem pessoas interessadas em comprar terrenos e casas e já ocorreram tentativas de grilagem para implantação de grandes hotéis no entorno de Ponta Grossa, conforme pode ser verificado no capítulo 3 desta pesquisa.

Vale mencionar que o fato de a comunidade ter propriedade do território decorre de um processo histórico de organização social e luta pela terra. Moradores de Ponta Grossa viviam ali como pescadores e trabalhadores de uma fazenda de caju, até que em 1973 uma grande empresa comprou uma importante área agricultável na localidade e nesta ocasião os comunitários foram forçados a vender suas terras. Isso gerou um conflito, fazendo com que, no final da década de 1980, a comunidade se organizasse e se mobilizasse pela defesa de seus direitos. Por fim, os moradores conseguiram um acordo com os novos proprietários, que consistiu na doação de quinze hectares de terra para uso coletivo – fato este que só ocorreu depois de muitas reuniões e momentos de ocupação de terra. A Associação Comunitária de Ponta Grossa (ACPG) surge neste processo, no início da década de 1990. O relato dessa história encontra-se mais detalhado no capítulo 3 dessa pesquisa.

Em Ponta Grossa o turismo é desenvolvido pela comunidade local, que atua como empreendedora, gestora, fornecedora de produtos e serviços. São donos e trabalhadores das pousadas e barracas de alimentação, são condutores locais (guias), fornecedores de pescados e todas as outras funções que estão na cadeia de atendimento aos visitantes, como venda de cocos, doces, entre outros.

Embora tenha uma dinâmica de funcionamento local do turismo quase “autossuficiente”, Ponta Grossa se integra em certa medida com o mercado e o fluxo do turismo decorrente das localidades do entorno, uma vez que é um destino amplamente divulgado como uma das praias mais belas do litoral cearense. Além dos visitantes que chegam lá por conta própria, de carro, alguns visitantes chegam também de buggy (Figura 18), vindos a passeio, a partir de praias vizinhas, como a famosa e movimentada Canoa Quebrada, que fica a 20 Km de distância.

Figura 18: Turistas que vieram da praia vizinha, Canoa Quebrada, almoçaram na Barraca Canaã e agora seguem fazendo o passeio de buggy pela praia.



Fotos: Máira Braga, dezembro de 2014.

Os turistas que frequentam Ponta Grossa são pessoas que buscam o lazer e vivências junto à natureza e à comunidade local, num ambiente tranquilo e conservado, que guarda as características pesqueiras (Figuras 19 e 20)

Figuras 19 e 20: pescadores manejando a jangada; e visitante interagindo com um pescador local.



Fotos: Eleandro Freitas (fotógrafo local), 2014.

Geralmente são pequenos grupos de famílias ou de amigos e, vez ou outra, grupos de universitários que ali vão para conhecer o local e a forma de organização comunitária e do desenvolvimento do TBC. Quando ocorrem grupos de interesses específicos, é comum que seja incluída na programação uma roda de conversa entre visitantes e comunitários, na qual abordam relatos sobre a história, ambiente e cultura local (Figura 21). Assim, uma importante referência de articulação de visitantes para a localidade é a Rede Tucum de Turismo Comunitária, da qual Ponta Grossa faz parte. Esse é um importante parceiro também para as discussões sobre TBC envolvendo outras comunidades cearenses (Figura 22).

Figuras 21 e 22: Roda de conversa entre comunitários e visitantes; e placada Rede Tucum, indicando que esta é uma localidade integrante da Rede.



Fotos: Maíra Braga, dezembro de 2014.

Pelo fato de Ponta Grossa estar inserida na APA de Ponta Grossa e com essa forma de domínio do território e de desenvolvimento do turismo, a localidade consegue manter conservado o ambiente natural, sua paisagem, sua cultura e seu jeito de ser pacato e tranquilo.

Assim, se fortalecem para afastar as principais ameaças vivenciadas pelas localidades do entorno, como desmatamentos, destruição de falésias e dunas, degradação dos manguezais pela instalação de salinas e cultivo de camarão, expansão da urbanização, grilagem, caça predatória, exaustão de recursos marinhos, especulação imobiliária e pressão das atividades turísticas desordenadas, que colocam em risco patrimônios naturais e culturais.

2.1.3 Unidades de Conservação em Icapuí e suas Interfaces com o Turismo

De acordo com a Superintendência Estadual de Meio Ambiente do Ceará, Icapuí possui duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) como Unidades de Conservação municipais: A APA da Praia de Ponta Grossa; e a APA do Manguezal da Barra Grande. Vale salientar que destas, apenas a APA de Ponta Grossa abrange a área de estudo desta pesquisa e que não há neste município Unidades de Conservação Estaduais ou Federais (SEMACE, 2014).

APA do Manguezal da Barra Grande

A APA do Manguezal da Barra Grande foi criada em 12 de maio de 2000, abrangendo uma área de 1.260,31 hectares. De acordo com a Lei Municipal N° 298/00, a APA possibilita um melhor controle sobre o ecossistema manguezal, além de objetivar proteger as comunidades biológicas nativas, as nascentes dos rios, as vertentes e os solos; proporcionar à população técnicas apropriadas ao uso do solo; e desenvolver consciência ecológica e conservacionista.

Esta APA, portanto, visa proteger os manguezais de grandes impactos provocados por ações humanas naquela região. “Segundo levantamento da OAC e Aquasis, desde o início da exploração do sal marinho (salinas) até 2002, apenas 40% da área original do manguezal resistiu. A carcinocultura também tem causado grande impacto ambiental nas áreas de manguezal.” (SEMACE, 2014)

APA da Praia de Ponta Grossa

A APA da Praia de Ponta Grossa, localizada no litoral nordeste de Icapuí, foi criada em 1998, pela Lei 262/1998, com área de 558,67 hectares. Em 25 de fevereiro de 2014, através da Lei Nº 633/2014, a área da APA foi ampliada para 16.053 hectares, passando a abranger as praias de Retiro Grande, Ponta Grossa e parte de Redonda.

De acordo com a Lei Nº 633/2014, os objetivos da APA da Praia de Ponta Grossa são: proteger espécies marinhas da fauna ameaçada de extinção, principalmente as áreas de reprodução, alimentação e abrigo do peixe-boi marinho; conservar os bens e serviços ambientais costeiros prestados pelos bancos de algas e fanerógamas, praias, fontes de água doce e olhos d'água, dunas e falésias da região, tais como o recrutamento pesqueiro, a segurança alimentar, a manutenção da qualidade da água, a proteção da costa, além dos usos recreacionais e educativos; contribuir para a recuperação dos recursos biológicos, para a sustentabilidade das atividades pesqueiras de subsistência e de pequena escala e para o fomento ao ecoturismo de base comunitária praticado pelas comunidades costeiras; proteger o patrimônio arqueológico presente na Praia de Ponta Grossa; e proteger a paisagem e beleza cênica.

Segundo o Art. 6º desta mesma Lei, a APA de Ponta Grossa é administrada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente - SEDEMA, que deve tomar as medidas necessárias para sua gestão em parceria com Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, Fundo de Defesa do Meio Ambiente – FUNDEMA, Comitê Gestor da APA e fiscalizada pelo Instituto de Fiscalização e Licenciamento Ambiental – IMFLA.

Observa-se, inclusive a partir das falas da comunidade, que a existência da APA de Ponta Grossa é importante para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável na Praia de Ponta Grossa, por contribuir para a manutenção dos atributos naturais e culturais, que constituem grandes fatores de atratividade da localidade, tendo explicitamente em seus objetivos o fomento ao ecoturismo de base comunitária.

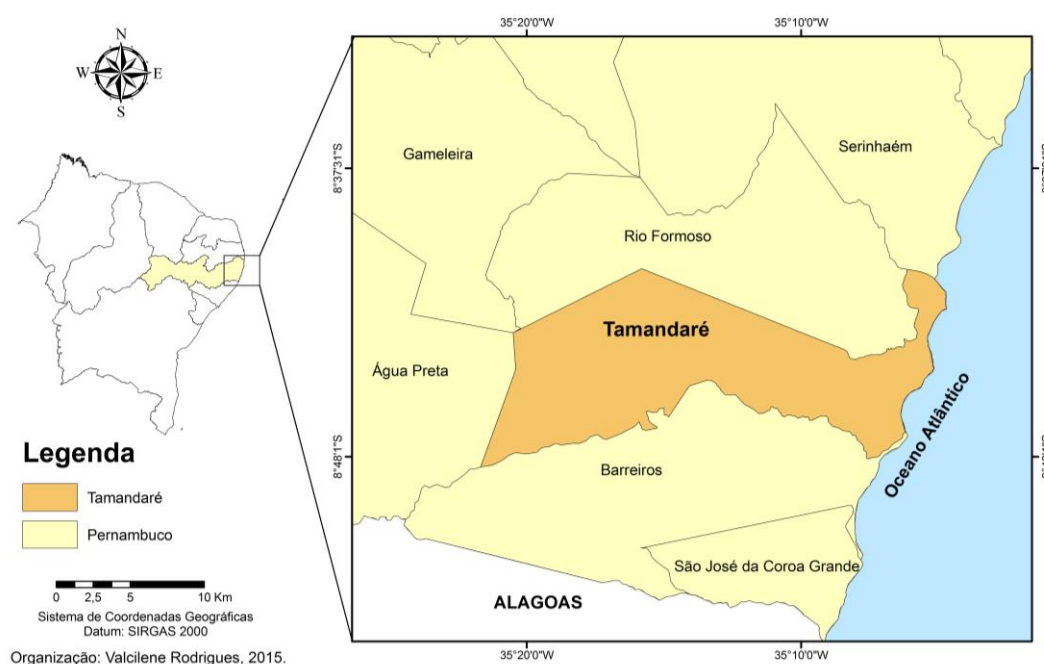
A participação da comunidade de Ponta Grossa na gestão da APA é garantida a partir de sua inclusão no Conselho da Unidade de Conservação municipal, que é formado por moradores, representantes de organizações não governamentais e de representantes do governo. As organizações comunitárias de Ponta Grossa que têm assento no Conselho são: a Associação de Turismo, Meio e Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (ASTUMAC), a Associação Comunitária (também chamada de Associação de Moradores), a Associação Pesqueira e a Associação da Igreja. O Ibama e a Aquasis considerados são importantes parceiros da iniciativa. Vale ainda salientar que a comunidade de Ponta Grossa foi uma das proponentes da criação desta Unidade de Conservação e que ela tem uma participação ativa na gestão da APA.

2.2 MUNICÍPIO DE TAMANDARÉ – PE.

2.2.1 Informações Gerais

Tamandaré é um município litorâneo com cerca de 16 Km de costa, fundado em 1997, quando se emancipou do município de Rio Formoso. É localizado no litoral sul de Pernambuco (Figura 23), entre os municípios Rio Formoso e Sirinhaém, a norte; Barreiros, a sul; Água Preta e Gameleira, a oeste. Situado na Mesorregião Mata Pernambucana e na Microrregião Mata Meridional Pernambucana, fica distante 109 Km da cidade Recife, capital pernambucana.

Figura 23: Localização Geográfica do Município de Tamandaré-PE, na Região Nordeste do Brasil.



Fonte: Shape IBGE, 2000. Organização Valcilene Rodrigues, 2015.

De acordo com dados do IBGE, a população de Tamandaré em 2010 era de 20.715 habitantes, distribuídos nos seus 214,30 Km² de área, resultando numa densidade demográfica de 96,66 habitantes por Km². Dessa população, 50,3% era composta por homens e 49,7% era composta por mulheres, sendo distribuídos 73,2% na área urbana e 26,8% na área rural. A previsão para o ano de 2013 era de 22.046 habitantes. Ainda de acordo com o IBGE, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 era de 0,593 - índice este considerado baixo pelo IBGE (que corresponde ao IDHM entre 0,5 e 0,599).

Comparado com o último censo, de 2000, em que o IDHM era de 0,402, este índice teve um aumento, sendo que o parâmetro que mais cresceu foi Educação, seguido por Longevidade e por Renda. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano (IPEA, 2013), o IDHM de

Tamandaré está na 92ª posição de Pernambuco, 50,81% melhor em relação aos outros municípios pernambucanos, porém abaixo da média do estado de Pernambuco e do Brasil. Entre 1991 e 2010, a taxa de analfabetismo da população de 18 anos ou mais caiu 28,86%, e a população pobre reduziu de 79,23% para 37,67% neste mesmo período, sendo que 89,17% da população economicamente ativa ganhava até 2 salários mínimos em 2010.

O bioma no qual Tamandaré está inserido é a Mata Atlântica, apresentando trechos de mata (Figura 24), de restinga e manguezais. Suas florestas são constituídas por árvores de médio e grande porte, formada por floresta densa e fechada, detendo uma rica biodiversidade. Grande parte da cobertura original da vegetação foi substituída pela monocultura da cana-de-açúcar, porém o município mantém uma importante área de Mata Atlântica, que constitui a Reserva Biológica de Saltinho – instituída como Unidade de Conservação de Proteção Integral federal desde 1983.

Figura 24: Trecho da estrada de acesso à praia de Tamandaré, no entorno da REBIO Saltinho.

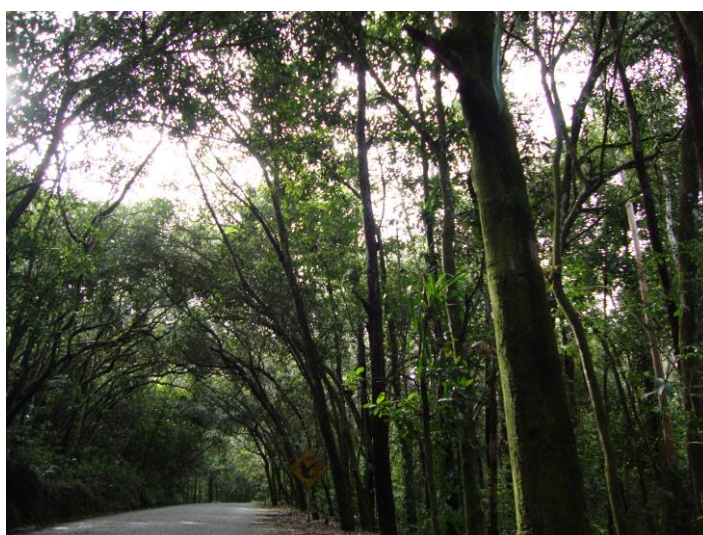


Foto: Maíra Braga, setembro de 2014.

O relevo de Tamandaré está incluso na unidade das Superfícies Retrabalhadas, que são áreas que sofreram ou vêm sofrendo um retrabalhamento intenso ocasionado pela agricultura, neste caso sobretudo pela monocultura da cana-de-açúcar. Quanto à hidrografia, o município é drenado pelas bacias hidrográficas dos rios Una, Mamucabas e Ilhetas, sendo que estes dois últimos rios perfazem um caminho paralelo ao litoral e são ladeados por manguezais separados do mar por um estreito cordão arenoso. O clima é tropical, com temperatura média de 24,4 °C, com verões com temperaturas elevadas e pouca precipitação, e invernos amenos e chuvosos. A economia de Tamandaré é baseada na produção agrícola (principalmente de cana-de-açúcar) e no turismo.

2.2.2 O Turismo em Tamandaré

No âmbito do turismo, o principal atrativo de Tamandaré é sua orla marítima, composta por praias que compõem paisagens com coqueirais, areias brancas e ambientes recifais, que formam piscinas naturais de águas transparentes e mornas, ricas em biodiversidade marinha (Figura 25). Sua praia mais conhecida, considerada uma das praias mais bonitas do Brasil, é a Praia dos Carneiros (Figura 26)

Figuras 25 e 26: Praias de águas claras, com coqueirais e piscinas naturais atraem visitantes.



Fotos: Manoela Braga, dezembro de 2014.

Além das praias, onde é possível fazer caminhadas, passeios de barco e mergulhos contemplativos (Figura 27), Tamandaré também oferece aos visitantes a possibilidade de fazer trilhas ecológicas (Figura 28) por matas e manguezais, além de conhecer atrativos históricos e culturais como igrejas e o Forte de Santo Inácio, construído no final do século XVII. A Cooperativa Náutica Ambiental (Figura 29), que é uma das iniciativas objeto de estudo desta pesquisa, oferece aos visitantes todas essas alternativas.

Figura 27: Passeios de jangada à vela e mergulhos contemplativos oferecidos pela Náutica Ambiental.



Fonte: Náutica Ambiental, 2013.

Figura 28 e 29: Trilhas guiadas por matas e restingas; e a sede da Cooperativa Náutica Ambiental.



Fotos: Larissa Villa Nova, 2014; e Máira Braga, setembro de 2014, respectivamente.

Durante o mês de janeiro e carnaval há um volume grande de pessoas que frequentam a praia para veraneio e festas, mas nos demais períodos Tamandaré é uma localidade muito tranquila.

De acordo com informações disponibilizadas no posto de informações turísticas localizado no Aeroporto dos Guararapes, em Recife, a infraestrutura hoteleira de Tamandaré é composta por 42 meios de hospedagem, sendo 26 pousadas, 3 hotéis, 1 pousada rural, 11 privês de temporada e 1 colônia de férias. (EMPETUR, 2014)

Para alimentação, Tamandaré dispõe de barracas de praia na orla (Figuras 30 e 31), bares e restaurantes, sendo especialidade a comida feita com frutos do mar. No quesito culinária, há também a oferta de tapiocarias, soparias, creperias, pizzarias, lanchonetes, entre outros.

Figuras 30 e 31: Serviços de alimentação (bares e restaurantes) oferecidos na orla de Tamandaré.



Fotos: Máira Braga, janeiro de 2015.

A oferta de comércio e serviços é variada, dispondo de mercados, padarias, lojas, locadoras, *lan house*, correios, entre outros. Há também um centro de artesanatos (Figuras 32 e 33), onde funcionam lojinhas de cerca de dez artesãos e abriga também a Associação de Artesãos de Tamandaré.

Figuras 32 e 33: Centro de Artesanatos de Tamandaré.



Fotos: Maíra Braga, setembro de 2014.

Além dos veranistas, muitos turistas vão a Tamandaré. Os que vão para a Praia de Carneiros geralmente chegam a este destino através de operadoras turísticas e agências de receptivo. Lá ocorre um perfil de turismo elitizado, com grandes e luxuosos hotéis (*resorts*). Muitas vezes os turistas que ali estão nem chegam a conhecer o centro de Tamandaré e a usufruir de seus serviços. Já os turistas que vão para o centro de Tamandaré (e suas praias) geralmente chegam de carro ou mesmo se utilizam do *transfer* vindo de Recife, e costumam usufruir das pousadas, restaurantes e demais serviços turísticos oferecidos na localidade, dinamizando a economia local e ampliando a distribuição de renda no município. A principal motivação dos visitantes é a praia e as belezas naturais. No período de alta estação, muitos visitantes (inclusive veranistas) buscam Tamandaré também porque ali são realizados grandes *shows* de bandas de renome nacional.

O turismo em Tamandaré beneficia a população local, mas também muitos empreendedores de meios de hospedagens e restaurantes são pessoas vindas de outras localidades. A comunidade local é predominante como empreendedora no comércio, nas barracas da orla, nas ofertas de serviços de condutores locais, passeios de barco e ambulantes. A comunidade também obtém renda a partir dos demais serviços e produtos atrelados à cadeia produtiva do turismo, como mão de obra para os empreendimentos, fornecimento de alimentos, artesanatos, entre outros.

Existem algumas organizações sociais locais que discutem e realizam ações relacionadas ao turismo, como a Associação de Turismo de Tamandaré (do *trade* – empreendedores do turismo), a Cooperativa de Marinheiros de Tamandaré (de pilotos de lanchas), a Associação dos Jangadeiros, a Associação dos Barqueiros de Carneiros, a Associação em Defesa de Carneiros (donos de *resorts*) e a Cooperativa Náutica Ambiental (apenas esta trabalha na perspectiva do turismo de base comunitária).

Dentre estas, vale dar destaque também à associação do *trade* turístico (dos empreendedores locais do turismo), que é articulada e tem conseguido melhorias para o município, captando oportunidades de realização de eventos e capacitações, inclusive em parceria com o SENAC e SEBRAE. Esta não tem o perfil de turismo de base comunitária porque é formada pelos maiores empresários, muitos deles de fora de Tamandaré, mas tem dado boas contribuições para o desenvolvimento do turismo na localidade.

Por causa das suas potencialidades turísticas, observadas nos seus atrativos históricos e ecológicos, Tamandaré foi inserida no Pólo Costa dos Arrecifes, área de interesse turístico considerada prioritária no contexto do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), do Governo do Estado de Pernambuco. Em função disso, o município recebeu alguns benefícios decorrentes deste programa, como elaboração/revisão de planos de manejo de Unidades de Conservação, implantação de infraestruturas e ações de turismo.

2.2.3 Unidades de Conservação em Tamandaré e suas Interfaces com o Turismo.

O município de Tamandaré apresenta quatro Unidades de Conservação, que compõem um mosaico de conservação: a APA Costa dos Corais e a REBIO Saltinho (ambas federais), a APA de Guadalupe (estadual) e o Parque Natural Municipal de Tamandaré. Estas Unidades de Conservação, além de protegerem os ecossistemas e biodiversidade, têm grande importância também para a manutenção atratividade turística da localidade, uma vez que asseguram a permanência das paisagens e espaços de vivências turísticas em ambientes naturais, o que constitui o maior fator de atratividade de Tamandaré.

Aqui será realizada uma descrição da REBIO Saltinho, da APA de Guadalupe e do Parque Natural Municipal de Tamandaré. A descrição da APA Costa dos Corais está situada neste documento na caracterização de Porto de Pedras, já que abrange também aquele município.

Reserva Biológica (REBIO) Saltinho

Segundo informações constantes no Plano de Manejo da REBIO Saltinho – Fase 2 (MMA/IBAMA, [s.d.]) esta Unidade de Conservação foi criada em 21 de setembro de 1983 através do Decreto Federal nº 88.744, abrangendo territórios de dois municípios, sendo 93,66% em Tamandaré e 6,34% em Rio Formoso. Unidade de Proteção Integral, com 475,22 hectares, a REBIO Saltinho é considerada um dos últimos remanescentes de Floresta Atlântica do Estado de Pernambuco com Floresta Ombrófila Densa e abriga espécies raras, endêmicas e ameaçadas de extinção, o que justifica a sua importância sob o ponto de vista da conservação.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, a categoria de manejo REBIO objetiva “a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade biológica e os processos ecológicos naturais”. (SNUC, 2000)

Portanto, na REBIO Saltinho não é permitido uso público, a não ser visitação com fins educativos e de pesquisa, devidamente autorizada pelo órgão gestor da Unidade (nesse caso, o ICMBio) e com restrições previstas em regulamento. De acordo com o zoneamento apresentado no Plano de Manejo, esta visitação é permitida apenas na Zona de Uso Extensivo, que tem dentre seus objetivos “permitir visitação orientada de caráter educativo, proporcionando oportunidades de caminhada por meio de uma trilha interpretativa; e propiciar aos visitantes uma visão geral da REBIO mediante recursos visuais e interpretativos”. (MMA/IBAMA, [s.d.])

A sede da REBIO Saltinho está localizada na PE 60, próxima ao trevo que dá acesso à estrada que leva ao centro de Tamandaré. A UC desenvolve ações de educação ambiental, fiscalização e pesquisa.

APA de Guadalupe

De acordo com a Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH), a APA de Guadalupe foi criada no dia 13 de março de 1997, através do Decreto Estadual nº 19.635, abrangendo uma área de 44.255 ha; sendo 71,4% em área continental e 28,6% em área marítima, incluindo partes dos municípios Sirinhaém (19,5%), Rio Formoso (38,2%), Tamandaré (35,1%) e Barreiros (7,2%). (CPRH, 2014)

A APA de Guadalupe situa-se no bioma Mata Atlântica e apresenta uma diversidade de ecossistemas, como restingas, manguezais e recifes de corais. É constituída por áreas particulares e públicas, moradias, casas de veraneio, assentamentos rurais, engenhos, atividades

de pesca, agricultura e turismo. Sua grande beleza natural ressalta sua vocação turística e motiva a visitação na área. A APA de Guadalupe foi criada com os objetivos de proteger e conservar os sistemas naturais essenciais à biodiversidade, especialmente os recursos hídricos, visando uma melhoria da qualidade de vida da população local, a proteção dos ecossistemas e o desenvolvimento sustentável. (CPRH, 2014)

Em 1998 foi elaborado seu Plano de Gestão, aprovado seu Zoneamento Ecológico-Econômico e criado o Conselho Gestor da APA, através do Decreto Estadual nº 21.135, que regulamentou o uso do solo em seu território. Este Zoneamento definiu cinco zonas, descrevendo seus limites e possíveis formas de uso: a Zona Marítima; a Zona de Turismo, Veraneio e Lazer; a Zona Rural Diversificada, a Zona Agrícola Diversificada e a Zona de Preservação da Vida Silvestre (que consiste na REBIO de Saltinho).

Entre os anos de 2010 e 2011 foi elaborado, com recursos do PRODETUR, o novo Plano de Manejo da APA de Guadalupe, no qual são feitas referências claras à atividade turística, que nesta UC é inserida no planejamento, tendo em vista que a localidade apresenta grande vocação para o turismo, atividade esta que é permitida e incentivada na categoria de manejo APA, de Uso Sustentável. A APA de Guadalupe localiza-se em uma das principais áreas turísticas do Estado, o Complexo Turístico Guadalupe. (SETUR, 2009)

Definida no Plano de Manejo, a Zona de Turismo, Veraneio e Lazer da APA abrange 3.195,99 hectares (7,3% da UC), incluindo o núcleo urbano consolidado de Tamandaré e os loteamentos na faixa litorânea da praia dos Carneiros, em Tamandaré, e das praias de Guadalupe, Gamela e Guaíamum, em Sirinhaém. Ao analisar esta Zona, observa-se que esta visa, dentre outras coisas, o desenvolvimento de atividades turísticas adequadas ambientalmente, sendo incentivadas, por exemplo, a valorização das práticas de turismo sustentável e certificação ambiental de hotéis e pousadas; a criação de passeios e trilhas para atrativos de turismo ecológico, tendo como guia a população residente; e a capacitação da mão-de-obra para o turismo ecológico (Relatório da 5ª etapa do Plano de Manejo – Zoneamento da APA de Guadalupe, 2011).

Parque Natural Municipal de Tamandaré

O Parque Natural do Município do Forte de Tamandaré foi criado pela prefeitura através do Decreto nº 013, em 10 de setembro de 2003, com área de 349 hectares, incluindo uma área marinha, que engloba a Zona de Recuperação Recifal de Tamandaré; e uma área terrestre, onde se encontra o Forte, a Capela e o antigo cemitério – área esta que se sobrepõe à área de proteção histórica tombada pelo patrimônio histórico estadual. (SETUR,[s.d.])

A criação deste Parque foi decorrente das reparações ambientais compensatórias originadas através dos danos ambientais ocorridos na área do Centro Turístico de Guadalupe, em função das obras do sistema viário planejado pelo PRODETUR I. O Plano de Manejo do Parque foi realizado em 2009, com recursos do PRODETUR II.

Unidade de Proteção Integral, o Parque Municipal segue as orientações do Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC, 2000), assemelhando-se aos Parques Nacionais, categoria de manejo que permite a visitação pública, desde que condicionada a restrições constantes no Plano de Manejo.

No entorno do Forte é realizada anualmente a festa de Santo Inácio de Loyola, no mês de julho, contando com celebração de missa ao ar livre, feirinha de artesanato e comidas típicas. Eventos de pequeno porte como este são incentivados pela Prefeitura e pelo COMDEMA (Conselho Municipal de Desenvolvimento e Meio Ambiente), por incentivar manifestações culturais e turísticas compatíveis com a proteção ambiental e do patrimônio histórico-cultural. Entretanto, ali por alguns anos foram realizados eventos maiores durante o veraneio, com grandes shows, tipo de evento que gera impactos negativos e não condiz com os objetivos da Unidade de Conservação.

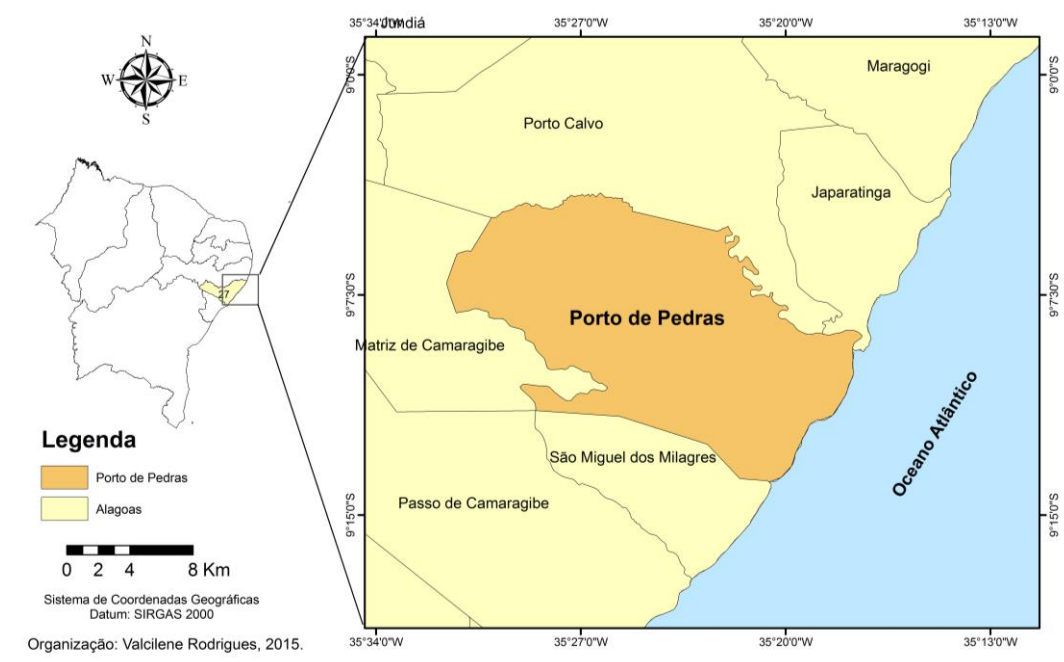
2.3 MUNICÍPIO DE PORTO DE PEDRAS – AL.

2.3.1 Informações gerais

Porto de Pedras é um município litorâneo, fundado em 1815, localizado no Litoral Norte de Alagoas, na chamada Rota do Charme (Figura 34). Situado na Mesorregião Leste Alagoano e na Microrregião Litoral Norte Alagoano, fica distante 110 Km em relação a Maceió, capital de Alagoas.

O clima de Porto de Pedras é tropical chuvoso com verão seco, sendo que o período chuvoso inicia em fevereiro e vai até outubro. Situado no bioma Mata Atlântica, sua vegetação é predominantemente do tipo floresta subperenifólia, com partes de floresta subcaducifólia e cerrado/floresta. Seu relevo faz parte da unidade dos Tabuleiros Costeiros, unidade esta que acompanha o litoral de todo o Nordeste, apresentando altitude média de 50 a 100 metros. De modo geral, os solos são profundos e de baixa fertilidade natural. O município é drenado pela bacia hidrográfica do Rio Manguaba. Quanto à economia, destacam-se os ramos dos serviços, agropecuária e comércio. (wikipedia, 2014)

Figura 34: Localização do município de Porto de Pedras, no Litoral Norte de Alagoas.



Fonte: Shape IBGE, 2000. Organização Valcilene Rodrigues, 2015.

De acordo com dados do IBGE, a população de Porto de Pedras em 2010 era de 8.429 habitantes, distribuídos nos seus 267,75 Km² de área, resultando numa densidade demográfica de 31,44 habitantes por Km². Dessa população, 50,7% era composta por homens e 49,3% era composta por mulheres, sendo distribuída 56,92% na área urbana e 43,08% na área rural. (IBGE, 2010)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Porto de Pedras em 2010 era de 0,541 - índice este considerado baixo (que corresponde ao IDHM entre 0,5 e 0,599). Comparado com o último censo, de 2000, em que o IDHM era de 0,344, este índice teve um aumento considerável, de 57,27%, sendo que o parâmetro que mais cresceu foi Educação, seguido por Renda e por Longevidade. De acordo com o Atlas de Desenvolvimento Humano, o IDHM de Porto de Pedras está na 69ª posição de Alagoas, apenas 33,33% melhor em relação aos outros municípios alagoanos, abaixo da média do estado de Alagoas e do Brasil. (IPEA, 2013)

2.3.2 O Turismo em Porto de Pedras

Porto de Pedras tem se destacado como um dos principais destinos turísticos de Alagoas. Situado na APA Costa dos Corais, é caracterizado por praias bem conservadas, com a presença de casas de veraneio, de casarios históricos e, sobretudo, da atividade turística, que ocorre durante o ano inteiro, principalmente durante o verão.

Vale mencionar que Porto de Pedras tem como município vizinho São Miguel dos Milagres, que possui características e dinâmicas socioeconômicas, ambientais e turísticas semelhantes. Por esta razão os atores sociais destes dois municípios trabalham o turismo de forma associada, com atrativos e serviços complementares, como um pólo turístico. Nesta pesquisa, será focado o município de Porto de Pedras, tendo em vista que é onde fica a sede da Associação de Condutores do Turismo de Observação dos Peixes-Bois (Figuras 35 e 36), objeto desta pesquisa, porém algumas vezes será feita uma relação com São Miguel, no contexto da dinâmica do turismo e dos movimentos socioambientais.

Figuras 35 e 36: Sede da Associação de Condutores do Turismo de Observação dos Peixes-Bois



Fotos: Maíra Braga, novembro de 2014.

Essa região está situada no centro da Rota Ecológica, conhecida internacionalmente como um destino de charme, com meios de hospedagem diferenciados por serem de alto padrão estético e de qualidade, com características integradas ao ambiente natural e cultural local (Figuras 37 e 38).

Figuras 37 e 38: Pousada do Patacho, integrante da Rota Ecológica.



Fotos: Máira Braga, outubro de 2012.

Porto de Pedras é conhecida também como um destino de destacadas belezas naturais e de descanso, tendo a Praia do Patacho (Figura 39) como uma das principais referências, indicada pelo Guia 4 Rodas como uma das mais bonitas do Brasil.

Figura 39: Praia do Patacho, uma das principais praias de Porto de Pedras.



Fotos: Máira Braga, outubro de 2012

A Rota Ecológica compreende o trecho do litoral que vai de Japaratinga a Passo de Camaragibe, com praias mais isoladas e conservadas, graças ao traçado da estrada litorânea de Alagoas (AL 101), que em Japaratinga desvia e só volta à costa em Barra de Santo Antônio, fazendo com que quem se desloca de Pernambuco a Porto de Pedras precise atravessar de balsa o rio Manguaba (Figura 40).

Figura 40: Travessia de balsa pelo Rio Manguaba, entre Japaratinga e Porto de Pedras.



Fotos: Máira Braga, novembro de 2014.

Há na localidade uma boa estrutura turística, com pousadas, restaurantes, lojas de artesanatos (Figura 41) e serviços de passeios realizados por condutores locais. Os principais atrativos são as praias belas, limpas e quase desertas; as piscinas naturais formadas pelos recifes de corais; os estuários e manguezais; o casario histórico e a cultura local (Figura 42).

Figuras 41 e 42: Loja de Artesanatos Belas Artes; e casario histórico de Porto de Pedras.



Fotos: Máira Braga, novembro de 2014.

Além das paisagens, lazer associado à praia e a cultura local, um dos destaques de Porto de Pedras é a forte presença dos peixes-bois marinhos, que têm ali sítios de fidelidade, proporcionando a prática do turismo de observação do peixe-boi (Figura 43).

Figuras 43: Turismo de Observação do Peixe-Boi Marinho. Ao fundo, cativeiro de reintrodução de peixes bois, no Rio Tatuamunha, Porto de Pedras.



Foto: Enrico Marcovaldi/Acervo FMA, 2010.

O rio Tatuamunha, cujo estuário é localizado na divisa entre os municípios de Porto de Pedras e São Miguel (Figura 44), é o principal local do Brasil usado para reintrodução de peixes-bois reabilitados.

Figuras 44: Estuário do Rio Tatuamunha, entre Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.



Foto: Luciano Candisani/Acervo FMA, 2010.

Ecoturismo, turismo de observação do peixe boi, turismo cultural, de charme, de praia e náutico são as principais tipologias que ali ocorrem, de forma complementar, sendo que muitas vezes a atividade turística tem a participação da comunidade local, como empreendedora ou fornecedora de produtos e serviços turísticos.

Embora nesta região tenha-se também a presença de muitos empreendedores de outros estados brasileiros ou mesmo de outros países, sobretudo no ramo de hospedagem, com as sofisticadas pousadas de charme, observa-se que a comunidade local atua fortemente nas áreas de artesanato, alimentação e condução de visitantes, ocupando espaços também o turismo de base comunitária. Ali, o turismo de observação do peixe-boi marinho (Figuras 45 e 46), que é um dos principais diferenciais da localidade, é empreendido e desenvolvido pela comunidade local. Por tanto, no contexto da área trabalhada, destacam-se também as abordagens sobre o turismo de observação do peixe-boi e o turismo de base comunitária.

Figuras 45 e 46: Turismo de observação do peixe-boi, empreendido pela comunidade local.



Fotos: Maíra Braga, maio de 2011.

Em Porto de Pedras, a atividade do turismo de observação do peixe-boi é ordenada desde 2009, regulamentada e realizada pela população local, de forma associativa, gerando renda para a comunidade local e contribuindo para a conservação do ambiente. O ordenamento do turismo de observação nessa localidade foi decorrente de um Termo de Ajuste de Conduta, celebrado entre o Ministério Público Federal e de Alagoas, as prefeituras de Porto de Pedras e de São Miguel, o ICMBio/Projeto Peixe Boi e associações comunitárias locais. Hoje a comunidade tem a geração de renda em função desta atividade, ao mesmo tempo que este turismo ajuda na conservação e sensibilização ambiental (de visitantes e da população local envolvida) e proteção ao peixe-boi marinho, que é o mamífero aquático mais ameaçado de extinção do Brasil.

2.3.3 Unidades de Conservação em Porto de Pedras e suas Interfaces com o Turismo

A única Unidade de Conservação que incide no território de Porto de Pedras é a APA Costa dos Corais. A gestão dessa UC tem uma presença forte na área praieira e de turismo do município, já que o ICMBio tem um escritório em Porto de Pedras e mantém equipe e estratégias junto à estrutura do Projeto Peixe-boi (também gerido pelo ICMBio), que tem às margens do Rio Tatuamunha o cativeiro natural para reintrodução dos peixes-bois. O ICMBio atua também na orientação, capacitação e fiscalização do turismo de observação realizado na localidade.

APA Costa dos Corais

A APA Costa dos Corais é uma Unidade de Conservação Federal, criada em 23 de outubro de 1997, através de Decreto da Casa Civil, compreendendo partes de territórios de doze municípios, sendo quatro no litoral sul de Pernambuco (Rio Formoso, Tamandaré, Barreiros e São José da Coroa Grande) e 8 no litoral norte de Alagoas (Maragogi, Japaratinga, Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres, Passo de Camaragibe, São Luís do Quitunde, Barra de Santo Antônio e Maceió), incluindo água jurisdicionais. Situa-se no bioma Costeiro Marinho, abrangendo uma área de 404.279,93 hectares e apresentando cerca de 120 km de praia e manguezais. (Casa Civil, 1997)

A APA Costa dos Corais é a maior Unidade de Conservação marinha do Brasil. A sede da UC fica em Pernambuco, no município de Tamandaré, no Centro de Gestão e Pesquisa de Recursos Pesqueiros do Nordeste – CEPENE. A APA conta também com o apoio de duas Bases Avançadas em Alagoas: a de Barra de Santo Antônio e a do Centro de Mamíferos Aquáticos – CMA (estrutura do ICMBio), em Porto de Pedras, que trabalha em consonância com a APA Costa dos Corais.

Como UC de Uso Sustentável, a APA propõe conciliar os objetivos de conservação/preservação ambiental e os usos direto (pesca) e indireto (turismo e pesquisa) dos recursos naturais de maneira sustentável, ou seja, garantir esse uso para as gerações atuais e futuras. (SNUC, 2000). Localizada numa área de grande vocação turística, observa-se que a APA Costa dos Coais incorpora tanto em seus objetivos de criação como nas suas estratégias de manejo e gestão, a necessidade e oportunidade de conciliar a conservação ambiental com o uso sustentável da área através do turismo.

De acordo com seu decreto de criação e seu Plano de Manejo (ICMBio, 2013), os objetivos da APA Costa dos Corais são: I - garantir a conservação dos recifes coralígenos e de arenito, com sua fauna e flora; II - manter a integridade do *habitat* e preservar a população do peixe-boi marinho; III - proteger os manguezais em toda a sua extensão, situados ao longo das

desembocaduras dos rios, com sua fauna e flora; IV - ordenar o turismo ecológico, científico e cultural, e demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental; V - incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural regional.

De forma complementar, vale observar que em dois dos objetivos específicos constantes no Plano de Manejo pode se enquadrar o desenvolvimento da atividade turística sustentável, com a participação das comunidades locais: I - propiciar desenvolvimento socioambiental da população local, garantindo o acesso às informações e ao conhecimento; e II - incentivar a prática de atividades de baixo impacto. Também nos pressupostos e diretrizes do Plano de Manejo a importância da participação da população local é mencionada.

Embora a UC aponte para o ordenamento do território, no seu Plano de Manejo o diagnóstico destaca como principais fraquezas e ameaças a existência de atividades turísticas desordenadas. Em contraponto, a beleza cênica e cultural preservada, que favorece e contribui para o turismo contemplativo, é destacada no referido documento como um dos principais pontos fortes. (ICMBio, 2013)

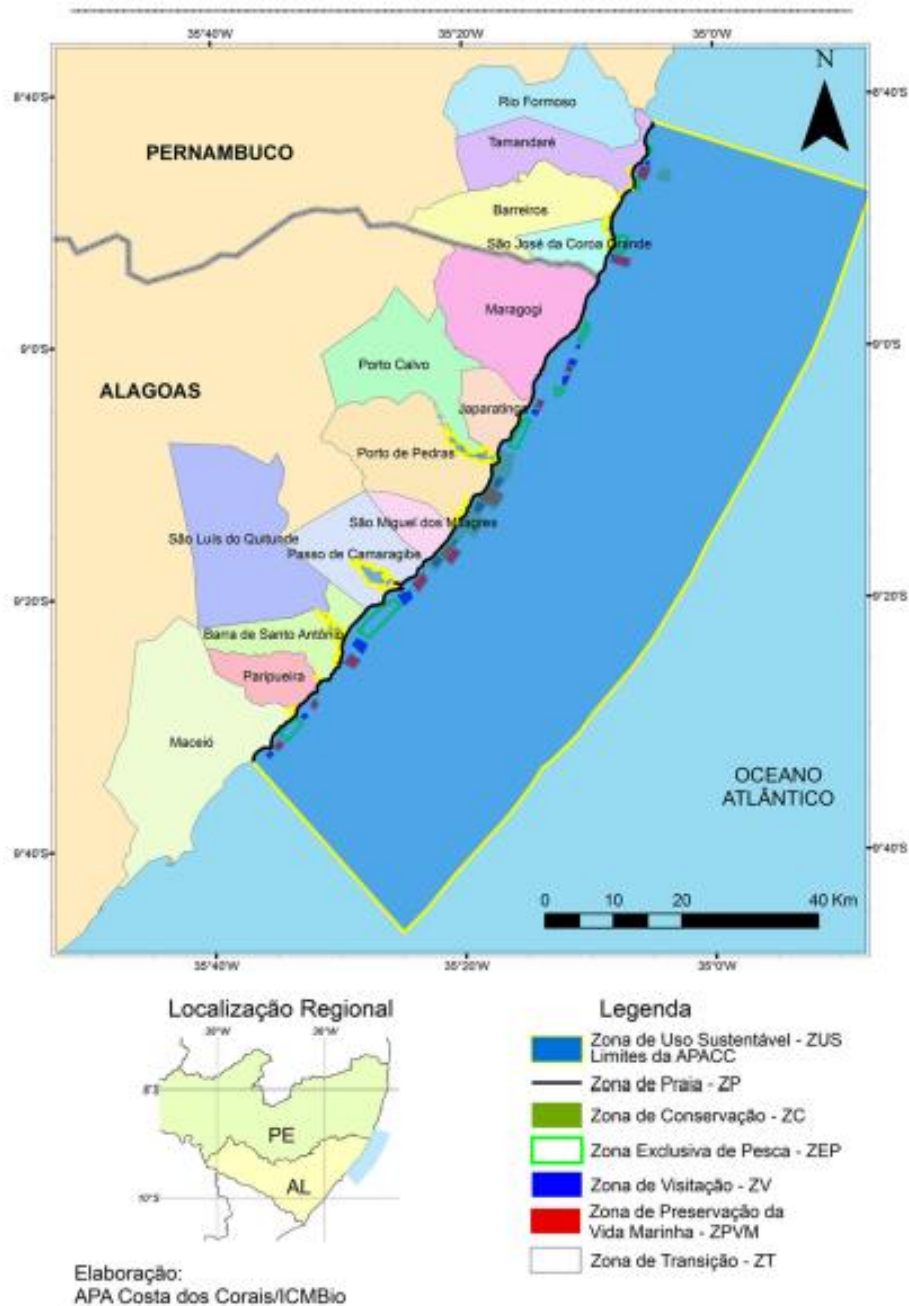
O zoneamento da APA Costa dos Corais conta com sete zonas (Figura 47), para as quais foram estabelecidas sua caracterização, localização, objetivos e normas. A zona que faz referências de forma mais direta à atividade turística é a Zona de Visitação (ZV) que, segundo descrito no Plano de Manejo, são “áreas destinadas ao uso turístico empresarial ou de base comunitária, conforme a vocação local, e de conservação de habitat”. O documento diz ainda que “nos municípios Porto de Pedras, São Miguel dos Milagres e Passo do Camaragibe preferencialmente será exercida atividade de turismo de base comunitária”. (ICMBio, 2013)

Mas também a Zona de Conservação da Vida Marinha (ZCVM) prevê a prática do turismo, especificamente o turismo de observação do peixe-boi marinho, na ZCVM do Peixe-Boi, proposta em audiência pública no processo de discussão sobre o Plano de Manejo. Em Porto de Pedras o turismo de observação é desenvolvido pela comunidade local, de forma associativa, e sob a orientação e fiscalização do ICMBio. A prática da atividade turística já é ali normatizada desde 2009, quando “foi pactuada entre as comunidades locais, Ministério Público Federal e o ICMBio a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta para ordenar o turismo de observação do Peixe-boi no Rio Tatuamunha (São Miguel do Milagres e Porto de Pedras/AL)”. O Plano de Manejo traz para seu corpo esta mesma normatização. (ICMBio, 2013)

Quanto aos programas de manejo, destaca-se, em referência à atividade turística, o Programa de Uso Público, que visa “ordenar o uso público existente, e fomentar novas atividades de usos sustentáveis, substituindo outras de uso direto na geração de renda da população local”. Este programa tem como principais ações: I - Implantar e manter as normativas de ordenamento de turismo marinho nas áreas definidas; II - Aplicar cursos de conduta consciente em ambiente

recifal; III - Apoiar a implantação da estrutura de embarque único na visitação às piscinas naturais de Maragogi; IV - Implementar programa de agentes ambientais nas Zonas de Visitação, garantindo um agente por zona.

Figura 47 : Mapa de localização da APA Costa dos Corais e seu zoneamento.



Fonte: Plano de Manejo da APA Costa dos Corais, 2013.

3. AS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E SEUS PROCESSOS DE INSTALAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Nesse capítulo são descritos os processos de instalação e desenvolvimento das iniciativas de TBC estudadas, abordando sobre a Cooperativa Náutica Ambiental, a Associação Peixe-Boi e a ASTUMAC, os fatores que as impulsionaram, seus contextos de criação e como ocorrem as práticas em suas atividades turísticas e organizacionais.

Quanto aos processos de desenvolvimento das iniciativas, as informações são apresentadas em dois itens. O primeiro refere-se às suas dinâmicas de organização e funcionamento, no qual são destacados aspectos relacionados ao perfil dos integrantes da iniciativa e suas formas de participação e capacitação, ao perfil do público, aos produtos e serviços oferecidos, às formas de divulgação e à estrutura organizacional. Tais informações podem também ser observadas de forma resumida no Apêndice D, em forma de quadro, no qual as informações sobre as iniciativas estão dispostas lado a lado, de maneira que fica mais fácil a visualização e comparação. O segundo item refere-se ao entendimento dos integrantes das iniciativas quanto ao Turismo de Base Comunitária.

As entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos presidentes das instituições comunitárias que empreendem as iniciativas e as oficinas junto a cooperados e associados, somadas às conversas informais com diversos atores sociais e moradores locais e às observações realizadas nas localidades estudadas foram importantes e complementares para a obtenção das informações e impressões, que serviram de base para a análise ora apresentada.

Nos meses de setembro, novembro e dezembro de 2014 foram realizadas três oficinas, uma em cada localidade, com o uso de metodologias participativas (Figuras 48, 49, 50, 51, 52,53), visando identificar os processos de instalação e de desenvolvimento das iniciativas, assim como o entendimento dos associados e cooperados acerca do TBC. O relato metodológico das oficinas pode ser verificado no Apêndice B deste documento.

As linhas do tempo de cada iniciativa, que resultaram das oficinas, são aqui apresentadas da forma como foram construídas pelos grupos durante a atividade, sendo feitos de imediato apenas breves comentários, tendo em vista que as informações e análises decorrentes das discussões tidas durante a aplicação dessa técnica serão tecidos nos itens posteriores.

Depois de apresentadas descrições e análises sobre as três iniciativas de TBC estudadas, neste capítulo é também apresentado um quadro síntese da contextualização das iniciativas em suas realidades iniciais (tendo como referência o momento de suas criações) e atuais. Esta síntese ajuda na análise das influências das iniciativas de TBC para a promoção de mudanças nas realidades locais.

Figuras 48 e 49: Oficina realizada junto aos integrantes da Cooperativa Náutica Ambiental. (Tamandaré-PE)



Fotos: Diana Bautista e Maíra Braga (respectivamente), setembro de 2014.

Figuras 50 e 51: Oficina realizada junto aos integrantes da Associação Peixe-Boi (Porto de Pedras-AL)



Fotos: Paulo Rodrigo Rego e Maíra Braga (respectivamente), novembro de 2014.

Figuras 52 e 53: Oficina realizada junto aos integrantes da ASTUMAC (Ponta Grossa-CE)



Fotos: Maíra Braga e Eliabe Crispim (respectivamente), dezembro de 2014

3.1 A COOPERATIVA DE TRABALHO NÁUTICA AMBIENTAL

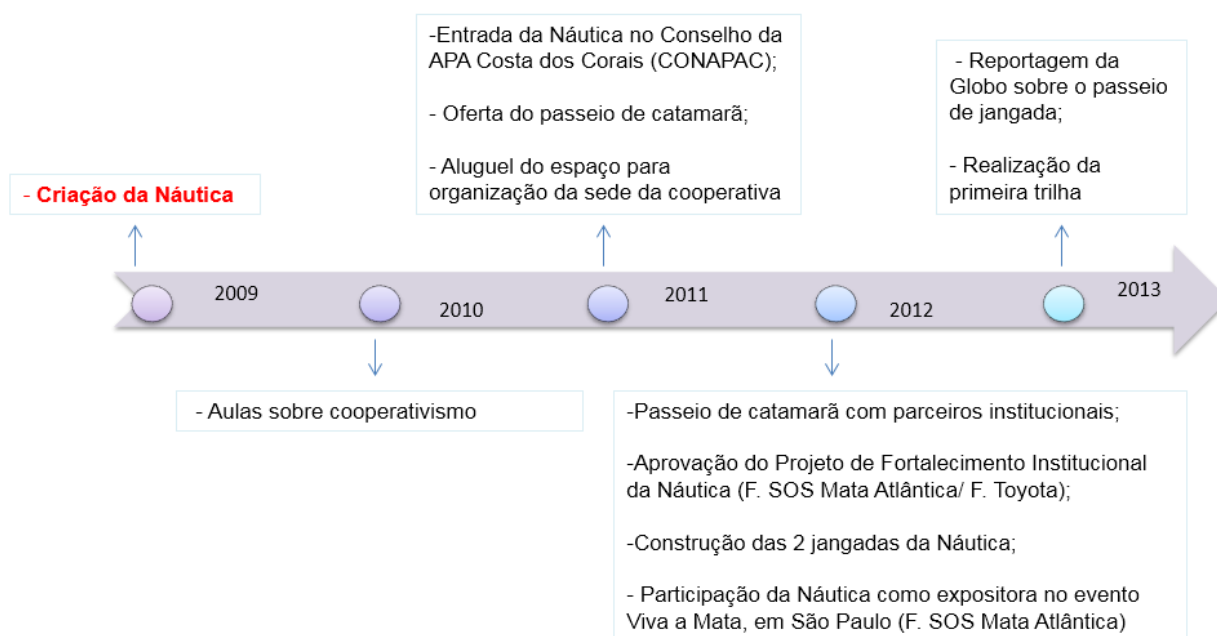
Situada em Tamandaré, litoral sul de Pernambuco, a Náutica Ambiental é uma cooperativa de prestação de serviços náuticos e ambientais, que oferece serviços de turismo, educação ambiental e monitoramento ambiental. Tem como foco de atuação o lazer, envolvendo educação ambiental, cultura e momentos de contato e apreciação da natureza.

Iniciou suas atividades mais focada em serviços náuticos, mas depois começou a empreender outras iniciativas, oferta de serviços turísticos, como condução de visitantes em diversos ambientes, mergulhos contemplativos e passeios de jangada. Atualmente a cooperativa pretende se fortalecer mais na área do turismo.

A Náutica é composta por doze cooperados, sendo que destes seis são naturais de Tamandaré e seis são pessoas de outras localidades que se agregaram à iniciativa. No grupo há pescadores, jangadeiros, aquaviários, artesãos, biólogos, técnicos em turismo, geógrafos, professores e monitores ambientais. Alguns dos cooperados naturais do lugar têm também nível superior de ensino.

Aqui é apresentada a linha do tempo da Náutica Ambiental (Figura 54), construída coletivamente pelos cooperados, durante a oficina realizada.

Figura 54: Linha do tempo da Cooperativa Náutica Ambiental:



Elaborado por Maíra Braga, 2015.

Realizando uma breve análise da linha do tempo da Náutica, observa-se que os principais aspectos que foram destacados pelo grupo dos cooperados em sua trajetória institucional estão relacionados sobretudo às ofertas de serviços turísticos, sendo citados os passeios de catamarã, as jangadas e as trilhas; e às parcerias com a Fundação SOS Mata Atlântica e participação no Conselho da APA Costa dos Corais.

3.1.1 Processo de instalação da iniciativa

A Náutica Ambiental surge da oportunidade de oferecer serviços otimizando a vocação turística, náutica e científica do município, gerando renda para a comunidade local. A criação da cooperativa veio a partir do incentivo da organização não governamental sediada e atuante em Tamandaré, o Instituto Recifes Costeiros (IRCOS), que apoiou a criação da cooperativa, com orientações técnicas e jurídicas para a formalização da instituição. Este contexto se deu no âmbito de um projeto, à época desenvolvido pelo IRCOS e apoiado pela SOS Mata Atlântica, de levantamento de trilhas subaquáticas no entorno das áreas fechadas (onde são proibidos pesca e usos recreativos) de Tamandaré, que previa o fomento à criação de uma cooperativa que viesse a executar os serviços que seriam potencializados com esta ação.

A expectativa era que a Náutica pudesse atuar prestando serviços para o IRCOS no monitoramento da reserva marinha de Tamandaré e dar suporte aos trabalhos de campo e pesquisas. Ao mesmo tempo, a iniciativa objetivava a geração de trabalho e renda para a comunidade e a potencialização do ecoturismo. Obter renda e engajar a comunidade em atividades na área ambiental era também um desejo das pessoas que iniciaram a Náutica.

A primeira reunião para a fundação da Náutica ocorreu em 09 de setembro de 2009, sendo que a cooperativa foi fundada juridicamente em março de 2010. Assim, a cooperativa praticamente iniciou suas atividades como uma instituição formalizada, com CNPJ, estatuto, escritório, equipamentos básicos e, portanto, custos fixos. Esse foi um benefício, mas ao mesmo tempo um peso que os cooperados tiveram que aprender a lidar e gerir.

Sabe-se, através da análise das postagens no blog da Náutica, que no início da história da cooperativa houve bastante atuação na prestação de serviços náuticos e apoio a pesquisas, e que no decorrer do tempo o turismo foi se firmando para a Náutica como algo que os cooperados quiseram se aprofundar, fazer mais, buscar outras oportunidades no segmento.

Entretanto, observa-se que no exercício da linha do tempo, durante a oficina, os serviços náuticos não foram citados pelos participantes. Os fatos que foram evidenciados foram as principais atividades de iniciativa dos próprios cooperados. Observa-se que nas falas foram salientadas mais as iniciativas relacionadas a atividades de recepção de visitantes – sejam eles

turistas, veranistas, visitantes dos municípios vizinhos, ou mesmo pessoas da comunidade de Tamandaré. Também não apareceu no exercício da linha do tempo relatos do início da história, como surgiu a cooperativa, o projeto que incentivou a formação da cooperativa.

Ao se depararem com estas duas observações (sobre a ausência de menção aos serviços náuticos e ao momento de criação da cooperativa), os participantes da oficina expressaram que naquele tempo, no início da cooperativa, eles não se sentiam apropriados e empoderados, por não ter sido uma iniciativa da própria comunidade. “A iniciativa da cooperativa não partiu de dentro de cada um” – diz um dos participantes da oficina. Outro cooperado comenta:

“Nas capacitações sobre cooperativismo se diz que geralmente a cooperativa vem de uma prática que já existe na comunidade e não de uma situação induzida, não é um fator externo que cria a cooperativa, como foi com a Náutica.”

Segundo os cooperados, entre 2009 e 2011 praticamente só existia a atividade do monitoramento da área fechada e depois o Projeto Meros, atividades para as quais o IRCOS contratou o serviço de algumas pessoas através da Náutica. Atualmente o projeto Meros já está finalizado e a Náutica não executa mais o serviço de monitoramento. O IRCOS permaneceu sendo o principal cliente da Náutica até meados de 2014, mas no segundo semestre de 2014 a Náutica e o IRCOS findaram as relações institucionais.

De acordo com as falas dos participantes, observa-se que a parceria com o IRCOS, embora tenha sido fundamental para o início da Náutica, não é bem reconhecida por parte dos cooperados. Reflete-se que naquele tempo eles não foram empreendedores, apenas prestadores de serviços, por isso não incorporaram bem este momento como parte relevante da história da cooperativa.

“O monitoramento e o projeto Meros são projetos externos, não aconteceram como processos cooperativistas, de união, de consenso. (...) A participação da Náutica era limitada a funções específicas, foi um formato pronto, já vinha definido quem ia participar.”

Apesar de essa ser uma percepção geral entre os presentes na oficina, um dos participantes observou que se tivessem outros cooperados na oficina, provavelmente citariam o monitoramento e o Meros como importantes, inclusive por que estas foram as atividades que subsidiaram a existência da Náutica por muito tempo.

Os cooperados hoje envolvidos refletem que a atuação da Náutica de fato como uma organização local com movimento próprio e início de autonomia apenas aconteceu a partir de 2011, quando eles começaram a empreender ideias próprias, criar outras alternativas de serviços, se projetar mais para atividades de turismo, buscar outros públicos e estabelecer outras relações institucionais e de parcerias. Um dos participantes da oficina afirma:

“Só monitoramento para mim não é cooperativa. A gente só começou mesmo como cooperativa em 2011, quando começou a parceria com a SOS Mata Atlântica e outras instituições que a gente conheceu, e começaram atividades de campo que envolviam mais gente, como o passeio de catamarã e as trilhas.”

Quanto à atividade turística que ocorria em Tamandaré na época da criação da Náutica, pode-se dizer que esta era semelhante à que ocorre hoje, com predominância do turismo sol e praia, sazonal, com bastante veraneio e pousadas, com grandes *shows* como atrativos, um turismo de certa forma massivo. Neste contexto, a atividade da Náutica surge como um serviço diferenciado, no intuito de oferecer aos visitantes a oportunidade de uma vivência mais equilibrada com o ambiente e com a comunidade local.

Por fim, pode-se dizer que a Náutica não surge de um conflito socioambiental local (embora o turismo de massa incomode, esta não foi a principal motivação) ou de qualquer incentivo por parte de políticas públicas relacionadas ao turismo, e sim por uma oportunidade e incentivo de uma organização não governamental.

Talvez o fato de que a Náutica não surgiu como uma iniciativa decorrente de um movimento e impulso próprio da comunidade, associado ao perfil do turismo massivo de Tamandaré, que leva a uma forma de ser dos atores sociais locais pouco solidária e baseada em pressupostos mais capitalistas do que solidários, sejam elementos indutores para a situação de pouco envolvimento, participação, cooperação e solidariedade que prevalece na Náutica. Observa-se que não há uma maior apropriação da comunidade de Tamandaré em relação à iniciativa, tendo em vista que o sentimento de pertencimento, coletividade e proatividade é inerente a um grupo relativamente pequeno de cooperados.

3.1.2 Processos de desenvolvimento da iniciativa

a) Dinâmica de organização e funcionamento da Cooperativa Náutica Ambiental

Durante o período inicial, entre 2009 e 2011, o foco de trabalho e praticamente único cliente da Náutica era o IRCOS, com as atividades de monitoramento ambiental. Apenas entre 2011 e 2012 surgiram os primeiros clientes, tanto para atividades de suporte náutico, como para turismo e capacitações. Desde então a Náutica tem investido mais esforços para empreender iniciativas relacionadas ao turismo, buscando se fortalecer nesse segmento.

No âmbito do turismo, a Náutica **trabalha com** condução de grupos em trilhas e passeios ecológicos e culturais, por ambientes de praias, manguezais, matas e monumentos históricos; oferece passeios de jangadas a vela e de catamarã, mergulhos contemplativos e turismo pedagógico, além de vivências de sensibilização e educação ambiental. Para além do turismo,

estão em seu portfólio os serviços náuticos e de apoio a pesquisadores, monitoramento ambiental e cursos de capacitação em temas ambientais, como orientações de conduta consciente em manguezais e ambientes recifais.

O **perfil do público** da Náutica varia de acordo com as atividades desenvolvidas. Para os passeios de jangadas geralmente são casais ou pequenos grupos de famílias e amigos, formados por turistas que estão hospedados nas pousadas, ou mesmo visitantes que vão passar o dia na praia ou veranistas. A maioria brasileiros, com alto grau de escolaridade e interesse em novos conhecimentos. Costumam procurar pelo passeio no mesmo dia ou no dia anterior.

Das trilhas participam também grupos organizados da comunidade local, como participantes de programas governamentais relacionados a pescadores e idosos, por exemplo. Grupos de estudantes, principalmente universitários, também são comuns. Estes de perfis específicos costumam agendar a atividade com antecedência e chegam a Tamandaré de ônibus fretado. Para grupos maiores, a atividade náutica geralmente é feita com o uso do catamarã de um dos cooperados. Na baixa estação, acontecem mais os atendimentos a grupos de perfis específicos, como de estudantes, de pesquisadores, de idosos, etc.

Como a Náutica não tem um ponto fixo próximo à orla, os cooperados fazem **divulgação** e captam os clientes oferecendo os serviços na beira da praia. Além disso, os turistas ficam sabendo sobre a Náutica a partir da *internet*, por divulgação boca a boca, através de amigos e através de alguns contatos de empreendimentos turísticos locais. Neste sentido, observa-se que esta iniciativa de TBC relaciona-se de alguma forma com o mercado turístico local, embora não tenha nenhuma articulação ou acordo com agências, operadoras e empresas de receptivo.

É importante ressaltar também a qualidade das informações em textos, fotografias e vídeos veiculadas através do *blog* e *facebook* da Náutica. Estes meios de comunicação servem tanto para o contato com os potenciais clientes, quanto com os cooperados e parceiros. Divulgam não apenas os serviços oferecidos e as atividades realizadas, mas também usam para a mobilização dos cooperados para participação em reuniões e ações institucionais.

Quanto ao **perfil do público** da Náutica, apresenta o interesse em um turismo diferenciado, tranquilo, de baixo impacto ambiental e social, que agregue informações e vivências de peculiaridades do ambiente local, além da expectativa de lazer e diversão. Desejam saber sobre o manguezal, os recifes de corais, a história do lugar. A equipe da Náutica tem o cuidado de dar informações de forma agradável e contextualizada, mas sem saturar o visitante.

Os dois principais produtos turísticos da Náutica são os passeios de catamarã e os passeios de jangada à vela, sendo que atualmente os passeios de catamarã têm sido realizados apenas para grupos grandes, geralmente de estudantes. O que tem sido mais realizado são os passeios de jangada à vela.

Entre 2011 e 2012 os cooperados tiveram a iniciativa de alugar um catamarã para oferecer passeios às piscinas naturais, com direito a mergulho contemplativo e falas de sensibilização e informação sobre o ambiente recifal. Segundo os cooperados, essa iniciativa foi muito boa, ajudou a animar os integrantes a empreenderem iniciativas próprias, divulgou a Náutica e alavancou a economia da cooperativa, além de ter proporcionado a compra de equipamentos, como coletes, máscaras de mergulho e nadadeiras. Sobre essa ideia empreendida pelos cooperados, um dos participantes da oficina comentou:

“Essa foi uma das principais atividades cooperadas da Náutica. A gente priorizou o pagamento do aluguel do catamarã, para só depois começar a receber. Os envolvidos até renunciaram parte do dinheiro que tinham direito, pra equipar e alavancar a cooperativa. Foi bom também por que ajudou a divulgar, foi quando as pessoas mais conheceram a Náutica em Tamandaré. O público procurava o catamarã da Náutica porque sabia que ali tinham pessoas que recebiam bem os visitantes, que sabiam passar informações, os equipamentos eram bons. Os turistas reconhecem a Náutica por esses diferenciais e alguns voltam para fazer outros passeios.”

Embora esta tenha sido uma iniciativa bem sucedida, os cooperados avaliaram que seria ainda melhor se eles pudessem ter suas próprias embarcações, já que o custo do aluguel era muito alto.

Em 2012 a Náutica aprovou junto à Fundação SOS Mata Atlântica o Projeto de Fortalecimento Institucional da Cooperativa, que contemplou, entre outras coisas, a confecção de duas jangadas à vela, que passaram a ser utilizadas para os passeios turísticos. Atualmente o principal serviço da Náutica tem sido os passeios de jangadas à vela às piscinas naturais.

De acordo com o relatado pelos cooperados, o público que prefere o passeio de jangada é bem diferente do público do catamarã, pois no catamarã se trabalha com grupos maiores, a maioria das vezes envolvendo pessoas que não se conhecem, enquanto na jangada a maior parte do público são casais e famílias. São pessoas que querem um contato mais íntimo, um ambiente mais particular. Um dos cooperados comentou:

“É um passeio mais agradável, de jangada vai mais lento, a pessoa aproveita o percurso até as piscinas. Tem gente que faz questão de ter a experiência de velejar. Tem uma exclusividade e consegue passar por alguns lugares por onde só passa a jangada.”

Formada por pessoas físicas, dentre **seus cooperados** a Náutica agrega um perfil variado, que inclui de pescadores a artesãos, professores, geógrafos, biólogos e técnicos em turismo. Atualmente são doze cooperados, sendo que desses seis são naturais de Tamandaré e seis são pessoas que vieram de outras localidades e se integraram à Náutica, na maioria das vezes por contextos relacionados a pesquisas. Alguns desses que não são nativos moram em Tamandaré há anos.

Quanto à **forma de participação**, os cooperados atuam na operacionalização das atividades, nas funções de guias/condutores de trilhas, educadores ambientais, jangadeiros, marinheiros, monitores ambientais, apoio a pesquisas, orientação de mergulhos contemplativos, construção e manutenção de jangadas. Atuam também em atividades administrativas e na divulgação, principalmente através da alimentação do *blog* e do *Facebook* da cooperativa, além da manutenção dos contatos com os clientes.

Um dos cooperados relata que a expectativa inicial dos comunitários que buscam atuar junto à Náutica geralmente é a ampliação da renda. Como esta é uma cooperativa de trabalho, alguns chegam, inclusive, a achar que a cooperativa serve para viabilizar empregos. Mas não é assim. Na Náutica cada cooperado é fornecedor de serviços e ganha proporcionalmente pelos serviços que prestam. Segundo ele, outras pessoas se aproximam com interesse de atuarem junto à Náutica por que esta realiza trabalhos relacionados aos aspectos ambientais locais, o que gera oportunidades de aprendizados e reconhecimento.

Quanto à participação dos cooperados em **capacitações**, eles relataram que, no âmbito da cooperativa, participaram de curso sobre cooperativismo e curso de navegação com embarcações à vela. Também alguns membros já participaram de capacitações específicas sobre atividades técnicas e de monitoramento ambiental e de cursos oferecidos pelo SEBRAE e SENAC.

No que se refere à **estrutura da organização**, até novembro de 2014 havia uma sede alugada, com espaço para reuniões, duas salas, banheiro, copa e terraço. O espaço era utilizado mais para escritório do que para recepção de visitantes, tendo em vista que a abordagem e atendimento aos turistas são realizados em campo. Entretanto, no final do ano a casa foi entregue, por falta de condições de manter o pagamento dos custos e os materiais da cooperativa ficaram guardados parte na casa de cooperados e parte na Colônia de Pesca de Tamandaré.

b) Entendimento da Cooperativa Náutica Ambiental sobre o TBC

Durante a oficina foi refletido em grupo se os integrantes da Náutica percebem a cooperativa como uma iniciativa de Turismo de Base Comunitária e o que eles acham do fato de que a Náutica tem a metade de seus membros pessoas que não são nativas de Tamandaré, mas que se agregaram à dinâmica da população local. Essa reflexão ocorreu em função de que o envolvimento direto das comunidades locais na atividade turística e a geração de benefícios a estas são elementos fundamentais apontados nas discussões teóricas e conceituais acerca do tema, conforme apresentado nesta pesquisa (WWF Brasil, 2013; Bagagem, 2014; BRASIL, 2010). O conceito de TBC apresentado por Coriolano (2003, p.41), que foi adotado como referência nesta pesquisa, faz menção aos “moradores do lugar” ao se referir à comunidade. Nesse conceito

a autora fala da compreensão do turismo comunitário, solidário, de base local ou de base comunitária, no mesmo contexto.

Diante do debate, foi dito pelo grupo que o fato de ter pessoas na Náutica que não são originariamente da comunidade local reflete o processo do lugar, a realidade de Tamandaré, e que na Náutica isso é visto como uma coisa positiva, construtiva, porque daí vem a complementaridade das habilidades para suprir as necessidades para a cooperativa funcionar, como os conhecimentos empíricos, de vida e de campo e os conhecimentos científicos e habilidades para lidar com questões administrativas e institucionais. Perguntados sobre se eles se consideram como uma iniciativa de TBC, observa-se que as opiniões e entendimentos são diversos. Um dos associados comenta:

“Somente de base comunitária não. A base comunitária de Tamandaré entra mais com o conhecimento local, os que vêm de fora às vezes trazem outras habilidades, pra dar conta, por exemplo, da parte burocrática, além de outros conhecimentos que se somam à prática local. Se ficar só no escritório não tem execução. Se ficar só na prática, quem vai organizar, estruturar, escrever, responder os e-mails, alimentar o *blog*? Os conhecimentos locais são importantes, eles sabem melhor como é em campo. A união dos dois é que faz funcionar. Na cooperativa a gente tem que ser da marreta à caneta!”

Tamandaré apresenta grande interface com realidades distintas, pessoas de vários lugares, com diversos atores, fluxos, interesses e formas de trabalhar o turismo, principalmente nos períodos de veraneio, quando ocorre também o turismo de massa. Ali não há comunidades locais isoladas, o diálogo e as atividades conjuntas com pessoas de fora são comuns. Ainda diante da questão se a Náutica é uma iniciativa de TBC, um dos participantes da oficina ocorrida na cooperativa comentou:

“O TBC está sendo uma semente que sem querer a gente está plantando e cultivando aqui. Mesmo que alguns cooperados sejam de fora, eles residem aqui, a maioria há muitos anos. Inclusive são socialmente e politicamente ativos na comunidade, consomem, executam coisas. A dificuldade de ter o TBC aqui é o desafio de enfrentar o ciclo histórico e vicioso que é o turismo de massa, sazonal e predatório, que só valoriza praia e veraneio, e que atrai multidões para Tamandaré.”

Um outro cooperado trouxe como referência uma experiência que ele teve quando conheceu a Prainha do Canto Verde, no Ceará, que é uma localidade emblemática do TBC. Ele relata que ficou impressionado como o TBC é desenvolvido lá.

“O histórico da comunidade é impressionante. É uma RESEX Marinha e lá é desenvolvido o TBC. Eles têm um histórico de resistência, é uma comunidade que se juntou para ter seu território reconhecido e preservado, que não queria ser uma “Canoa Quebrada”, com turismo massificado como Porto de Galinhas e Pipa. Mulheres fazem bordado e renda, os homens pescam. Os visitantes querem viver aquele modo de vida: comer um peixe fresco, dormir numa hospedagem simples,

comprar um artesanato, contribuir para a economia local. Lá se aplica o TBC e tem a Rede Tucum, que eles fazem parte.”

O fato de esse cooperado ter levado ao grupo o relato dessa experiência - justamente numa comunidade do Ceará, onde a realidade e a forma de desenvolvimento do TBC são similares a Ponta Grossa, uma das outras iniciativas objeto dessa pesquisa - foi muito bom, porque já estabeleceu a conexão que a presente pesquisa propõe, de refletir sobre as diferentes realidades e formas de desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária. Inclusive durante a oficina foi exibido o vídeo da Rede Tucum e esta discussão pôde ser ampliada.

Voltando a analisar a prática do turismo desenvolvido pela Náutica Ambiental, faz-se a seguinte reflexão. Aquela experiência da Prainha do Canto Verde é ícone do TBC, um ideal que se aplica naquela realidade. Mas em Tamandaré há outra realidade: veraneio, pousadas, gente de fora, fluxo grande. A atividade desenvolvida pela Náutica não contempla alguns princípios do TBC mas permeia o turismo, valoriza os atrativos naturais e culturais locais, inclui e beneficia pessoas da comunidade local (nativos ou incorporados na dinâmica local), busca ampliar as oportunidades de trabalho e renda com base nas potencialidades e características do lugar.

Dessa forma, considera-se que a Náutica Ambiental é uma iniciativa que se aproxima do conceito de TBC em vários aspectos, e embora ela ainda não tenha se consolidado nesta atuação a ponto de destacar-se em Tamandaré como uma iniciativa de TBC com maior reconhecimento e maturidade, envolvendo de forma mais efetiva e abrangente a comunidade local, esta pode ser considerada uma iniciativa de TBC. Há de se considerar ainda que a Náutica pode ser entendida como uma iniciativa de TBC, mas Tamandaré não é um destino onde o TBC prevalece.

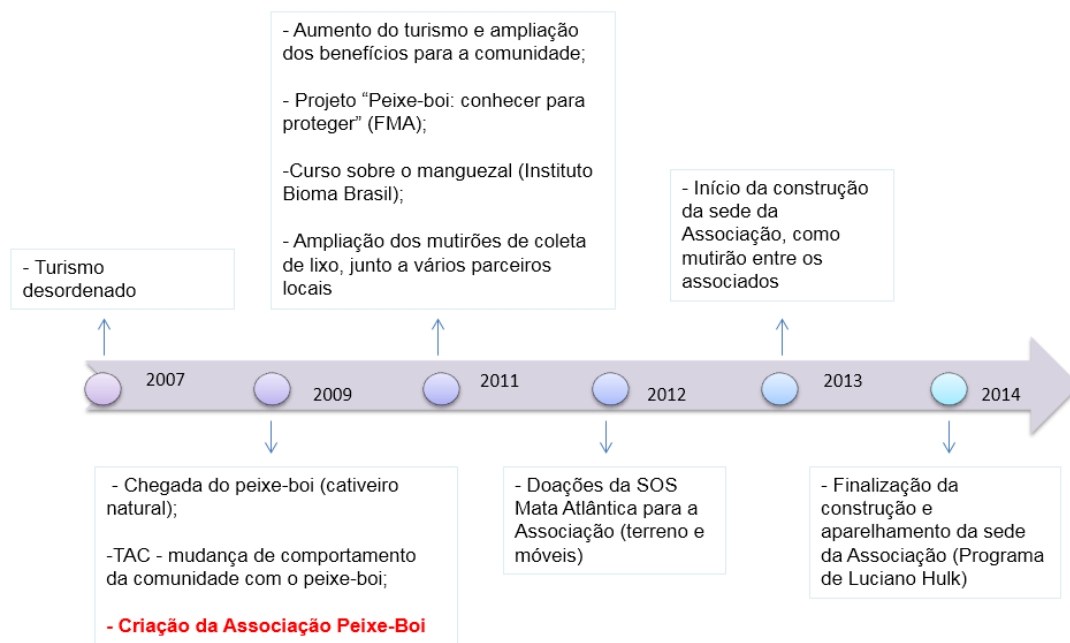
3.2 A ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DO PEIXE-BOI MARINHO

Localizada em Porto de Pedras, Litoral Norte de Alagoas, a Associação de Condutores do Turismo de Observação do Peixe-Boi Marinho (também chamada de Associação Peixe-Boi) foi criada para trabalhar o turismo de observação do peixe-boi de forma ordenada. A Associação destaca-se por sua importante contribuição para o desenvolvimento local através da prática do turismo, que envolve e gera benefícios à comunidade local, contribuindo também para a conservação ambiental, sobretudo dos estuários, com sua biodiversidade, destacando-se os manguezais e os peixes-bois.

A Associação é composta por cinquenta e um integrantes, todos da comunidade local, sendo a maioria pescadores, havendo também jangadeiros, artesãos, biólogos, professores e guias.

Aqui é apresentada a linha do tempo da Associação Peixe-Boi (Figura 55), construída coletivamente pelos associados, durante a oficina realizada.

Figura 55: Linha do tempo da Associação Peixe-Boi



Elaborado por Maíra Braga, 2015.

Numa breve análise da linha do tempo da Associação Peixe-Boi, observa-se que os associados destacam alguns fatos antes mesmo da criação da Associação, fatos esses que caracterizam as circunstâncias do surgimento da iniciativa. O ano 2011 aponta como um ano de aumento do turismo e participação em diversas atividades, potencializadas por parcerias locais e com outras organizações não governamentais. A partir daí foi um momento de maior amadurecimento e estruturação institucional, com destaque para a conquista da sede.

3.2.1 Processo de instalação da iniciativa

O município de Porto de Pedras, conjuntamente com seu vizinho São Miguel dos Milagres, destaca-se no Litoral Norte de Alagoas como destino turístico, por suas praias quase desertas e ricas em belezas naturais. Esta é também, historicamente, área de ocorrência de peixes-bois marinhos, mamíferos aquáticos mais ameaçados de extinção do Brasil, que se utilizam das praias e estuários como espaços de vida, de deslocamento, alimentação e reprodução.

No ano 2009 a base do Projeto Peixe-Boi, à época desenvolvido pelo Centro Nacional de Pesquisa e Conservação de Mamíferos Aquáticos (CMA), órgão ligado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), em parceria com a Fundação Mamíferos Aquáticos (FMA), foi transferida do município de Paripueira (também em Alagoas, próximo a Maceió) para Porto de Pedras. Não apenas o escritório e a equipe técnica se instalaram ali, mas também foram deslocadas para lá estruturas e estratégias de conservação dessa espécie. Foi implantado no rio Tatuamunha um cativeiro natural para reintrodução de espécimes reabilitados. Quando soltos, a maioria dos animais reintroduzidos costuma permanecer por perto, adotando aquela área como sítio de fidelidade. Isso ocorre por que os animais que são reintroduzidos passaram por longos períodos sob cuidados humanos, a maioria desde filhotes, então eles se acostumam com as pessoas, tornam-se dóceis e afeitos aos serem humanos, e terminam permanecendo no rio Tatuamunha e seu entorno.

O peixe-boi marinho passou a ser um grande atrativo turístico na localidade. Os visitantes queriam ver os animais e a população local começou a oferecer passeios com esta finalidade. Iniciou com um grupo pequeno de pessoas da comunidade, que logo despertou o interesse em outras pessoas e a atividade foi crescendo de forma desordenada e impactante. Há relatos de que chegavam muitos visitantes de uma só vez, que eles se aproximavam, tocavam e alimentavam os animais. Um dos associados comenta:

“Não era todo mundo que estava qualificado pra atender o visitante, falar sobre o peixe-boi, entender como funcionava. Por isso que as pessoas começavam a fazer de qualquer jeito, recebiam muitas pessoas, muitos grupos. Para eles não era nada errado, pois eles não tinham o conhecimento do que era fazer o certo e pra eles era interessante, por que o turista chegava, via o peixe-boi e eles ganhavam dinheiro.”

Inicialmente os comunitários ofereciam os passeios individualmente, não existiam associações. Foi então organizada a Associação Amigos do Meio Ambiente (AMEA) em 2006, visando juntar pessoas da comunidade para trabalharem com o turismo de observação do peixe-boi. Posteriormente um grupo que não estava satisfeito com a AMEA se separou e criou a Associação dos Ribeirinhos Amigos do Meio Ambiente (ARIBAMA), em 2009, que passou a desenvolver o turismo de observação e outras ações sociais e ambientais na região. Havia também algumas pessoas de São Miguel dos Milagres, que trabalhavam individualmente levando turistas para verem os peixes-bois. Na época eles pensavam em criar uma outra associação, mas eles também não se entendiam entre si. Há relatos, inclusive, que os comunitários ficavam disputando os clientes, gerando situações desagradáveis. Este cenário do turismo desordenado, corroborado por disputas entre lideranças comunitárias, gerou uma situação de conflito socioambiental.

Foi então quando o ICMBio, juntamente com algumas pousadas da região, acionou o Ministério Público Federal para estabelecer a solução do conflito. Por um lado, o ICMBio, no contexto do Projeto Peixe-boi, estava preocupado com os impactos que a atividade estava gerando ao ambiente, especialmente aos animais; e por outro lado os donos das pousadas percebiam que os visitantes saíam em desvantagem, pelo atendimento sem qualidade, gerando muitas reclamações.

Como havia muitos conflitos de liderança e desentendimentos entre as pessoas e organizações que trabalhavam esta atividade, o Ministério Público estabeleceu que deveria ser criada uma nova organização comunitária, que viesse a trabalhar o turismo de observação do peixe-boi a partir das regras que passaram a ser estabelecidas através Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O referido TAC, firmado em julho de 2009 pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual, pelas Prefeituras de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, pela APA Costa dos Corais/ICMBio, pelo CMA/ICMBio e por representantes das comunidades dos guias do passeio ecológico do peixe-boi, veio regulamentar o turismo de observação dos peixes-bois em Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, definindo as regras de funcionamento da atividade. Foi neste contexto que foi criada a Associação Peixe-Boi, em 2009.

Vale ainda mencionar que antes que o turismo de observação surgisse como oportunidade de trabalho e renda para a comunidade local, o convívio dos pescadores com os peixes bois também gerava nesta localidade alguns conflitos, tendo em vista que às vezes os pescadores se sentiam prejudicados em suas atividades. Essa tensão por vezes ocasionava agressões aos animais. Um dos associados dá o seu depoimento que expressa essa situação:

“Antigamente eu, como pescador, não sabia as regras, não entendia de nada, o que era o peixe-boi. Na época quando eu via minha rede estragada eu batia nele com raiva, pra ele sair dali. Eu machuquei o peixe-boi, mas hoje não machuco mais.”

Sendo assim, o TAC também visou à inclusão da comunidade local no turismo de observação, de forma a proporcionar à comunidade os benefícios desta atividade. Um dos associados comenta:

“O objetivo era organizar e ordenar o turismo de observação de base comunitária e dar um amparo a pessoas que já realizavam o turismo ecológico e aos pescadores que tiveram alguma vez prejuízo com o peixe-boi, como a perda da rede e de área de pesca onde os peixes-bois estavam. A ideia era também que eles não entrassem em conflito com o peixe-boi por conta do estresse que era perder o artefato de pesca e mostrar ao pescador outra alternativa, e que é bem melhor manter o peixe-boi vivo.”

As regras estabelecidas pelo TAC foram discutidas com a participação de pessoas da comunidade que já trabalhavam na atividade, conjuntamente com as prefeituras de Porto de Pedras e São Miguel, o ICMBio e o Ministério Público. Embora a comunidade tenha participado

inclusive da discussão de como formar a associação, relata-se que na época foi muito difícil, pois os comunitários que queriam continuar a trabalhar o turismo de observação tiveram que se adequar àquele novo formato, com muitas regras, relações difíceis e fiscalizações. Um dos associados relata:

“As pessoas foram ‘obrigadas’ a entrar nessa associação nova que foi criada pelo TAC para ordenar o turismo, e isso foi muito conflituoso. Tinham que conviver com quem não gostavam e não tinham escolhido. Se quisessem participar, tinham que se adaptar àquela situação, que era como se fosse o que era melhor pra todos. A condição era: ou se organiza pra fazer tudo certo, ou a pessoa deixa de trabalhar naquilo e dá oportunidade a outras pessoas que queiram, ou deixa de existir a atividade.”

De acordo com os associados, na época da criação da Associação Peixe-Boi os principais atores que trabalhavam o turismo na localidade eram as pousadas, que ainda não eram organizados como Associação Rota Ecológica – o que surgiu posteriormente e foi também potencializada com o turismo de observação. Como aquela é uma Área de Proteção Ambiental, começou-se a trabalhar um turismo de mais qualidade, e nesse contexto os pousadeiros também sentiram a necessidade de se organizar conjuntamente.

Quando da criação da Associação Peixe-Boi, os atores sociais que estiveram mais próximos, apoiando a estruturação da instituição, foram o CMA/ICMBio e a Fundação Mamíferos Aquáticos, que atuavam no contexto do Projeto Peixe-Boi. Essas instituições tiveram um importante papel nesse início, inclusive porque ficaram responsáveis, perante o TAC, pelo processo de capacitação e credenciamento dos condutores do turismo de observação. As parcerias com as pousadas só ocorreram depois, conforme relata um dos associados

“No início as pessoas na Associação se sentiam muito sozinhas. As pousadas no começo tinham dúvida se ia dar certo, só deram crédito quando viram a coisa acontecendo. A relação das pousadas não era tanto com a Associação e com as pessoas, era mais como o ICMBio.”

Apesar de que a organização foi criada em decorrência de uma situação imposta pelo TAC, a comunidade hoje reconhece que o ordenamento do turismo de observação foi importante, como pode ser confirmado a partir da fala de um associado:

“Na época foi muito difícil, mas se hoje você perguntar se a comunidade quer que volte a ser como era antes do TAC, ninguém quer. Hoje se sabe que essa foi a melhor alternativa. Eles continuam sendo pescadores, porém a pesca tem uma qualidade maior, não agride o meio ambiente e eles conhecem e preservam o peixe-boi, sabem lidar bem.”

Reconhece também os impactos do turismo desordenado e que se a regulamentação da atividade não tivesse ocorrido, esta não seria sustentável, comprometendo sua própria existência.

“Se tivesse continuado daquele jeito, já teria sido proibido o turismo pra ver o peixe-boi, por que prejudicava os animais, a fiscalização do ICMBio, os visitantes e as pousadas, porque a imagem era bem ruim. Não só o peixe-boi sofria, mas todo o *habitat* natural, o manguezal.”

Diante deste histórico, observa-se que a Associação Peixe-Boi surgiu a partir de um conflito socioambiental local, que foi transformado em uma oportunidade. Segundo os associados, ela não surgiu de forma espontânea e por iniciativa e impulso da comunidade e sim por indução do TAC, em função do conflito instalado, mas a comunidade viu ali uma oportunidade e investiu esforços para que o funcionamento da Associação fosse positivo. Inclusive por que quem tinha que fazer a Associação acontecer era a comunidade e se ela não tivesse de fato assumido, a associação não teria saído do papel.

3.2.2 Processos de desenvolvimento da iniciativa

a) Dinâmica de organização e funcionamento da Associação Peixe-boi

A Associação Peixe-boi é uma organização comunitária especializada no turismo de observação do peixe-boi marinho. Na localidade atualmente essa atividade é realizada exclusivamente por esta associação, a partir de passeios de jangadas não motorizadas por um trecho do rio Tatuamunha, através dos quais os visitantes têm a oportunidade de contemplar o manguezal e observar suas paisagens e biodiversidade, com destaque para os peixes-bois, que consistem no principal atrativo do passeio.

No trecho do rio onde é desenvolvida essa atividade as jangadas passam pelos cativeiros naturais de reintrodução dos peixes-bois (uma espécie de cercado dentro do rio), onde é possível observar os animais que estão em adaptação antes da soltura no ambiente natural. Além destes animais que se encontram no cativeiro, geralmente é possível também observar outros peixes-bois que vivem livremente no rio Tatuamunha, já que muitos animais que já foram soltos adotam aquela área como sítios de fidelidade, lugar que eles escolhem para viver.

O turismo de observação, desde que foi regulamentado em 2009 e passou a ser desenvolvido pela Associação Peixe-Boi, segue uma série de regras de funcionamento. As principais são as seguintes: foi estabelecido um local único de embarque e desembarque; cada jangada segue com um condutor/guia e dois remadores, que trabalham em esquema de revezamento; o máximo de visitantes que podem fazer o passeio são setenta pessoas por dia, sendo no máximo dez jangadas/dia; as embarcações não podem se aproximar propositalmente dos peixes-boi, mantendo uma distância mínima de dez metros dos animais (ao menos que os próprios peixes-bois se aproximem das jangadas, o que é frequente); não é permitido tocar ou

alimentar os animais; os passeios precisam acontecer entre nove e dezesseis horas; é proibida a utilização de motores no trecho determinado do rio Tatuamunha. (Ministério Público Federal, 2009; 2010).

O turismo de observação é, portanto, o principal **serviço** oferecido pela Associação, entretanto, em 2014 a Associação, na intenção de ampliar as possibilidades de geração de renda para a população local, passou a produzir e vender também sabonetes, essências de cheiro, camisetas, bonés, sandálias, canecas e garrafas d'água. Vendem também bonecos de pelúcia alusivos aos peixes-bois, sendo que estes são produzidos por outro grupo local. A Associação Peixe-boi quer passar a oferecer outros serviços turísticos, como trilhas terrestres e outros passeios e aluguel de bicicletas. No entanto, esta é ainda uma intenção.

O **público** da Associação Peixe-Boi é constituído em sua maioria por casais e pequenos grupos de familiares e amigos, também com crianças. São geralmente pessoas de classe média alta, numa faixa etária entre trinta e cinquenta anos. Grupos de jovens amigos estão começando a aparecer mais, mas ainda não são muito frequentes. Há muitos turistas nacionais e internacionais, sendo as origens mais frequentes: Recife, Maceió, São Paulo, Rio de Janeiro; Holanda, França, Suíça. A Associação recebe também alguns grupos de estudantes, de escolas (geralmente locais) e faculdades. Quando são instituições públicas, o passeio é feito com gratuidade.

O turismo de observação na localidade tem clientela durante o ano inteiro, enfrentando pouco problema com a sazonalidade. Mesmo na “baixa estação”, a Associação tem uma procura grande de pessoas que estão hospedadas nas pousadas de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres. Como é definido que a capacidade de carga (máximo de visitantes/dia) é de setenta pessoas, durante o verão esse limite costuma ser atingido diariamente, sem que possa ser atendida toda a demanda, tamanha é a procura; e nos demais períodos se chega a atingir cerca de 70% da capacidade e às vezes o limite máximo, em finais de semana ensolarados.

É interessante observar isso inclusive porque este fato evidencia a **complementariedade** das formas de turismo que ocorrem na localidade. Muitos dos visitantes que realizam o passeio chegam a Porto de Pedras e São Miguel por outras motivações, como a beleza e tranquilidade das praias e pela Rota Ecológica, com seu turismo de charme das pousadas, e buscam o turismo de observação do peixe-boi como um atrativo diferenciado da localidade. Dessa forma, a Associação não tem um grande esforço para atrair os clientes para a localidade, mas captam os visitantes que já estão pela região, na maioria das vezes hospedados. Entretanto, outras vezes também os visitantes chegam à localidade motivados em ver o peixe-boi e acabam desfrutando dos demais atrativos, conforme comenta um associado:

“Hoje a gente está recebendo outro tipo de cliente. Antes os visitantes iam para as pousadas e terminavam vindo ver o peixe-boi. Hoje muitos vêm especialmente para ver o peixe-boi e terminam ficando uns dias, se hospedando.”

Na verdade, praias, ambientes recifais, manguezais, casario histórico, artesanato, cultura praieira e pesqueira e culinária especializada em frutos do mar formam um complexo de atratividade, ao qual o turismo de observação realizado de forma comunitária agregou valor.

Alguns turistas ficam sabendo do passeio do turismo de observação através das pousadas, mas a principal **divulgação** é feita por pessoas que já visitaram e gostaram, é a divulgação boca-a-boca. A Associação Peixe-Boi tem um *site* e uma *fampage* no *Facebook*. O trabalho da Associação também já teve diversas inserções em revistas, jornais e programas de TV, o que ajuda a divulgar, através da mídia espontânea. Não apenas as matérias específicas sobre o trabalho da Associação, mas também as demais matérias sobre turismo na região e sobre os trabalhos de conservação do projeto Peixe-Boi e da APA Costa dos Corais terminam sempre incluindo o turismo de observação de forma destacada, enfatizando-se também o contexto do envolvimento e desenvolvimento comunitário. Segundo os associados, a inserção na Revista da TAM e o vídeo que passou nas aeronaves da TAM, em vôos nacionais e internacionais, entre dezembro de 2011 e o primeiro semestre de 2012, (decorrente de um projeto de turismo sustentável desenvolvido pela Fundação Mamíferos Aquáticos) também atraiu muitos visitantes.

A Associação Peixe-Boi é atualmente constituída por cinquenta e um **associados**, todos da comunidade local, quase todos naturais de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres (apenas um não é nativo, embora more em Porto de Pedras há quinze anos e seja filho de nativos). Ser morador local é inclusive um critério formal definido pelo TAC quando da regulamentação do turismo de observação. De acordo com o artigo 12 do referido documento,

“... os critérios [do credenciamento de guias do turismo de observação] terão em vista a valorização da mão-de-obra local, de modo que apenas a comunidade residente a mais de 2 (dois) anos em Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres seja credenciada para o passeio.”. (Ministério Público, 2010).

Observa-se que embora formalmente se admita na Associação o ingresso de moradores há dois anos, na prática eles buscam inserir prioritariamente os nativos, aquelas pessoas que têm uma maior relação com o ambiente local e que são de baixa renda, como destaca um dos associados:

“Outras pessoas que não são da comunidade buscam participar da Associação, inclusive pessoas com qualificação acadêmica muito melhor, mas é mais por interesse econômico e *status*, porque sabem que esse é considerado um projeto bem sucedido em Unidade de Conservação. Mas a prioridade são mesmo as pessoas daqui e que não têm renda.”

Os associados participam de **capacitações** periódicas realizadas pelo ICMBio/CMA, no contexto do credenciamento e aprimoramento; de cursos oferecidos pelo Sebrae, no contexto do APL (Arranjo Produtivo Local) Costa dos Corais, de cursos oferecidos pela Fundação Mamíferos Aquáticos, no contexto do Projeto de turismo sustentável “Peixe-boi: conhecer para proteger”, em

2011, e também de uma capacitação sobre manguezais, oferecida pelo Instituto Bioma Brasil. Uma lacuna que eles apontam e evidenciam a necessidade em capacitação é em idiomas, já que recebem muitos turistas estrangeiros e nunca tiveram cursos de inglês, espanhol ou qualquer outro idioma. Segundo eles, contorna-se a situação porque geralmente os turistas sabem um pouco de português ou chegam à Associação acompanhados por alguém que sabe. Os associados desejam ter cursos instrumentais de idiomas.

Quanto às suas **funções** na operacionalização das atividades da Associação, são vinte condutores/guias, vinte e três remadores e oito pessoas que trabalham na oficina de produção de peças para venda. Além disso, alguns cumprem funções estatutárias (na estrutura de gestão) e, de forma geral, todos se revezam dando apoio em atividades administrativas, burocráticas, de limpeza e organização da sede.

A Associação Peixe-Boi desde sua criação funcionou em espaços alugados. Em 2012 recebeu a doação de um terreno da Fundação SOS Mata Atlântica e em 2013 os associados começaram a construir uma **sede**, em regime de mutirão, até que em 2014 a Associação foi contemplada pelo Programa de Luciano Hulk, da Rede Globo de Televisão, no quadro “Um por Todos e Todos por Um”. Este programa visa dar visibilidade e apoiar o trabalho de empreendedores sociais brasileiros, pessoas que fazem a diferença em suas comunidades, geralmente contando com poucos recursos. A presidente da instituição foi escolhida para participar desse quadro e em consequência a sede da Associação teve sua construção finalizada e completamente aparelhada, com equipamentos, mobília, maquinário para a produção de itens para a venda, decoração, utensílios e materiais diversos.

Portanto, atualmente a Associação Peixe-Boi tem uma sede própria, que conta com uma estrutura muito boa para o trabalho dos associados e atendimento aos visitantes, com recepção, loja, auditório, dois escritórios, copa, dois banheiros, sala de confecção de produtos e terraço externo multiuso.

Quanto à dinâmica das reuniões/assembleias, estas ocorrem mensalmente, com a **participação dos associados**. Relata-se que os associados participam bem das reuniões, considerando não apenas a assiduidade, como também a participação com opiniões, questionamentos, sugestões e discussões de temas de interesse dos mesmos.

A presença do peixe-boi é tão forte na localidade que o animal é o símbolo do município, beneficiando não apenas a Associação, mas também a localidade de forma geral, que teve um incremento da atividade turística, gerando melhorias também para artesãos, donos de restaurante e de pousadas, pequenos comércios e serviços, entre outros. Um exemplo disso é comentado por um dos associados:

“O turismo de observação movimentou muito o comércio e o consumo de artesanato. Como a cada dia a gente recebe clientes mais exigentes, os artesanatos também se qualificaram, procuraram se aperfeiçoar com *design*, participação em feiras, acabamento, qualificação do pessoal que atende. As casas de artesanatos aumentaram, cresceram também em espaço, qualidade e atendimento, se organizaram melhor.”.

Por fim, observa-se que a presença dos peixes-bois passou a ser para Porto de Pedras (e São Miguel dos Milagres) um grande diferencial, no sentido da conservação ambiental, mas também no sentido do turismo sustentável, com o envolvimento direto da comunidade. Nesta localidade o turismo de base comunitária ocorre de forma clara e organizativa na Associação Peixe-Boi, mas também se observa a ampliação do envolvimento e benefícios às comunidades locais em outras iniciativas e empreendimentos de pessoas da comunidade local.

b) Entendimento da Associação Peixe-boi sobre o TBC

Os associados, de forma geral, apresentam um bom entendimento sobre o turismo de base comunitária, a partir de suas práticas, embora pouco tenham tido a oportunidade de discutir conceitos e princípios e de conhecer outras experiências nesse sentido. Observa-se que para os integrantes da Associação Peixe-Boi, o Turismo de Base Comunitária está muito relacionado à conservação ambiental, também no sentido da manutenção da atratividade turística e à manutenção da comunidade local em seu espaço de vida. Segundo um dos associados,

“Turismo de Base Comunitária é quando boa parte da comunidade se envolve e consegue com isso manter, preservar o lugar, porque sabem que dali eles vão continuar se mantendo e sua visão de futuro é continuar na própria comunidade, desenvolver algo dentro dela mesmo. Tem grande potencial de realizar atividades sem ter a necessidade de sair do seu lugar, mas tentar melhorar ele.”

O entendimento do que é TBC é mais claro às lideranças da associação, entretanto é também expresso de forma simples e contextualizada pelos demais associados, que ressaltam a questão da inclusão socioeconômica da população local e sua identidade: “É uma fonte de renda para a população ribeirinha, de baixa renda.”; “É um turismo onde é a comunidade que oferece o passeio, tem que ter a cara da comunidade.”; “O que as pessoas querem ver é o jeito de ser da gente”.

De acordo com os associados, hoje eles se sentem apropriados da expressão TBC, porque vivenciaram todo o processo que foi o envolvimento da comunidade na questão do turismo desde o início, passando pelo ordenamento do turismo de observação e chegando ao exercício comunitário de gestão da Associação, como relata um dos associados:

No começo eles não sabiam o que significava “base comunitária”, mas hoje eles entendem, porque eles fizeram parte da construção do processo. Eles falam para os visitantes: ‘somos uma instituição que realiza o TBC’ e se colocam como exemplo. ‘Eu sou da comunidade, nasci e me criei aqui, trabalho com isso e quero fazer o melhor.’”

Inclusive institucionalmente eles se apresentam dessa forma, com base no discurso e na prática do Turismo de Base Comunitária: “A Associação Peixe-Boi é uma associação de base comunitária. Ela vem trabalhando o turismo de observação do peixe-boi e toda a renda que é gerada vai direto para a comunidade”

Quando perguntados se os associados consideram que o trabalho da Associação Peixe-boi é uma iniciativa de TBC, eles têm convicção que sim. Um dos associados afirma:

É Turismo de Base Comunitária integralmente, por que as pessoas que trabalham nisso são comunidade mesmo. Têm a cara da comunidade, perfil da comunidade, moram aqui desde que nasceram e tiveram essa oportunidade sem terem que sair daqui, de ter uma qualidade de vida melhor com o turismo de observação.

É interessante observar, através de suas colocações, que os integrantes da Associação Peixe-Boi se sentem empoderados enquanto comunidade nessa iniciativa, e que eles vêem o turismo como uma real oportunidade de desenvolvimento local, gerador de uma melhor qualidade de vida para a população.

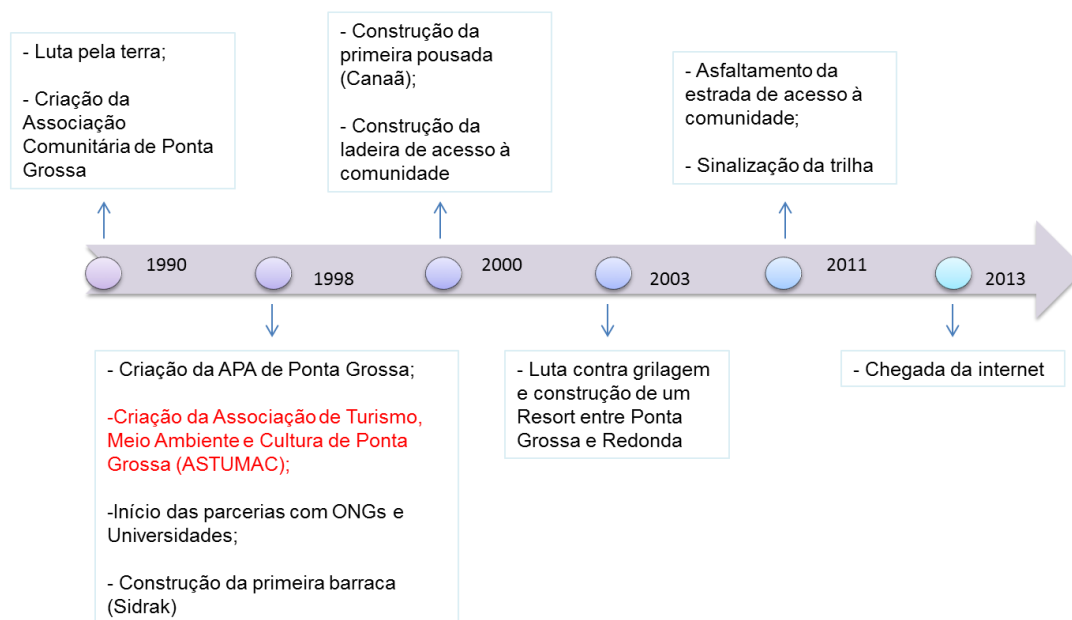
3.3 A ASSOCIAÇÃO DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA DE PONTA GROSSA (ASTUMAC)

Localizada na Praia de Ponta Grossa, no Município de Icapuí, Litoral Leste do Ceará, a Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa (também chamada de ASTUMAC ou simplesmente Associação de Turismo) é uma organização local que tem como principal foco o turismo de base comunitária, que na localidade é desenvolvido de forma bastante integrada às questões de conservação ambiental e cultural, sendo as belezas naturais, a cultura pesqueira e o histórico de organização comunitária alguns dos principais atrativos locais. Ponta Grossa, através da ASTUMAC, desponta-se como referência nacional e principalmente na região litorânea do Nordeste e do Ceará, por suas práticas de TBC e suas contribuições para as discussões acerca do tema, seja no âmbito de sua participação na Rede Tucum, seja em outros fóruns e espaços de construções coletivas sobre turismo.

A ASTUMAC é composta por pessoas da comunidade. A maioria delas são empreendedores do turismo local, com pequenas, pousadas, restaurantes, lanchonetes ou prestadores de serviços como guias. Alguns são pescadores e outros têm atividades complementares, como dar aulas.

Aqui é apresentada a linha do tempo da ASTUMAC (Figura 56), construída coletivamente pelos associados, durante a oficina realizada.

Figura 56 : Linha do tempo da ASTUMAC



Elaborado por Máira Braga, dezembro de 2014.

Fazendo uma breve análise da linha do tempo da ASTUMAC, observa-se que os associados destacam bastante alguns fatos ocorridos no início da trajetória da Associação, evidenciando como é forte para eles a base de mobilização e organização comunitária, que até hoje é o alicerce da dinâmica cotidiana da comunidade e do TBC ali desenvolvido. É interessante observar que a Associação foi criada logo quando começou a aparecer o turismo, visando desenvolvê-lo de forma sustentável, e a partir daí surgiram e foram aprimoradas as estruturas turísticas na localidade.

3.3.1 Processo de instalação da iniciativa

A ASTUMAC foi criada em 1998, num momento em que o turismo estava começando a acontecer em Ponta Grossa. Por um lado, a comunidade sentia a necessidade de ampliar as possibilidades de geração de renda, já que a pesca (especialmente da lagosta) estava diminuindo ao longo dos anos; e por outro lado o turismo foi surgindo como uma oportunidade, já que algumas localidades próximas já desenvolviam a atividade turística, o que gerava um fluxo de visitantes na circunvizinhança. Um dos associados relata:

“Os primeiros visitantes eram *hippies*, que vinham de Canoa Quebrada pela praia, alguns eram estrangeiros. O pescador acolhia, mesmo sem saber falar a língua deles. Alguns acampavam, outros ficavam nas casas dos pescadores, se hospedavam e comiam lá. Os pescadores não cobravam, mas eles sempre davam algum dinheiro. Daí foi surgindo a ideia do turismo.”

A Praia de Redonda, também localizada no município de Icapuí, desenvolveu o turismo antes do que Ponta Grossa. Eram comuns os passeios de buggy que levavam turistas da praia de Canoa Quebrada para conhecerem e almoçarem em Rendonda, passando no caminho por Ponta Grossa. Nesse passeio, os turistas desfrutavam da praia, das paisagens e seguiam para Redonda, sem utilizar nenhum serviço nem consumir nada em Ponta Grossa. A comunidade começou a perceber que poderia oferecer pequenos serviços para aproveitar esse público passante e começou a vender coco gelado e lagostas preparadas na praia. Foi quando os bugueiros sugeriram que a comunidade de Ponta Grossa fizesse barracas para oferecer refeições. Disseram que se existisse essa oferta eles levariam os turistas para lá. Surgiu então uma oportunidade para a comunidade empreender o turismo. Uma pessoa da comunidade, também associado, comenta:

“(...) Também os bugueiros começaram a trazer os turistas pra ver as paisagens, as dunas. Eu já tinha trabalhado de garçom em Canoa, então tive a ideia de abrir um restaurante na comunidade. Meu tio começou a vender lagosta na praia, já cozida, e uma cervejinha e outra pessoa vendia o coco verde. Aí a gente teve a ideia: colocou uma lona na varanda e a mulher começou a fazer outros pratos. Depois começou mais procura por lugar pra se hospedar e meu pai fez dois apartamentos.”

Aos poucos a comunidade começou a empreender o turismo, fazendo surgir esses pequenos negócios. As primeiras barracas de alimentação foram a Sidrak e a Pantanal; e a primeira pousada foi a Canaã. Embora a localidade fosse naquela época ainda bem isolada, relata-se que a comunidade sempre aceitou bem o turismo. “Eles ficavam até curiosos e iam ver os turistas, faziam fotos, interagiam” – conta um dos associados.

Mesmo que já existisse em Ponta Grossa uma organização (a Associação Comunitária), os moradores locais resolveram criar uma associação específica para tratar das questões relativas ao turismo, visando o planejamento turístico da localidade, a busca por capacitações e a captação de recursos para o desenvolvimento turístico local. A ASTUMAC surgiu, então, em 1998, por uma necessidade de organizar os serviços, os espaços e as pessoas que tinham iniciativas de empreender. Começou-se a estruturar melhor o produto turístico, pensar o que Ponta Grossa poderia oferecer aos visitantes. Um dos associados complementa: “Surge também como uma associação de luta pelos nossos direitos e organização. Começou de uma luta interna para conscientizar e organizar a comunidade para o turismo.”.

É interessante observar que os movimentos de lutas comunitárias por territórios e direitos cidadãos são comuns no Ceará, especialmente no litoral. A comunidade de Ponta Grossa também tem esse histórico, o que faz com que expressões como “luta” e “resistência” lhes sejam peculiares. A história de luta da comunidade de Ponta Grossa é tão significativa que é essencial que seja aqui também relatada, tendo em vista que esse histórico caracteriza fortemente traços identitários da comunidade e justifica inclusive as formas de organização deles, baseadas em busca de benefícios à coletividade.

Relata-se que na década de 1970 a comunidade de Ponta Grossa vivia ali com tranquilidade. Embora fosse uma comunidade pesqueira, muitas famílias trabalhavam também com a produção de cajus nas terras onde viviam como posseiros e junto a uma fazenda de caju – propriedade onde trabalhavam. Em 1973 uma grande empresa comprou essa importante área agricultável, forçando a comunidade local a também vender suas terras. Um associado conta:

“Chegou um americano, comprou os terrenos e tiraram os moradores à força. Ou vendiam os cajueiros ou eles arrancavam tudo. Aí eles venderam pelo preço de nada. Alguns chegaram a derrubar as casas e expulsar o pessoal de dentro, aí os moradores da comunidade tiveram que vender de graça. Naquela época ninguém sabia de nada, não sabiam dos seus direitos, não tinha as políticas públicas de hoje.”

Isso gerou um conflito, fazendo com que na década de 1980 a comunidade se organizasse e se mobilizasse pela defesa de seus direitos. Nesse meio tempo a propriedade foi vendida a outro grupo, também empreendedor do ramo da produção de caju. Depois de muitas reuniões e momentos de ocupação de terra, os moradores chegaram a um acordo com os novos proprietários, que consistiu na doação de terras para a comunidade, conforme pode ser observado no relato de um associado:

“A gente ocupou o espaço por dois dias para fazer pressão, reivindicar. A gente também ia para as reuniões com cartazes, bandeiras (...) Nisso, a comunidade organizou a Associação para receber a doação do espaço. Foram quinze hectares, a parte que era da comunidade antes. (...) Nesse momento foram demarcados os terrenos, feita topografia, mapeamento e traçadas as ruas.”

Outro associado complementa:

“O Grupo Queiroz não oprimiu ninguém. Foram eles que fizeram a doação dos terrenos para a Associação, já loteado para as sessenta famílias que a comunidade tinha na época, com documento vitalício. Na parte alta eles doaram, mas deixaram alienado à empresa, para ficar uma área só de moradia. Turismo fica nos terrenos da parte de baixo.”

Foi nesse contexto de luta que foi criada a Associação Comunitária, que iniciou sua existência em 1990 e se constituiu formalmente em 1996. Essa foi uma grande conquista da

comunidade organizada. Segundo os associados, a prefeitura deu algum apoio na negociação, mas foi um movimento da comunidade, diretamente com o grupo da empresa. Vale ainda mencionar que na época da formação da Associação Comunitária a população local contou com o apoio do Instituto Terramar, que realizou junto à comunidade um curso de educação ambiental e alertou a população de que era importante que se organizasse para proteger o seu lugar. Na época, essa Associação discutia as questões da comunidade, como a conquista do espaço e outras questões sociais. A partir daí a Associação Comunitária continuou nas lutas de cidadania, de território, e é atuante até hoje.

Juntando esse histórico de luta com o histórico do surgimento do turismo na localidade onde a comunidade já estava organizada, forma-se o alicerce para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária em Ponta Grossa.

3.3.2 Processos de desenvolvimento da iniciativa

a) Dinâmica de organização e funcionamento da ASTUMAC

A ASTUMAC é uma organização comunitária instituída em Ponta Grossa para lidar com as questões relacionadas a turismo, cultura e meio ambiente, sendo possível observar que esses três elementos são trabalhados na localidade de forma integrada e muitas vezes tendo o turismo como eixo condutor.

Formada por vinte e cinco **associados**, todos são pessoas da comunidade local, nativos de Icapuí, membros das famílias de Ponta Grossa. A maioria são pescadores e empreendedores do turismo: donos de pousadas, barracas/restaurantes, lanchonetes. Há também os que trabalham no turismo como guias, garçons, fotógrafos amadores, entre outros.

A ASTUMAC tem uma **atuação** política e de organização da comunidade para discussões e conquistas por melhorias coletivas do turismo na localidade, buscando capacitações, parcerias, melhorias estruturais, ordenamento do espaço turístico, entre outros. Também articula e oferece em forma de roteiros os serviços turísticos, que são ofertados por empreendedores locais, que são também associados. A Associação facilita esse processo, mas os serviços são prestados por cada empreendedor.

A Associação faz a roteirização a partir da articulação com os **serviços** oferecidos pela comunidade, como meios de hospedagem (pousadas e chalés), serviços de alimentação (barracas/restaurantes e lanchonetes), passeios de barco, trilhas guiadas pela restinga e dunas e visita ao museu arqueológico local. Para grupos maiores ou de interesse específico, costumam também oferecer uma roda de conversa sobre a história da comunidade, suas formas de organização e turismo de base comunitária.

É interessante observar o quanto a comunidade de Ponta Grossa planeja o turismo coletivamente, o que contribui para evitar possíveis impactos negativos sociais e ambientais na localidade. Um dos associados relata que a Associação fez um planejamento para definir o **perfil do turista** que os comunitários queriam para a localidade. Para essa discussão convidaram também o Sebrae, ONGs parceiras como o Terra Mar e o governo municipal. Como essa é uma comunidade pacata, com ambiente preservado, com a presença do peixe boi, com famílias evangélicas e sítios arqueológicos, decidiu-se trabalhar o turismo sustentável, que depois passou a ser incorporado com a linguagem do Turismo de Base Comunitária. Um dos associados afirma que “a comunidade deseja os turistas que possam caminhar na praia, tranquilos, respeitando os espaços, o ambiente. Pessoas que venham conhecer a nossa história e contribuir. Nada do som alto, a gente não compactua com isso.”.

Atualmente o **público** que busca Ponta Grossa é caracterizado em três perfis diferenciados de visitantes: (1) Turistas que vêm de buggy da praia de Canoa Quebrada e costumam passar apenas algumas horas na localidade. Geralmente apreciam as paisagens das praias e das dunas, almoçam nas barracas de alimentação e voltam para Canoa. (2) Grupos de famílias e casais, que geralmente se hospedam. Permanecem alguns dias e usam dos diversos serviços oferecidos pela comunidade. (3) Grupos de universidades, que passam por ali realizando o turismo pedagógico e científico, com abordagens de interesse de diversas áreas do conhecimento, como geografia, turismo, biologia, sociologia, história, entre outros. Geralmente passam um ou no máximo dois dias, já que comumente estão seguindo um roteiro que inclui outros lugares.

O histórico do turismo na localidade mostra que o perfil dos visitantes que vêm de Canoa Quebrada foram os primeiros em Ponta Grossa e até hoje são a maioria, o que dá uma certa estabilidade em função da frequência, incluindo os dias de semana e meses que não são de alta estação - mesmo que em volume menor, em função da sazonalidade do turismo litorâneo. Ocorre que estas visitas são de curta duração e gera pouco usufruto dos serviços locais, pois os visitantes apenas consomem na barraca onde almoçam. Algumas vezes eles voltam por conta própria e passam mais tempo de permanência, gerando uma maior oportunidade da relação visitante-comunidade e melhor distribuindo renda entre as famílias. Segundo um dos associados, algumas vezes isso ocorre.

“Alguns turistas vêm procurando o sossego. Muitos vêm de buggy de Canoa Quebrada para passar o dia e ficam curiosos para conhecer o lugar, mas não têm tempo, porque os bugueiros chamam logo pelo horário, eles almoçam e voltam pra Canoa. Os visitantes perguntam como fazem para chegar aqui e às vezes voltam a Ponta Grossa nos seus carros no dia seguinte, aí ficam mais à vontade.”

Para conquistar um público de maior permanência, a comunidade pode se organizar também para oferecer uma diversidade maior de atividades, sem perder as características da localidade.

Os visitantes ficam sabendo de Ponta Grossa como destino turístico geralmente através de indicação de terceiros, como pousadas, guias e bugueiros de comunidades próximas e através de outras pessoas que já foram à localidade e gostaram, mas também o uso da *internet* tem contribuído bastante para a **divulgação**. Mesmo que a ASTUMAC não tenha ainda uma página na *internet*, há o *site* da Pousada e Barraca Canaã e também Ponta Grossa é divulgada através do *site* e da mala direta de *e-mails* da Rede Tucum, além das diversas postagens espontâneas que turistas e meios de comunicação fazem, dando visibilidade ao lugar. Um dos associados comenta:

“A chegada da *internet* em Ponta Grossa em 2013 foi importante, por que fortaleceu a divulgação, os contatos com os clientes, as reservas. Ajuda a divulgar o turismo que a gente faz. A gente quer agora é organizar um *site* da Associação, pra ajudar a vender nosso turismo”.

Ainda em relação ao público, os associados expressaram que gostariam que tivesse alguma agência que pudesse facilitar a divulgação e captação de clientes para Ponta Grossa. Uma agência que entendesse o perfil do TBC. Um dos associados chegou a sugerir que a Rede Tucum deveria criar sua própria agência para ajudar ainda mais a fortalecer o turismo nas comunidades: “Ninguém melhor do que a Rede Tucum para montar a agência de TBC”. Mas, segundo ele, este tema já foi discutido entre eles e foi dito que este não é o perfil da Tucum e que essa atividade não seria possível perante o estatuto da Rede. Recentemente o SESC/CE começou a indicar visitantes para Ponta Grossa, como grupos de idosos, de estudo e de passeios.

Quanto à estrutura, na segunda gestão da Associação a prefeitura cedeu uma sala da antiga escolinha para a Associação, que vem sendo utilizada até hoje, sobretudo para guardar equipamentos, pois geralmente as reuniões ocorrem nas barracas/restaurantes. Atualmente está sendo finalizada a construção o Centro Comunitário, onde será a **sede** da ASTUMAC. Essa estrutura está sendo feita com recursos de Emenda Parlamentar e terá espaço para reuniões, espaço para recepção aos visitantes, sala para palestras, escritório, etc.

Vale ainda mencionar que a comunidade já participou de **capacitações** voltadas para a questão do turismo, oferecidas pelo Projeto De Olho na Água/ Fundação Brasil Cidadão, pela Rede Tucum e pelo SEBRAE.

b) Entendimento da ASTUMAC sobre o TBC

De acordo com as conversas tidas com os integrantes da ASTUMAC, foi possível perceber que eles têm um conhecimento muito internalizado sobre turismo de base comunitária. Esse

entendimento é decorrente tanto das suas práticas dentro da própria comunidade de Ponta Grossa, quanto de intercâmbios, vivências e diálogos junto a outras comunidades que desenvolvem o TBC, sobretudo no contexto das relações proporcionadas pela participação na Rede Tucum.

Para falar sobre seu entendimento quanto ao Turismo de Base Comunitária, um dos associados exemplifica com a prática de Ponta Grossa:

“Turismo de Base Comunitária é o turismo feito pela comunidade. Aqui a principal atividade era a pesca, aí a comunidade começou a desenvolver o turismo, com a preocupação de manter a cultura local, buscando um turismo que não fosse de massa, que fosse distribuidor de renda, com empreendimentos da comunidade, e as pessoas que trabalham são daqui.”

Através desta fala, é possível observar alguns elementos importantes do TBC, como o protagonismo comunitário, a preocupação com a valorização da cultura local e a distribuição de renda. O associado complementa, apontando ainda a interação dos visitantes com o jeito de ser da comunidade e a complementaridade do turismo em relação às atividades tradicionais locais:

“O turista que vem visitar Ponta Grossa tem o contato com as pessoas da comunidade, conversa, vê a pesca, tem a tranquilidade. Hoje turismo e pesca andam juntos, até pela escassez do pescado da lagosta. É uma alternativa complementar.”

Outro associado, além de citar os aspectos relacionados à gestão comunitária, geração de renda e valorização da cultura, menciona também questões relacionadas ao território, à identidade local e à inclusão de jovens e mulheres no desenvolvimento da atividade:

“O Turismo Comunitário é feito, gestado e controlado pela população local, onde o lucro fica na comunidade e a renda é distribuída de forma que toda a comunidade ganhe um pouco. O TBC afirma direito ao território, inclusão de jovens no processo e autonomia das mulheres. No Turismo Comunitário tem oportunidades para todos. Nosso forte é o turismo que valoriza as pessoas, a cultura a identidade local.”

Quando perguntados se eles se sentem como uma iniciativa de turismo de base comunitária, eles afirmam com segurança: “Sim, inclusive nós somos modelo para outras comunidades da Rede Tucum”.

Em relação à interface do TBC com o turismo convencional, os integrantes da ASTUMAC admitem que isso aconteça, porém com certos limites. Na prática, eles não descartam de se beneficiar com o turismo convencional realizado em localidades vizinhas, com divulgação e vinda de visitantes, como os que vêm do Hotel Casa do Mar, em Tremembé, e de Canoa Quebrada, por exemplo. Um dos associados afirma:

“O turista não chega aqui dizendo ‘eu sou convencional’ ou ‘eu sou comunitário’ ou eu ‘sou depredador’. A gente presta o serviço para todos. Mas para construir e empreender aqui não dá. (...) Os turistas que deixam lixo a gente conversa e diz ‘nós não precisamos do seu lixo’.”

De acordo com os associados, os benefícios do TBC em Ponta Grossa são muitos: geração e distribuição de renda, desenvolvimento, progresso, capacitações, conhecimento, consciência, autoestima, cuidado com o meio ambiente, fortalecimento da cidadania e da ligação com o território, entre outros. Um dos associados relata mudanças ocorridas em Ponta Grossa, a partir do desenvolvimento da atividade turística:

“A comunidade mudou um pouco, antes era uma comunidade fechada, muito pacata, sem acesso. Hoje a gente tem uma relação com os visitantes, a gente conversa, faz amizades, troca conhecimentos. Mas não que venha a mudar a cultura, o ambiente conservado, o ambiente familiar, o fato de não ter som alto... isso a gente não quer que mude”.

Essas falas sobre a prática do turismo em Ponta Grossa demonstram o quanto o entendimento sobre o TBC é posto em prática nessa localidade. Como as experiências do Ceará são referências inclusive para conceituações e discussões teóricas, percebe-se que a realidade observada em Ponta Grossa é bem condizente com os princípios do TBC.

3.4 A INFLUÊNCIA DAS INICIATIVAS DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA PARA A PROMOÇÃO DE MUDANÇAS NAS REALIDADES LOCAIS

Tendo em vista que foram descritos e analisados os processos de instalação das iniciativas, nesta oportunidade foi possível visualizar a realidade de cada localidade à época, observando-se as condições e fatores que impulsionaram a criação das iniciativas de TBC. Com base nessas referências e nas análises dos processos de desenvolvimento das iniciativas, refletiu-se sobre algumas importantes questões que complementam os resultados desta pesquisa de forma a proporcionar o entendimento da influência do TBC nas realidades locais.

Nesse sentido, as informações trabalhadas no quadro abaixo (Quadro 03) buscam elucidar as seguintes questões: A partir da existência das iniciativas de TBC estudadas a realidade local mudou? Se existiam conflitos que motivaram a criação das iniciativas, esses conflitos foram superados? Se o surgimento das iniciativas foi impulsionado por oportunidades, essas foram aproveitadas e otimizadas?

Quadro 03: Quadro síntese da contextualização das iniciativas de TBC em suas realidades iniciais e atuais.

Iniciativa / localidade	Contexto de quando foi criada a iniciativa de TBC	Contexto do funcionamento e resultados a partir da iniciativa de TBC
Cooperativa Náutica Ambiental (Tamandaré)	- Existência do turismo de veraneio, de massa. - Indução e apoio de uma ONG para a criação da cooperativa. - Oportunidade de prestar serviços náuticos para uma demanda existente. - Oportunidade de empreender um turismo diferenciado, envolvendo a comunidade e com preocupação ambiental.	- Continua a prevalecer na localidade o turismo de veraneio de massa, sendo que o TBC não tomou maiores proporções. - A oferta do turismo diferenciado permanece, porém envolvendo um pequeno número de comunitários. - O fato de não ter sido criada por impulso da comunidade contribuiu para que os cooperados não se empoderassem muito da iniciativa. - O turismo de massa, imediatista e modelo capitalista que prevalece na localidade faz com que as pessoas locais não tenham muito espírito de coletividade, enfraquecendo o TBC. - O TBC contribuiu para o desenvolvimento sustentável local, embora numa escala reduzida, pois esta é uma iniciativa de pequena abrangência, diante do contexto turístico de Tamandaré.
Associação Peixe-Boi (Porto de Pedras)	- Existência do turismo de praia, com pouco movimento e pousadas de alta qualidade (turismo de charme) - Conflito socioambiental gerado pelo turismo desordenado para a observação do peixe-boi. - Criação da Associação a partir da imposição do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para a regulamentação da atividade. - Oportunidade de trabalhar o turismo de observação de forma organizada.	- O turismo de charme se consolidou e ganhou força a partir do turismo de observação desenvolvido pela comunidade. - O conflito do turismo desordenado foi superado, sendo que atualmente a Associação Peixe-Boi é uma das maiores referências em Turismo de Observação no Brasil, tanto para as estratégias de conservação, quanto pelo fato de ser empreendido e gerido pela comunidade. - O fato de que a Associação foi criada por imposição do TAC no início foi bastante conflituoso, mas como os comunitários já trabalhavam com esta atividade e desejavam permanecer nela, conseguiram aos poucos superar os conflitos de liderança e se apropriar da gestão. - Porto de Pedras não tem como principal “bandeira turística” o TBC, e sim o turismo de observação do peixe-boi e o turismo de charme.

		Entretanto, atualmente o TBC também é percebido, assumido e pronunciado pela comunidade como um diferencial. - O TBC contribuiu significativamente para o desenvolvimento sustentável local.
ASTUMAC (Ponta Grossa)	- Ali não existia turismo, a comunidade apenas via os visitantes passarem, fazendo passeios de buggy entre duas praias vizinhas. - Surgiu então a oportunidade de aproveitar potencial e fluxo turístico existentes. - Comunidade organizada, com fortes lideranças, consciência ambiental, senso de coletividade. - Histórico de luta e domínio do território. - Necessidade de ampliação das oportunidades de renda, em decorrência da diminuição do pescado. - O turismo iniciou em Ponta Grossa já de forma planejada, empreendido pela comunidade local, com base na ótica do TBC.	- A oportunidade foi aproveitada e a comunidade passou a ser empreendedora e gestora de negócios turísticos. Empoderada, protagonista. - O turismo passou a ser ordenado por iniciativa da comunidade, com gestão territorial e turística comunitária. - O fato de que a comunidade tem o domínio total do território facilita o desenvolvimento do TBC, pois não sofrem influências diretas de outros atores e interesses. - Aumento e distribuição de renda e consequente melhoria da qualidade de vida. - O TBC contribuiu para o desenvolvimento sustentável local, sendo a “principal bandeira” de Ponta Grossa, pela qual tem amplo reconhecimento. É um destino de TBC.

Elaborado por Maíra Braga, 2015

Considerando o contexto em que as iniciativas de TBC foram criadas, seus contextos de funcionamento e seus resultados nas localidades, pode-se dizer que as iniciativas se apresentam de formas e níveis de organização e desenvolvimento diferenciados.

Verifica-se que a existência das iniciativas de TBC provocaram mudanças significativas nas realidades locais, sobretudo em Porto de Pedras/AL e em Ponta Grossa/CE. Em Porto de Pedras a atuação da Associação Peixe-Boi fez com que o conflito que originou a iniciativa fosse superado e transformado em uma grande oportunidade, consolidando cada vez mais o turismo de observação e o TBC. Em Ponta Grossa a comunidade aproveitou a oportunidade, empreendeu o turismo e fortaleceu a gestão comunitária com a criação e funcionamento da ASTUMAC. Em Tamandaré as mudanças não tiveram maior proporção, pelo pouco envolvimento comunitário, mas têm sua importância, mesmo em escala menor, em função do turismo diferenciado que a Náutica Ambiental proporciona na localidade. É possível observar, através da análise dessas iniciativas, que o histórico inicial influencia no desenvolvimento e nos resultados das iniciativas do TBC e constatar que o TBC contribuiu para a geração de lugares turísticos mais sustentáveis.

4. ANÁLISE DOS PARÂMETROS DE SUSTENTABILIDADE FRENTE ÀS PRÁTICAS DAS INICIATIVAS E CONTEXTOS TURÍSTICOS LOCAIS

Nesse capítulo é realizada uma análise de sustentabilidade, tendo como olhar principal as iniciativas de Turismo de Base Comunitária estudadas (associações e cooperativa), porém compreendendo também suas interfaces com as realidades locais. Ao analisar as práticas em seus processos de desenvolvimento, buscou-se fazer uma relação destas com os parâmetros da sustentabilidade e os princípios do Turismo de Base Comunitária, permitindo refletir sobre o quanto estas práticas se enquadram no perfil do TBC e o quanto seus resultados nas localidades onde são desenvolvidas caminham na perspectiva da sustentabilidade.

Para tanto, foram estabelecidos pela autora como categorias de análise os parâmetros de sustentabilidade: sociocultural, ecológico, econômico e político institucional; e como elementos constitutivos desta análise, para cada parâmetro de sustentabilidade foram elencados diversos aspectos relacionados às características e princípios do TBC, conforme apontado nas discussões teóricas e conceituais realizadas nesta pesquisa. Para facilitar a compreensão, serão aqui destacados os elementos constitutivos de cada categoria de análise:

Sociocultural

- Valorização da cultural local - modo de vida e cultura local como atrativos turísticos.
- Trocas positivas com os visitantes - interação visitante/comunidade anfitriã.
- Solidariedade/cooperação.
- Inserção de mulheres e jovens.
- Envolvimento em projetos socioambientais comunitários.

Ecológico

- Uso sustentável de recursos naturais / ambiente e ecossistemas locais como atrativos.
- Atividades e técnicas de mínimo impacto ecológico.
- Cuidados com a água, lixo, energia.

Econômico

- Aumento de geração de trabalho e renda.
- Número de pessoas beneficiadas diretamente.
- Complementariedade da atividade turística em relação às atividades tradicionais locais.
- Gestão de recursos - viabilidade financeira.

Político-Institucional

- Autonomia - nível de controle pela comunidade.
- Relações de parcerias.
- Participação em espaços de políticas públicas.
- Gestão territorial - domínio/acesso ao território.
- Gestão institucional.

Tais informações também podem ser observadas no Apêndice E deste documento, que consiste no quadro síntese dos elementos utilizados para a avaliação da sustentabilidade das iniciativas de TBC.

Por fim, é realizada uma análise geral da sustentabilidade das iniciativas estudadas, considerando não apenas a sustentabilidade institucional, mas também a sustentabilidade do Turismo de Base Comunitária nos seus contextos locais.

É importante ainda frisar que as informações aqui trabalhadas são decorrentes das entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos presidentes das instituições e aos secretários de turismo; das oficinas participativas realizadas junto a cooperados e associados; das conversas informais com atores sociais e moradores locais; e das observações realizadas nas localidades.

4.1 COOPERATIVA DE TRABALHO NÁUTICA AMBIENTAL (TAMANDARÉ - PE)

Sustentabilidade Sociocultural

A **valorização da cultura local** aparece na prática da Cooperativa Náutica, por exemplo, quando é priorizado e valorizado o uso de jangadas artesanais, é dado reconhecimento à arte da pesca e cultura praieira e é mostrado o passado histórico de Tamandaré, através da visitação a igrejas e forte. Destaca-se, sobretudo, a vivência do passeio de jangada à vela, um dos principais serviços da Náutica, que resgata um importante elemento da cultura praieira e pesqueira local, que cada vez é menos utilizado.

No âmbito da Náutica, a **interação entre o visitante e a comunidade** acontece na condução dos passeios, sejam trilhas terrestres ou passeios de jangadas ou de catamarã. Estes são momentos de trocas de conhecimentos e experiências importantes, inclusive porque no perfil dos visitantes que utilizam os serviços da Náutica predominam as pessoas que buscam por experiências mais profundas de interação e busca de informações sobre a localidade. Em relação

a Tamandaré, de forma geral, a interação acontece com serviços de bares e restaurantes, pequenos comércios e no centro de artesanato.

Quanto à **inserção de mulheres e jovens**, observa-se que dos doze cooperados, apenas dois são mulheres e uma delas destaca-se como uma das maiores lideranças da cooperativa; e que muitos dos cooperados são jovens, inclusive as lideranças que mais se destacam.

No que diz respeito ao envolvimento em **projetos socioambientais comunitários**, a Náutica já realizou alguns mutirões de coleta de lixo, em conjunto com outras organizações locais. Também já atendeu a grupos de idosos e pescadores da comunidade local para a realização de trilhas, num trabalho que associa lazer, cidadania e sensibilização ambiental - serviços estes contratados pela prefeitura e pelo governo do estado.

Quanto aos aspectos relacionados à **solidariedade e cooperação**, observa-se que nas relações com outros atores, quando são indicados ou indicam outros produtos e serviços para seus clientes (pousadas, restaurantes, etc), não estabelecem a prática de comissionamento, minimizando as relações monetárias nestas indicações. Internamente, observa-se que alguns membros demonstram visão e atitudes de cooperação, como compartilhamento de serviços, apoio e participação efetiva em atividades diversas da cooperativa. Mas, de forma geral, o grupo atuante na Náutica tem sentido que a relação de solidariedade e cooperação dentro da própria cooperativa têm sido frágil – o que tem gerado sobrecarga de trabalho para alguns, insatisfação e ruídos nas relações internas. Alguns cooperados acham que essa pouca visão de cooperação e coletividade é característica de Tamandaré, de forma geral. Relatam que já surgiram várias associações e cooperativas, mas muitas vezes as pessoas são imediatistas e visam prioritariamente a renda e o individualismo, talvez em função da grande sazonalidade do turismo local.

Um dos desafios que a Náutica enfrenta é justamente ampliar a participação dos cooperados e imprimir um caráter de mais solidariedade e coletividade. O relato de um dos cooperados expressa essa situação:

“Muitas pessoas querem estar na cooperativa só com o nome, mas as despesas não se paga com o nome. (...) Alguns se mantêm na cooperativa sem atividade por comodismo e por interesse individual, e não por interesse em cooperar. (...) Ficam esperando que a cooperativa cresça, consiga outros projetos, gere oportunidades, mas não colaboram pra isso. (...) Esperam a oportunidade cair do céu. Isso não é um pensamento cooperativista, é um pensamento capitalista.”

Apesar de que a Náutica tem sentido essa dificuldade e este seja o comportamento de alguns cooperados, é importante também ressaltar que há na Náutica integrantes que têm o sentido de cooperação e solidariedade, como pode ser observado na fala de um dos cooperados:

“Aqui eu trabalho para um setor que é meu, que me pertence. Sou empregado e sou patrão ao mesmo tempo. A gente tem que ajudar os companheiros pra ter uma união. Trabalhar e dividir o produto. Mas nem todos os cooperados têm esse entendimento, só a metade. O serviço que a gente não sabe fazer o outro faz. Ou mesmo que eu possa fazer só, levo um companheiro para compartilhar, ganhar um dinheirinho.”

Sendo assim, considera-se que no parâmetro da sustentabilidade sociocultural a Náutica contempla importantes requisitos em suas práticas, no entanto está fragilizada justamente em um dos aspectos mais importantes, que é o sentido de coletividade, solidariedade e cooperação, o que tem ameaçado sua própria existência.

Sustentabilidade Ecológica

Os **ambientes e ecossistemas** de Tamandaré são utilizados e valorizados turisticamente pela Náutica Ambiental. As praias são os principais atrativos de Tamandaré, com destaque para suas águas claras e ambientes recifais, que formam as piscinas naturais apreciadas para os banhos de mar e mergulhos contemplativos. Também o estuário do rio Ariquindá, na Praia de Carneiros, com seus manguezais conservados, é utilizado turisticamente. A Náutica oferece passeios pelo mar, pelo rio, pelo estuário e trilhas terrestres, nas áreas de praias, restingas e Mata Atlântica, com abordagens informativas, de sensibilização e educação ambiental. Destaca-se também a existência de Unidades de Conservação e projetos ambientais em Tamandaré, o que favorece a proteção da área e a adoção do ecoturismo como estratégia para o uso sustentável dos recursos naturais na localidade.

A prática de atividades com o **uso de técnicas de mínimo impacto** é também preocupação da Náutica. Atualmente a principal atividade da cooperativa é o passeio às piscinas naturais com o uso de jangadas à vela. Apenas o passeio de catamarã é feito com embarcação a motor, mas é um passeio menos frequente e quando ocorre tomam cuidados para que a embarcação não bata nos corais e nem ancore neles. As demais atividades, como trilhas, são de baixo impacto e há sempre a preocupação, por exemplo, de não deixarem lixo por onde passam.

A opção da Náutica pelas jangadas à vela visou a oferta de um serviço diferenciado, no sentido de que é menos impactante em relação ao ambiente e também é mais rústico. Segundo os cooperados, o desejo da Náutica por ter jangadas vem porque esse tipo de embarcação não gera poluição, trabalha com um número reduzido de pessoas em ambientes sensíveis e faz parte da cultura de Tamandaré. Esse aspecto pode ser constatado na fala de um cooperado.

“Ter as jangadas veio como um sonho e também tem mais a ver com a capacidade de execução da gente. É um negócio pequeno, simples, original e resgata a cultura local, porque quase não tem mais jangadas à vela em Tamandaré, e também não tem barulho de motor nem cheiro de óleo. Isso tá tão dentro da gente, a gente sempre prezou por coisas agradáveis.”

Ainda no aspecto ecológico, pode-se dizer que as atividades da Náutica relacionadas à conservação ambiental proporcionou uma maior consciência ecológica, que reflete em atitudes de cuidados cotidianos. A Náutica já participou de algumas ações de coleta de lixo em mutirões nas praias, junto a outras organizações.

Aspectos importantes relacionados à sustentabilidade ecológica são observados na prática da Náutica Ambiental. Existe uma relação muito forte do perfil de atividades e abordagem da cooperativa com os ambientes naturais. Assim, pode-se dizer que essa iniciativa contribui para a conservação ambiental, na medida em que valoriza e oferece oportunidades de vivências e conhecimentos sobre as paisagens naturais e ecossistemas, sensibilizando os visitantes e também a comunidade envolvida.

Sustentabilidade econômica

A **geração de trabalho e renda** é potencializada a partir das atividades na Náutica, pois pessoas da comunidade local têm a oportunidade de oferecer seus serviços de forma cooperativa. Na prática proporcionam um aumento de renda principalmente para os cooperados que são mais atuantes, considerando que os cooperados recebem de acordo com os serviços prestados, ficando a cooperativa com apenas 15% do valor pago pelos serviços, como taxa para a manutenção institucional. Atualmente são doze cooperados, sendo que cerca de seis estão mais proativos nas prestações de serviços.

Como a atividade do turismo é sazonal e em Tamandaré não se consegue manter um bom fluxo de visitantes durante o ano inteiro, a renda também é gerada de forma concentrada nos meses de verão. Segundo um dos cooperados,

“O problema da sazonalidade faz com que as pessoas locais não priorizem o turismo. É difícil manter as pessoas nessa atividade, elas preferem trabalhar com outras coisas, têm medo de arriscar. Teve um cooperado que era marinho e resolveu abrir uma *lan house*, pois é um serviço que tem clientela durante o ano todo.”

Considerando o fator da sazonalidade e em respeito às atividades tradicionais locais, ocorre a **complementariedade** entre as fontes de trabalho e renda. Todos os membros da Náutica mantêm a realização de outras atividades. São pescadores, garçons, seguranças, monitores ambientais, biólogos, jardineiros, etc.

Quanto à **sustentabilidade econômica da própria cooperativa**, esta é também uma questão delicada, tendo em vista que não é estabelecida uma taxa mensal a ser paga pelos cooperados. O recurso que é alocado para a manutenção dos custos institucionais é decorrente do percentual dos serviços prestados, mas quando os serviços estão escassos o valor gerado não é suficiente. A taxa mensal é uma necessidade que a Náutica está sentindo e querendo implementar, mas nem todos os cooperados concordam. Segundo um dos cooperados, “quando a cooperativa iniciou, os serviços que tinham eram suficientes para cobrir os custos, então não precisava todo mundo contribuir financeiramente, mas hoje precisa”.

Ainda sobre a sustentabilidade econômica institucional, um dos cooperados comenta como é difícil manter a cooperativa funcionando, pagando seus custos fixos. Ressalta a importância de que quando seja estimulada a criação de organizações comunitárias seja feito um estudo de viabilidade, plano de negócios e esclarecidas todas as obrigações e custos que a existência da instituição gera. Segundo ele, “não é fácil e às vezes as comunidades não suportam”.

Em relação à **gestão de recursos**, observa-se que existem alguns controles administrativos e financeiros, uma contabilidade terceirizada e quando necessário emitem nota fiscal avulsa pela prefeitura. Existe o conselho fiscal, que não tem tido uma frequência de atuação regular.

Considerando que a sustentabilidade econômica é essencial para a comunidade, para a atividade e para a instituição, e que a falta dela pode pôr em risco a própria manutenção da iniciativa e observando as dificuldades que a cooperativa tem enfrentado neste campo, pode-se dizer que a sustentabilidade econômica da Náutica está bastante fragilizada. Com a diversidade e qualidade dos serviços que a Náutica já oferece (embora possa ainda ser ampliada, visando sobretudo atividades que proporcionem maior vivência comunitária), convém um maior investimento em captação de clientes, talvez através de uma maior articulação com os diversos segmentos da cadeia produtiva do turismo de Tamandaré, sobretudo pousadas e restaurantes.

Sustentabilidade político-institucional

Quanto ao nível de **controle da iniciativa** pelos cooperados, observa-se que atualmente eles têm autonomia para posicionamentos institucionais e gestão da organização. No início de sua existência a Náutica viu-se numa relação de dependência com a instituição que incentivou sua criação e era a responsável pela contratação da maioria dos serviços náuticos, mas aos poucos os cooperados foram diversificando a oferta de serviços, tendendo mais para os serviços turísticos e a dependência foi reduzindo. No final de 2014, deixaram de prestar serviços para esta instituição.

Embora metade dos cooperados da Náutica não sejam nativos, o presidente é de Tamandaré e todos aqueles que estão mais ativos no dia-a-dia da cooperativa moram lá e se integram à dinâmica local.

Os principais **parceiros** da Náutica são a Fundação SOS Mata Atlântica, a Fundação Toyota do Brasil e a APA Costa dos Corais/ICMBio. Destaca-se a relação de parceria que foi estabelecida entre estas organizações, num arranjo institucional que visou o desenvolvimento do Projeto Toyota APA Costa dos Corais, no qual a Fundação Toyota é patrocinadora, a SOS Mata Atlântica dá apoio na seleção e gestão de projetos e o ICMBio ajuda na operacionalização. Esta é uma ação estruturadora e de longo prazo (10 anos) de apoio à gestão da APA, uma iniciativa que visa à conservação e sustentabilidade desta Unidade de Conservação. Em 2012, estrategicamente quatro projetos de instituições atuantes na APA com ações socioambientais foram escolhidos (por demanda induzida) para serem apoiados pela Fundação Toyota: um da Náutica Ambiental, um do Instituto Recifes Costeiros, um da Associação Peixe-boi e um do Instituto Bioma Brasil.

Foi neste contexto que foi aprovado o Projeto de Fortalecimento Institucional da Náutica Ambiental junto à SOS Mata Atlântica. O projeto contemplou a confecção de duas jangadas à vela para a realização de passeios; a compra de equipamentos como coletes, nadadeiras, máscaras de mergulho, além de materiais e equipamentos de escritório; a realização de um *workshop* e um curso de navegação com jangada; a confecção de uma cartilha que orientasse a replicação do modelo da área fechada de Tamandaré (que corresponde à Zona de Conservação da Vida Marinha, no Plano de Manejo); a estruturação de material de divulgação; e a colocação de uma tenda itinerante com informações turísticas e ambientais, durante a alta estação. Essa última ação não chegou a ser realizada e consequentemente a cooperativa não recebeu o recurso referente a esta parte.

Estar inserida neste contexto de relações institucionais junto a este conjunto de parceiros e o apoio ao projeto específico de fortalecimento da cooperativa foram muito importantes para a Náutica Ambiental, que se fortaleceu em suas ações e em suas redes de relacionamentos político-institucionais. O projeto foi considerado bem sucedido, no entanto vale atentar ao fato de que uma das importantes ações previstas não foi concretizada, apontando para uma dificuldade de gestão, que é inerente a muitas organizações comunitárias. Finalizado este projeto, em 2013 a SOS Mata Atlântica abriu um edital para a seleção de novos projetos, mas a Náutica não chegou a se inscrever, observando que o edital era muito exigente. Sobre este fato, um cooperado chega a questionar: “quais são as organizações comunitárias que realmente estão preparadas para isso, legalmente e administrativamente?”

Segundo um dos cooperados, a prefeitura de Tamandaré acompanha os trabalhos da cooperativa, vê a Náutica com “bons olhos” e ajuda a divulgar. Eventualmente dá pequenos apoios, como sacos para mutirões de coleta de lixo, camisas, carros de som para mobilizações.

Quanto à participação em espaços de **políticas públicas**, a Cooperativa Náutica Ambiental tem assento e atua ativamente em três instâncias colegiadas: o Conselho da APA de Guadalupe; o Conselho da APA Costa dos Corais (CONAPAC), no qual a Náutica participa também da Secretaria Executiva; e o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Tamandaré (COMDEMA). Essas participações são consideradas pelos cooperados como de extrema importância, pois confere mais representatividade à cooperativa, que ganha espaço de voz e voto, influenciando em questões socioambientais da região, além de oportunidades de novos conhecimentos e articulações institucionais. Um dos cooperados destaca a importância da participação da Náutica no CONAPAC:

“Quando a gente entrou no Conselho da APA foi que se estabeleceu a rede de contatos com as instituições participantes, a gente conheceu pessoas, fez contatos, participou de oficinas, *workshops*, ficou por dentro da legislação (...) Deu mais ênfase ao trabalho da cooperativa, a gente conheceu outras lideranças, a realidade de outros lugares, e o pessoal ficou também sabendo que a Náutica existia.”

A participação no CONAPAC foi também importante por que fez com que a Náutica saísse do contexto local de Tamandaré para o contexto regional da APA, interagindo com realidades e atores sociais de outros municípios, não apenas de Pernambuco, mas também de Alagoas.

O COMTUR (Conselho Municipal de Turismo) de Tamandaré existe formalmente, mas não funciona. Na opinião de um dos cooperados, Tamandaré já foi mais ativo em discussões que envolvem políticas públicas de turismo. Grandes programas e projetos, como o Prodetur, o Projeto Orla, o Projeto Costa Dourada, o DLIS (Desenvolvimento Local Integrado Sustentável) já atuaram no município.

A participação em conselhos é não apenas um espaço importante para a contribuição à formulação e implantação de políticas públicas, mas também se constitui como uma atuação política-institucional importante de articulação, de parcerias, de oportunidade de visibilidade, de acesso a recursos e intercâmbios e trocas.

No que se refere à **gestão territorial**, no tocante ao domínio e acesso aos espaços de atuação da Náutica, pode-se dizer que a maior parte das atividades da cooperativa são desenvolvidas na praia (piscinas naturais) e nos estuários, áreas públicas às quais não enfrentam restrição de acesso. No caso das trilhas terrestres, algumas passam também por áreas privadas. Há também as trilhas realizadas na área de Mata Atlântica da REBIO Salinho, para as quais necessitam autorização para levarem grupos. Mas de forma geral não enfrentam dificuldades de acesso aos lugares, nem há conflitos instituídos por causa disso.

Por fim, é importante falar sobre a **gestão da cooperativa** no contexto da sustentabilidade político-institucional. A gestão da Náutica é formada pelo Conselho Diretor e pelo Conselho Fiscal, com três pessoas em cada. As eleições para a composição dos conselhos são anuais. É estabelecida como rotina a realização de reuniões/assembleias mensais na Náutica, para as quais todos os cooperados são convidados e estimulados a participar. Nestas, são discutidos temas que vão desde legislações e normativas sobre cooperativas, planejamento de ações e orientações para funcionamento da Náutica, divulgação de eventos e capacitações, entre outros. Todos são estimulados também a participar do dia-a-dia da cooperativa, dando sugestões, participando dos encaminhamentos cotidianos. Apesar disso, são poucas as pessoas que se envolvem na gestão do dia-a-dia da cooperativa.

Essa é uma rotina que já funcionou bem em outros momentos, no entanto atualmente a Náutica está passando por um momento de crise interna, com baixa participação dos cooperados, pouco envolvimento da maioria dos seus integrantes. Em 2014 as reuniões passaram a acontecer com menor frequência, os cooperados ficaram desmobilizados e as atividades de campo também diminuíram. Segundo os cooperados, esse fato ocorreu em função de que duas de suas lideranças precisaram, por razões pessoais, se ausentar temporariamente, reduzindo seu tempo de dedicação à cooperativa durante alguns meses e os demais cooperados não agiram proativamente.

Relatam ainda que quando havia mais ações sendo desenvolvidas pela cooperativa, nas reuniões cada um fazia um resumo de suas atividades. As conversas, trocas e construções conjuntas eram mais constantes quando as pessoas iam mais à sede e as reuniões eram mais frequentes. “Cada um falava o que aconteceu de conquistas, méritos, dificuldades, se precisavam de ajuda... não tinha tanto conflito interno como hoje”.

A reunião da Náutica que houve em meados de setembro de 2014 foi uma retomada depois de um intervalo sem reuniões e tratou sobre conflitos e necessidades de organização e reestruturação interna. “Foi dolorosa, a gente falou sobre a falta de iniciativa e a dependência. Se a gente não estiver à frente e não convocar reuniões, os outros cooperados não se movimentam?” – comentou um dos cooperados.

Durante a entrevista realizada no mês de julho junto ao presidente da cooperativa, foi dito que a Náutica está num momento de se repensar, se reestruturar, se reinventar, querendo investir mais nas atividades de turismo e ganhar mais autonomia. Quer investir mais no TBC, oferecer outros serviços e roteiros diferenciados, com a visão de inserção da comunidade e mínimo impacto, buscando quebrar a sazonalidade do turismo. Acrescenta:

“A gente pensa em oferecer roteiros com almoço na casa de pescadores, pousadas domiciliares, levar os turistas pra conhecerem a comunidade, fazer passeios de bicicleta... Há pouco tempo a gente conheceu e conversou com o pessoal do ICEI Brasil e ficou pensando em fazer essas coisas aqui em Tamandaré.”

A crise da Náutica pode levá-la a se reinventar e se fortalecer ou a se desmobilizar, a depender do comportamento e atitude dos cooperados. Em visita realizada a Tamandaré em janeiro de 2015 observou-se que eles haviam entregue a sede, por falta de condições de manutenção do pagamento do aluguel e haviam desativado o *blog* e o *facebook* da cooperativa. Entretanto, estavam ainda operando diariamente os passeios de jangada, oferecidos na beira da praia.

Observa-se que a Náutica conquistou um importante espaço político-institucional e de relações de parcerias, sobretudo através da participação em instâncias colegiadas como os conselhos relacionados a meio ambiente e Unidades de Conservação, nos quais o tema turismo, associado a estratégias de conservação e de desenvolvimento local e sustentável, é também trabalhado. Esta pode ser uma oportunidade de alavancar ainda mais a Náutica, que se encontra fragilizada em outros aspectos da sustentabilidade institucional, sobretudo no que se refere à participação e senso de coletividade na gestão cooperativa.

4.2 ASSOCIAÇÃO DE CONDUTORES DO TURISMO DE OBSERVAÇÃO DO PEIXE-BOI MARINHO (PORTO DE PEDRAS – AL).

Sustentabilidade Sociocultural

O uso de embarcações rústicas, a maioria de madeira, típicas da localidade, como as utilizadas por pescadores, nos passeios realizados pela Associação nas atividades do turismo de observação promove a **valorização da cultura local**, evidenciando um traço do modo de vida e cultura da população ribeirinha e pesqueira. A vivência do passeio a remo em jangadas artesanais é uma atividade diferenciada para os visitantes, que têm ali também momentos oportunos para a interação com os condutores/guias e remadores, que são pessoas da comunidade local.

Durante o passeio, conversas sobre elementos cotidianos e histórias da comunidade terminam ocorrendo, numa **interação positiva entre visitantes e população local**. Assim, observa-se que o turismo de observação termina sendo também uma oportunidade de trocas de conhecimentos e aprendizados, tanto para os visitantes, quanto para os comunitários. Isso ocorre sem que os aspectos da identidade local sejam prejudicados. Segundo afirma um dos associados,

“As pessoas continuam sendo as mesmas, pescadores, porém realizando novas atividades. Não muda o perfil. Elas não perdem a identidade, a maneira de falar. Conseguem transmitir as informações corretas, porém sem perder a identidade.”

No âmbito da localidade, os visitantes têm a oportunidade de interagir com a comunidade também em outros espaços, como casas de artesanatos, restaurantes, pequenos comércios, entre outros. De acordo com os associados, percebe-se que a partir do desenvolvimento do turismo na localidade, passou a existir um incentivo maior em relação à cultura local: artesanato, comidas típicas, grupos de dança. A cambina é a principal manifestação da cultura popular, mas ultimamente estão aumentando também os grupos de dança, como *street dance* e *hip hop*, que estão melhores e mais organizados, envolvendo os jovens. Quando, eventualmente, os grupos culturais se apresentam em pousadas, eventos e praças públicas, eles se sentem valorizados e apreciados. Dentre os elementos culturais, dá-se uma ênfase ao artesanato, que vem se aprimorando cada vez mais na localidade, com destaque para as peças produzidas em fibras, talos e palhas de ouricuri e de coqueiros e em madeiras de jaqueiras e coqueiros. Também o casario histórico e as igrejas de Porto de Pedras constituem atrativos turísticos destacados.

Os aspectos de **solidariedade e cooperação** existem na Associação Peixe-Boi, embora se observe que precisam ser ainda melhor fortalecidos. Comparativamente com períodos anteriores, em que os conflitos de lideranças eram acirrados, pode-se dizer que atualmente o senso de coletividade entre os associados está bem melhor, embora ainda surjam vez ou outra algumas posturas individualistas. Segundo um dos associados, “o senso de coletividade e de comunidade melhorou depois que se começou a trabalhar na Associação, por que aos poucos as pessoas começaram a acreditar em grupos, dividir, compartilhar”.

Na dinâmica do dia-a-dia da Associação há algumas rotinas estabelecidas que visam a divisão de benefícios e responsabilidades, mas nem sempre os associados assumem suas partes de forma satisfatória e espontânea, gerando por vezes algumas insatisfações e desentendimentos entre eles. A principal definição para a divisão justa e equitativa de trabalho e renda é a escala de trabalho, que determina o rodízio dos associados nas atividades. Os condutores e remadores atuam nessas funções em dias alternados (dez condutores e dez remadores por dia), sendo que os condutores fazem apenas um passeio por dia e os remadores podem fazer dois passeios, caso seja necessário. Essa regra, que incide naquelas que são consideradas as principais funções dos associados, é clara e inclusive é regulada pelo TAC, de forma que quem descumprir está sujeito a punições formais. Neste sentido, não há maiores desentendimentos, embora aconteçam ainda algumas eventualidades e particularidades, que geram reclamações entre associados.

Além dos seus trabalhos nestas funções, todos os associados precisam ajudar na manutenção da Associação, se revezando também para a realização de tarefas cotidianas, como

vigilância, limpeza e organização da sede, além de algumas atividades administrativas. Neste âmbito é quando ocorrem dificuldades um pouco mais frequentes, tendo em vista que nem todos têm o mesmo perfil de proatividade, responsabilidade e senso de organização, gerando por vezes sobrecarga para alguns.

Nas relações com outros atores da cadeia produtiva do turismo, quando a Associação indica fornecedores de produtos e serviços para seus clientes geralmente não se estabelece uma relação de comissionamento, e sim de parceria. Entretanto, associados afirmam que comissionam agências de receptivo que levam grupos de visitantes, guias de turismo e algumas pousadas, restaurantes e taxistas que indicam o passeio. Observa-se que a prática do comissionamento é permitida e comum no ramo do turismo convencional, entretanto não é comum nas práticas de turismo de base comunitária, que geralmente buscam minimizar as relações monetárias entre os empreendedores turísticos das localidades, e valorizar as relações de economia solidária, cooperação e trocas. Outro ponto de atenção em relação a esta questão do comissionamento é que é fundamental que as regras e acordos fiquem muito claros para todos, de forma que todos tenham direitos e benefícios equitativos.

Quanto à questão de **gênero** na Associação, pode-se observar que as mulheres realmente são a minoria. Dos cinquenta e um associados, apenas seis são mulheres (quatro condutoras e duas que atuam na oficina de produção de peças para venda), mas há também duas mulheres que são envolvidas com a Associação que não são associadas: a contadora e a recepcionista. É interessante mencionar que essas associadas destacam-se no grupo como lideranças, especialmente uma delas, que é presidente da Associação há cinco anos. Desde que iniciou a atividade do turismo de observação houve o predomínio masculino, por que geralmente as pessoas que empreendiam esta atividade eram pescadores.

Em relação à inclusão dos **jovens**, observa-se que muitos dos associados são jovens, inclusive a presidente da associação e algumas outras lideranças que se destacam. Os jovens da comunidade se interessam e apreciam o trabalho da Associação, aspecto que aponta para uma perspectiva de continuidade, mas não são facilmente absorvidos porque a Associação já atua em seu limite máximo permitido de condutores e remadores – limite este definido em decorrência das regras estabelecidas pelo TAC, que é o instrumento de ordenamento do turismo de observação na localidade.

Quanto ao envolvimento em **projetos socioambientais** comunitários, a Associação Peixe-Boi se integra a ações coletivas de mutirões de coletas de lixo nas praias e áreas ribeirinhas, se articulando bem com outras organizações locais, como acontece nos mutirões do “Movimento Cidade Verde, Rio Limpo”, que ocorre em Porto de Pedras e São Miguel com a participação da Associação Peixe-Boi, da Aribama, do ICMBio, da AMITUS (Associação Milagrense de Turismo

Sustentável), do Instituto Yandê e da Associação dos Jangadeiros dos Milagres. Importante registrar também que a Associação Peixe-Boi tem um papel ativo em reivindicações de melhorias sociais, como questões relativas a segurança e saúde. Além disso, promovem eventos comunitários em datas comemorativas, como festas de natal e dia das crianças, mobilizando também parceiros que fazem doações por ocasião das festas.

Sustentabilidade Ecológica

Os **ambientes e ecossistemas** naturais de Porto de Pedras são valorizados turisticamente, tendo em vista que as praias, os ambientes recifais os manguezais e os peixes-bois marinhos são os principais atrativos do município, com destaque para a Praia do Patacho e para o turismo de observação do peixe-boi, que proporciona também a contemplação do manguezal no estuário do rio Tatuamunha.

No turismo de observação, embora a maior expectativa dos visitantes seja ver os peixes-bois, o passeio é oferecido como uma oportunidade de contemplação e vivência também do manguezal, que é bem conservado e exuberante na localidade. Os condutores/guias do passeio costumam falar sobre as características, hábitos e importância da conservação dos peixes-bois, mas também sobre o manguezal, destacando alguns elementos da fauna e flora, a importância do ecossistema como berçário de muitas espécies e também para a existência humana, inclusive como fonte de alimento. Algumas vezes os associados param as embarcações na margem do rio e pegam caranguejos e chiés para os visitantes conhecerem de perto, soltando-os em seguida.

O passeio do turismo de observação é todo pensado de forma que seja uma **atividade de mínimo impacto**. Há uma série de regras neste sentido, estabelecidas pelo TAC (Termo de Ajustamento de Conduta), que é o instrumento formal que ordena e regulamenta a atividade. Algumas delas são as seguintes: restrições de horários para as atividades e do número de embarcações e visitantes/dia; não permissão de que a jangada se aproxime dos animais; caso os animais se aproximem das jangadas as pessoas não podem tocar neles nem alimentá-los.

O passeio pelo rio Tatuamunha é realizado com embarcações a remo, para evitar o impacto do motor para os animais, tanto em relação ao barulho, quanto em relação a eventuais poluições por óleo e riscos de ferimentos aos peixes-bois. Um dos associados destaca:

“Antes o passeio pra ver o peixe-boi era feito a motor. Pra mim, umas das maiores conquistas do ordenamento foi eliminar o uso de motor nesse trecho do rio e fazer o embarque de um local único, num espaço que já era utilizado, sem ter causado novos danos.”

A existência do Projeto Peixe-Boi (ICMBio/CMA) na localidade e o fato de Porto de Pedras estar inserida na APA Costa dos Corais conferem ao lugar uma condição diferenciada para a

conservação ambiental e também consistem em fatores de atratividade turística. A atividade da Associação Peixe-Boi ocorre de forma extremamente integrada a estes dois contextos, contribuindo para as estratégias de conservação e de desenvolvimento local também desejados pelo Projeto Peixe-Boi e pela APA.

O turismo de observação constitui-se como uma oportunidade de sensibilização e educação ambiental, tanto para os visitantes, quanto para os comunitários envolvidos na atividade. Ao mesmo tempo, apresenta-se como uma alternativa de **uso sustentável** do ecossistema manguezal e especialmente da espécie peixe-boi marinho, reduzindo significativamente os impactos sob estes.

Relata-se que a atividade do turismo de observação contribuiu para a mudança de comportamento, sendo também um trabalho de conscientização para a população sobre a importância do peixe-boi. Um dos associados dá seu próprio depoimento: “Mudou a relação entre o pescador e o peixe-boi. Eu mesmo já detonei junto com meu pai a fauna e a flora e hoje, em vez de detonar, eu tiro meu sustento com ela.”.

Outro associado comenta: “Teve a troca da caça do peixe-boi pelo turismo de observação. Hoje a comunidade consegue sobreviver graças aos animais e a própria comunidade conscientiza os amigos e parentes para a conservação.”.

Afirmam ainda que a atividade deles relacionada à conservação ambiental proporcionou uma maior consciência ecológica também em outros aspectos, o que reflete em atitudes de cuidados cotidianos com relação ao uso da água, energia e lixo, por exemplo. Institucionalmente, participam de atividades periódicas de coleta de lixo em mutirões nas praias, junto a outras organizações locais.

Observa-se que os efeitos positivos da atividade turística empreendida por esta iniciativa comunitária sob o ambiente e ecossistemas locais são positivos, gerando uma maior consciência e conservação, contribuindo, assim, para a sustentabilidade ecológica local e da iniciativa da Associação Peixe-Boi.

Sustentabilidade econômica

Desde o início do turismo de observação e, sobretudo, a partir da criação da Associação Peixe-Boi, houve um aumento efetivo na **geração de trabalho e renda** para as comunidades de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres. Atualmente cinquenta e uma famílias têm renda direta das atividades da Associação, o que gera benefícios financeiros que ajudam na sustentabilidade econômica de cerca de duzentas e cinquenta pessoas, contribuindo para a melhoria do poder aquisitivo e de suas qualidades de vida. Um dos associados comenta: “Hoje

graças a Deus minha vida mudou bastante. Através do peixe-boi hoje eu tenho minha geladeirazinha e minha televisão.”.

As pessoas começaram a entender que o peixe-boi não deveria ser encarado como inimigo dos pescadores, mas poderia ser uma fonte de renda duradoura para a comunidade, através do turismo de observação, empreendido pela população local. A ampliação da renda foi significativa para estas famílias, que tiveram o incremento financeiro de forma **complementar**, sem terem que abandonar suas atividades tradicionais. Muitos dos associados continuam sendo pescadores e alguns conciliam seu tempo com outras atividades econômicas: um abriu uma pizzeria, outro empreendeu uma oficina de bonecos de pelúcia, outros trabalham com artesanatos, outros estudam, outros são guias de turismo, uma é professora, outros são jangadeiros de piscinas naturais, entre outras atividades.

Quanto à **sustentabilidade econômica da Associação**, percebe-se que hoje, com os recursos decorrentes dos passeios, é viável o pagamento dos custos de manutenção da instituição. Em função da nova sede própria, eliminou-se o custo do aluguel do espaço. Outros custos também são minimizados pelo trabalho colaborativo dos associados, como vigilância, limpeza, algumas funções burocráticas, entre outros. Nem sempre foi assim. Essa condição atual é em função da demanda crescente pelos passeios e da melhoria da organização interna da associação.

Quanto à **gestão de recursos**, observa-se que existem alguns controles administrativos e financeiros, uma contabilidade terceirizada e quando necessário a Associação emite nota fiscal. Existe também o Conselho Fiscal, que é atuante, e alguns fluxos financeiros são estabelecidos e de conhecimento de todos, como preços dos produtos e serviços, valores destinados à manutenção da Associação e forma de divisão dos recursos.

O passeio do turismo de observação custa quarenta reais por pessoa, considerando pagantes crianças a partir de sete anos. Estudantes de instituições de ensino públicas não pagam o *tiket* de acesso. A cada dia, oitenta reais do total dos recursos decorrentes dos pagamentos pelos passeios são alocados como taxa de manutenção institucional. Além disso, cada associado contribui com um valor mensal correspondente a cinquenta reais para os condutores e remadores e quarenta reais para as pessoas que trabalham na oficina. Os valores financeiros pagos pelos passeios e pelos produtos vendidos são controlados diariamente em planilhas digitais e divididos igualmente por todos, quinzenalmente. Os associados avaliam que a iniciativa de produzir e vender produtos na Associação foi positiva porque deu oportunidade de incluir outras pessoas da comunidade.

Vale ainda ressaltar que a Associação fez a opção por não vender em sua loja os demais artesanatos típicos da região, para provocar que os turistas vão até as casas de artesanato para

conhecer, ampliando a **distribuição de renda** na comunidade. Um associado comenta: “O que a gente quer é que o turista gaste também no comércio daqui e não apenas dentro da Associação”. Esse fato demonstra uma preocupação com a melhoria das condições econômicas também dos outros atores sociais da localidade. Ressalta-se que são evidentes os benefícios financeiros gerados pelo desenvolvimento do turismo em Porto de Pedras e São Miguel, ampliando a renda para pessoas que trabalham com pousadas, restaurantes, artesanatos, comércio, serviços de guia e transporte, entre outros.

Assim, observa-se que a sustentabilidade econômica da Associação e da localidade de forma geral é positiva, tendo o turismo de observação do peixe-boi, de base comunitária, ajudado a ampliar a renda de muitas famílias na localidade, além de viabilizado a gestão financeira da Associação Peixe-Boi.

Sustentabilidade político-institucional

Em relação ao **nível de controle da comunidade e autonomia** da iniciativa, hoje a Associação Peixe boi, composta integralmente por pessoas da comunidade local, se sente com bastante autonomia, capaz de se posicionar, expressar seus desejos, tomar decisões, fazer sua própria gestão, ter autonomia financeira.

Quando a Associação iniciou, não tinha uma maior autonomia, pois por um lado o grupo ainda estava se organizando, criando sua dinâmica de funcionamento e se apropriando dela; e por outro lado, neste início em que a Associação estava ainda se estabelecendo, ela dependia do Projeto Peixe-boi (ICMBio/CMA) em diversos aspectos, em função das circunstâncias em que foi criada, decorrente do TAC do Ministério Público, como alternativa para a solução do conflito gerado pelo turismo desordenado. Nesse momento a Associação dependeu do Projeto Peixe-Boi principalmente para as capacitações e credenciamento dos condutores - que praticamente definia quem participaria da Associação na atividade do turismo de observação do peixe-boi. Além disso, eram os primeiros exercícios em relação ao cumprimento das regras estabelecidas na regulamentação da atividade, o que era um desafio tanto para os associados quanto para o ICMBio, que precisava orientar e fiscalizar essa prática.

Mas, com o passar do tempo, o amadurecimento das relações institucionais, o amadurecimento do grupo e a consolidação do turismo de observação do peixe-boi como uma alternativa de desenvolvimento local sustentável, a comunidade foi gradativamente se empoderando de toda a gestão da atividade e da instituição.

Hoje a Associação Peixe-Boi ainda mantém uma relação bem próxima ao Projeto Peixe-boi/ICMBio, que inclusive ainda é responsável pelo credenciamento dos condutores e remadores,

por capacitações periódicas aos associados e pelo monitoramento/fiscalização no contexto do turismo de observação, mas essa relação passou a ser muito mais de parceria do que de tutoria ou dependência. Aos poucos se estabeleceu uma nova forma de diálogo, em que os papéis ficaram mais claros e a comunidade se apropriou do seu espaço para uma gestão comunitária da atividade da Associação. Hoje estão bem mais seguros para saberem e dizerem o que querem e para ser protagonistas na condução institucional, conforme é constatado na fala de um dos associados: “Hoje a associação tem cem por cento de autonomia, em relação ao que era. Agora o ICMBio é um parceiro, a comunidade discute o que quer nos cursos, coloca as necessidades, dá opiniões.”.

De acordo com os associados, os **parceiros** que se destacam na trajetória da Associação Peixe-boi, citados durante a oficina, são o ICMBio, a Fundação Mamíferos Aquáticos, a Fundação SOS Mata Atlântica, Fundação Toyota, o Instituto Bioma Brasil, a Prefeitura de Porto de Pedras, receptivos e pousadas locais.

É interessante registrar também que em Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres existe um movimento articulado e proativo de organizações locais que estão trabalhando mobilizações e ações socioambientais de forma conjunta, contribuindo para melhorias ambientais, sociais e inclusive para a existência do turismo de base comunitária na localidade. Além da Associação Peixe-Boi, o Instituto Yandê, a Amitus, a Associação de Jangadeiros de São Miguel são alguns dos mais ativos. Em alguns momentos se envolve também o poder público, através da participação do ICMBio e das prefeituras, como é o caso do Movimento Cidade Verde, Rio Limpo. Segundo um dos associados, a relação é tranquila entre as organizações, eles não têm o sentimento de concorrência e sim de cooperação. Como normalmente quem se envolve com este tipo de movimento são pessoas com perfil de liderança, observa-se que algumas pessoas participam de mais de uma organização, mas de forma geral conseguem conciliar agendas e interesses. Um associado comenta: “A gente consegue trabalhar junto, até por que a gente tem problemas e objetivos comuns. Tem muita gente nova se envolvendo também. Viram que dá certo e se aproximam”.

Em relação à participação em espaços de **políticas públicas**, a Associação Peixe-Boi tem atuação em três instâncias colegiadas: o Conselho da APA Costa dos Corais (CONAPAC), o Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente de São Miguel dos Milagres e o Conselho de Segurança de Porto de Pedras. Dentre estes, destaca-se o CONAPAC, que é um conselho bem ativo e que gera muitos momentos de discussões de temáticas socioambientais (incluindo turismo) entre representantes de organizações de toda a APA, contando ocasiões de planejamentos, de capacitações e articulações. O Conselho de Turismo de São Miguel foi criado em 2013, mas não tem tido reuniões nos últimos meses.

Registra-se que a prefeitura de Porto de Pedras tem uma atuação bastante deficiente em relação às políticas públicas de turismo no município, inclusive não tem Plano de Turismo ou qualquer instrumento de planejamento turístico, como também não tem o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR). A prefeitura eventualmente contribui com o trabalho da Associação em ações pontuais, como a melhora da estrada de acesso ao ponto de embarque do passeio do peixe-boi e colocação de placas de divulgação do passeio nas paradas de ônibus. Entretanto, é possível observar a atuação de estratégias de políticas públicas que envolvem o turismo decorrentes da escala estadual e federal. Em nível estadual, é trabalhado o APL (Arranjo Produtivo Local) Costa dos Corais, através da Secretaria Estadual de Desenvolvimento e do Sebrae; e em nível federal o incentivo ao turismo ambientalmente correto e com o envolvimento comunitário tem sido feito pelo ICMBio, no contexto da APA Costa dos Corais. Um dos associados comenta:

“Política pública de turismo aqui é bem complicado. O município é omissor, não tem nenhum tipo de incentivo por parte deles. Já pelo APL Costa dos Corais, eles são bem atuantes e incentivam bastante, e agora muito mais forte do que antes, por que estão na fase de execução. Estão tendo vários cursos do Sebrae, várias coisas para aperfeiçoar a maneira como a gente trabalha.”

Quando perguntados sobre o que eles gostariam de ter por parte da prefeitura, relativo ao turismo, eles colocam:

“Que tivesse um olhar mais minucioso para o Turismo de Base Comunitária, que desse valor, um crédito, fosse mais próximo, fizesse junto com a gente. E responder por coisas que são da competência deles, como a sinalização e no mínimo ajeitar a ponte, a passarela suspensa do rio, de acesso ao embarque do passeio do peixe-boi. Quem conserta é a Associação, mas a gente não tem competência nem autorização pra fazer uma ponte nova. Uma coisa simples, mas a prefeitura não faz.”

No que se refere à **gestão territorial**, quanto ao domínio e acesso aos espaços onde ocorrem as atividades, o turismo de observação é desenvolvido num determinado trecho do Rio Tatuamunha, ao qual a Associação Peixe-boi tem acesso garantido em função do TAC que define o ordenamento dessa atividade. Como já foi mencionado, esse trecho do rio tem restrições na forma de uso, então o acesso ao espaço está sujeito às regras estabelecidas naquele documento.

A estrutura de **gestão da associação** é composta por secretaria, tesouraria, presidência e conselho fiscal, com eleições a cada dois anos. Ocorrem reuniões/assembleias mensais, com a participação aberta a todos os associados, ou sempre que necessário é convocada uma reunião extraordinária. Segundo dito por um dos associados, a construção da pauta é compartilhada, de forma que quem quiser pode sugerir assuntos. Acontece que às vezes a demanda é tanta que eles precisam elencar os assuntos mais relevantes e urgentes, aqueles que realmente precisam

ser discutidos no coletivo maior, pois há alguns temas que podem ser tratadas no dia-a-dia, ou com grupos específicos de associados ou junto à diretoria.

Há na Associação várias pessoas com perfil de liderança, gerando uma participação crítica e proativa. De forma geral, os associados participam das reuniões e da rotina da Associação de forma ativa, com sugestões e questionamentos. Um dos associados comenta: “Às vezes é tranquilo, às vezes tem algumas dificuldades, por que são pessoas que pensam diferente, mesmo que tenham o mesmo objetivo. Mas o bom é ter ideias novas, maneiras de trabalhar diferentes”.

Embora a diretoria seja reconhecida em seu papel, agregando aspectos positivos à instituição, como é natural em grupos grandes nem sempre todos concordam uns com os outros e vez ou outra surgem conflitos pontuais de opiniões e de liderança.

Observa-se, no âmbito político-institucional, que a Associação Peixe-Boi vem se estabelecendo de forma cada vez mais madura, participando de espaços significativos de atuação tanto em políticas públicas quanto em articulações institucionais locais, ganhando mais autonomia, estabelecendo outras parcerias e contribuindo para a conquista de melhorias da iniciativa e da localidade. Sob o ponto de vista de gestão, há sempre desafios na condução de grupos e nem sempre há consensos, entretanto também neste aspecto é possível observar um amadurecimento tanto da diretoria quanto da forma de participação dos associados, o que é decorrente de um empoderamento da comunidade em relação à iniciativa.

4.3 ASSOCIAÇÃO DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA DE PONTA GROSSA - ASTUMAC (ICAPUÍ – CE)

Sustentabilidade Sociocultural

O **modo de vida local**, caracterizado pela **cultura** da pesca e a tranquilidade do cotidiano de uma comunidade simples e acolhedora constituem por si só como atrativos turísticos de Ponta Grossa. Muitas pessoas vão visitar a localidade curiosos para conhecer a história da comunidade, por serem uma só família, de evangélicos, descendentes de holandeses, terem uma história de luta pela manutenção do território e por sua organização social, além de terem ali um sítio arqueológico que está sendo pesquisado e cujas peças podem ser apreciadas pelos visitantes. Inclusive está sendo organizado um museu, para a exposição do material arqueológico encontrado. Alguns visitantes buscam Ponta Grossa justamente por ser um destino de TBC. Um dos associados comenta:

“Aqui a gente tem um turismo diferenciado, que o turista vem para conhecer a realidade local, a comunidade, conversar com o pescador, ver a jangada chegando, conhecer a história de luta da comunidade. (...) A estrutura turística é dos nativos, a culinária é local, a identidade é da comunidade. Os visitantes podem pescar e fazer passeios com os pescadores.”

Os associados relatam que o TBC vem contribuindo para uma maior valorização da identidade e cultura pesqueira local: “Com o turismo o pescado ficou até mais valorizado e também tem a admiração pelo pescador, porque ser uma colônia de pescador é um diferencial do lugar”.

No aspecto da **interação entre visitantes e população local**, como todos os empreendedores são pessoas da comunidade, nos diversos espaços os visitantes são recebidos por nativos e têm a oportunidade de conversar com eles, que são receptivos e abertos ao diálogo, seja na pousada, nas barracas, nas lanchonetes, no mercadinho ou na praia. Para grupos maiores que manifestam interesse, sobretudo de estudantes, fazem uma roda de conversa sobre a comunidade, seu histórico, sua dinâmica turística e de organização social. Um dos associados comenta: “A gente tem potencial natural grande, mas também temos uma história belíssima e as pessoas também têm suas histórias de vida do seu cotidiano.”.

Expressões de **solidariedade e cooperação** podem ser observadas em Ponta Grossa, onde a comunidade vem de um histórico de formas de organização e lutas por conquistas coletivas. No âmbito da ASTUMAC, exercem um papel importante na busca e reivindicação de melhorias coletivas que favorecem a comunidade e também o turismo, como melhoria dos acessos, sinalização turística, capacitações, cuidados com a conservação ambiental, uso planejado do espaço. Também contribui para o aspecto de solidariedade o fato de que eles são uma grande família e que prezam pelo seu espaço coletivo.

Na prática da atividade turística, os associados relatam que ao receberem grupos pré-agendados, eles buscam fazer uma distribuição de clientes e rodízio entre as pousadas, barracas/restaurantes, lanchonetes e guias, de forma a contemplar o maior número de famílias possível com a geração de renda. Essa alternância é um acordo entre os associados, baseado em conversas e bom senso, mas não é uma regra rígida. Na prática do dia-a-dia, nem sempre esse rodízio funciona muito bem.

Na localidade, eles indicam os serviços uns dos outros, sem ser cobrado nenhum percentual de comissionamento de um empreendedor para o outro. Até para os bugueiros que levam os turistas das praias vizinhas não é pago comissionamento, é apenas dada a cortesia do almoço. Sobre isso um dos associados chega a comentar: “A gente não quer que aconteça como Canoa Quebrada, que tudo depende de dinheiro, até por que aqui somos todos da mesma família.”.

De forma geral, observa-se que eles têm um bom senso de coletividade. Um dos associados nos remete a outro exemplo: “A consciência, inclusive em não vender terras a outras pessoas de fora da comunidade, passa de pai para filho. Ter consciência comunitária é ter espírito de coletividade”.

Quanto à questão de **gênero**, dos 25 associados 15 são homens e 10 são mulheres. Os associados relatam que as mulheres ocupam espaços importantes no turismo local, inclusive como gestoras de empreendimentos, sobretudo as pousadas e lanchonetes. Dizem que nem sempre elas participam das reuniões porque “vivem muito ocupadas”, mas quando podem estar presentes participam bem.

Em relação à inclusão de **jovens** da comunidade, os associados relatam que eles têm interesse nas questões de turismo e participam de algumas atividades, capacitações e reuniões. Um dos associados comenta: “o envolvimento dos jovens no turismo é bom porque deixa eles ocupados, eles não entram nas drogas.”. Observa-se que alguns integrantes da ASTUMAC são jovens, e inclusive como a gestão da Associação está para mudar, o nome que eles estão propondo para ocupar a presidência é de um jovem engajado da comunidade.

Referente ao envolvimento em **projetos socioambientais** comunitários, a ASTUMAC realiza periodicamente mutirões de coleta de lixo na praia, envolvendo também estudantes e outras pessoas das comunidades do entorno. Além disso, se envolve em temas diversos de melhorias coletivas para a comunidade. Vale mencionar que a ASTUMAC interage frequentemente com as outras organizações comunitárias de Ponta Grossa: a Associação Comunitária, a Associação da Igreja e a Associação dos Pescadores.

No âmbito da sustentabilidade sociocultural, observa-se que o turismo de base comunitária em Ponta Grossa está bastante alicerçado na valorização da identidade e cultura pesqueira, no histórico da comunidade, na inclusão social e nos aspectos de coletividade. Um ponto de atenção que se observa neste item é a delicadeza da gestão do rodízio entre os serviços locais, mesmo ressaltando-se o quanto é louvável esta iniciativa para a distribuição de renda para um maior número de famílias da comunidade. Como foi dito, é um acordo de bom senso e não uma regra rígida, mas é sempre importante que fiquem claros os critérios, que devem incluir uma similaridade da qualidade dos serviços e também o respeito à vontade e aos gostos dos visitantes.

Sustentabilidade Ecológica

Os **ambientes e ecossistemas** naturais se destacam como um dos principais atrativos turísticos de Ponta Grossa. As paisagens formadas por belas praias, integradas com dunas e falésias, atraem a atenção e motivam a viagem da maioria dos visitantes. Um dos associados

comenta: “A gente divulga Ponta Grossa também por suas belezas naturais e as pessoas já vêm procurando por isso.”.

Os visitantes buscam Ponta Grossa por saberem que é uma praia de paisagens paradisíacas e por sua tranquilidade, agregado ao fato de ser um destino de Turismo de Base Comunitária. Passeios pela praia, onde podem ser observadas também lagunas (semelhantes a lagoas de água salobra); trilhas pela restinga e dunas, de onde se vivencia um belíssimo pôr do sol; e passeios de barco realizados junto aos pescadores são algumas alternativas de entretenimento e vivência junto à natureza, que são muito apreciadas pelos visitantes.

A principal atividade oferecida pela Associação é a trilha, que se inicia por um trecho da restinga, passa pelas dunas e volta pela praia. A trilha é sinalizada e feita com o acompanhamento de um condutor local (que lá chamam de guia). Como esse é um percurso já estabelecido, a quantidade de pessoas que fazem a trilha é relativamente pequena, e se tem também o cuidado para que os visitantes não deixarem lixo no ambiente, pode-se dizer que essa é uma **atividade de baixo impacto**. Esse passeio consiste também em um momento de sensibilização e educação ambiental, proporcionado pela vivência no ambiente, associado às falas dos condutores e às placas informativas e interpretativas existentes no decorrer da trilha.

Uma atividade turística que é cotidianamente desenvolvida em Ponta Grossa que tende a causar impacto é o passeio de buggy, realizado na praia e nas dunas. Aparentemente não é possível ainda observar os impactos, mas esta é uma questão que merece atenção. Os impactos desta atividade podem ser de ordem ecológica, como prejuízos à fauna, especialmente se houver ali áreas de ninhos de tartarugas marinhas; e culturais, considerando que as prospecções arqueológicas estão sendo feitas nas dunas, onde estão sendo achados materiais muito importantes e valiosos historicamente.

Atualmente o que tem chamado a atenção em relação aos passeios de buggy é o impacto cultural. A equipe que está fazendo o trabalho de arqueologia já alertou sobre o problema. Esta, porém, é uma questão delicada, pois a eventual proibição da circulação dos buggys pelas dunas poderia afastar a ida de muitos turistas. Neste sentido, a ASTUMAC e a Associação dos bugueiros de Canoa Quebrada estão dialogando e buscando como solução que seja delimitado um caminho de passagem dos buggys, para evitar o pisoteio em toda parte.

Um dos aspectos mais importantes para a sustentabilidade ecológica da atividade turística em Ponta Grossa é a existência de uma Unidade de Conservação que abrange toda a área da praia e das dunas da localidade. É a APA Municipal de Ponta Grossa, que foi criada em 1998, no mesmo ano da criação da ASTUMAC. A criação dessa APA foi uma demanda e reivindicação da comunidade de Ponta Grossa, que desde aquele tempo apresentava a preocupação em conservar

o ambiente. Hoje a comunidade constata que a existência da APA é importante para a manutenção da atratividade turística local.

Observa-se que a comunidade tem uma boa consciência ecológica, pelo seu envolvimento e empenho para a conservação ambiental local. Participa de atividades periódicas de coleta de lixo em mutirões nas praias, o que contribui para que esta seja reconhecida como uma das praias mais limpas do Ceará. Nas ruas e nas praias não se vê lixo no chão. Infelizmente não é realizada a separação de lixo para reciclagem, porque, segundo eles, o caminhão da coleta mistura tudo.

Nesse contexto, pode-se dizer que a sustentabilidade ecológica do turismo em Ponta Grossa de forma geral é positiva, principalmente pela preocupação que a comunidade, e especialmente os associados, tem em manter o ambiente conservado e tranquilo, priorizando um perfil de público e a oferta de atividades de baixo impacto. A participação efetiva da comunidade no âmbito da APA é reflexo dessa preocupação. Por outro lado, um ponto de atenção é a necessidade de ordenamento do tráfego de veículos nas praias e dunas.

Sustentabilidade econômica

Desde o início das atividades turísticas em Ponta Grossa, o aumento das oportunidades de **trabalho e renda** para a comunidade foi se tornando cada vez mais significativo. Os associados estimam que cerca de quarenta por cento das setenta famílias lidam diretamente com o turismo; enquanto que os demais são beneficiados indiretamente, inclusive com a pesca, que teve sua venda potencializada pelo turismo local. Na ASTUMAC, especificamente, são vinte e cinco associados envolvidos.

A maioria dos membros da ASTUMAC têm como atividade principal seus negócios relacionados ao turismo, como barracas/restaurantes, lanchonetes, pousadas, entre outros. Mas, no sentido da **complementaridade** de renda e respeito às atividades tradicionais locais, muitos mantêm outras atividades, principalmente como pescadores, havendo também professores e prestadores de pequenos serviços.

Os moradores locais relatam que a pesca, sobretudo da lagosta, reduziu muito. Segundo eles, atualmente a pesca não está dando uma boa condição de subsistência para as famílias do Ceará, então o turismo surge também por uma necessidade de complementação de renda. Um dos associados relata: “Hoje turismo e pesca andam juntos, até pela escassez do pescado da lagosta. É uma alternativa complementar. O pescado diminuiu por causa da pesca desordenada, alguns equipamentos usados, a natureza tem limites.”.

De acordo com o relato de um dos associados, o aumento de renda gerou na comunidade de Ponta Grossa uma maior de qualidade de vida, decorrente também do aumento do poder aquisitivo :

“O turismo melhorou a qualidade de vida em Ponta Grossa. A gente acha, vê, nota, sente. Melhorou, as pessoas vivem bem. Antes viviam só da pesca e não tinham nem o seguro defeso. Mudou até os hábitos alimentares, não falta mais comida.(...) As pessoas têm internet, celular bom, computador, o pessoal é informado, atualizado.”

A comunidade relata isso com orgulho, sentimento de dignidade, e atribui esse fato também à forma de organização comunitária, que se preocupa com a distribuição de renda e geração de benefícios para toda a comunidade, evitando a acumulação e valorizando a coletividade. Um associado comenta:

“O pessoal daqui não pede esmola a ninguém, nem à prefeitura. A gente pede sim melhorias para o coletivo da nossa comunidade. Todos trabalham e têm o suficiente para viver, além de que o custo de vida é baixo. Até ajudamos outras comunidades.”

Quanto à **gestão dos recursos**, segundo os associados, é definido que dez por cento de cada serviço prestado seja alocado como taxa para a manutenção das despesas institucionais da ASTUMAC (incluindo 10% que são repassados anualmente como contribuição à Rede Tucum), mas isso não tem sido feito com rigor nos últimos tempos. A Associação não tem uma taxa mensal administrativa. Segundo um dos associados, os valores que entram ficam no caixa e isso é apresentado aos associados nas reuniões. Há também um fundo, criado no contexto do projeto Cada Casa uma Estrela, gerido pela Associação.

Assim, observa-se que no âmbito da sustentabilidade econômica, o turismo gerou benefícios reais para a comunidade de Ponta Grossa, com complementação, ampliação e distribuição de renda e, conseqüentemente, melhoria da qualidade de vida. No âmbito da Associação, entretanto, embora não seja uma queixa clara dos associados, observa-se uma certa vulnerabilidade da sustentabilidade econômica, tendo em vista que não é estipulada nenhuma taxa mensal para a manutenção da Associação, e mesmo o percentual dos serviços não tem sido destinados de forma regular à Associação. Talvez essa questão não seja muito sentida por eles por que os custos fixos da Associação são baixos, tendo em vista que não se paga aluguel e não se tem pessoas remuneradas pelas suas funções na Associação.

Sustentabilidade político-institucional

Quanto à **autonomia e nível de controle** da iniciativa pela comunidade, pode-se dizer que esta é integral. A Associação é composta cem por cento por pessoas da comunidade local e a

ASTUMAC sempre teve autonomia em suas ações e decisões, decorrente do seu histórico de protagonismo social. Como relatado, a ASTUMAC surgiu da iniciativa da própria comunidade, a partir da identificação de uma necessidade local de organização do turismo, que à época começava a ser empreendido pela comunidade. Este fato fez com que a Associação surgisse de forma independente, mesmo que desde sua criação e ao longo de sua história, tenha tido diversos parceiros.

De acordo com os associados, os principais **parceiros** ao longo da história da ASTUMAC são: a Fundação Brasil Cidadão, a Aquasis, a Associação Amigos da Prainha do Canto Verde, o Instituto Terra Mar, a Rede Tucum, o Grupo Edson Queiroz, o Sebrae, o Senac e Universidades (UFCE, UFPE, UFESA, UERN). A ASTUMAC tem boas condições de diálogos com os parceiros, mostrando seus desejos, necessidades e construindo novos cenários em conjunto com eles. Com esses parceiros eles já discutiram sobre o perfil do turismo que se desejava para a localidade, discutiram o entendimento e práticas no âmbito do TBC, fizeram intercâmbios de experiências, tiveram capacitações, receberam e atuaram juntos em projetos e ações socioambientais, receberam eventuais apoios, entre outras relações e benefícios.

Dentre esses parceiros, será feita aqui uma abordagem especial em relação à Rede Tucum, que é a Rede Cearense de Turismo de Base Comunitária, da qual Ponta Grossa faz parte, juntamente com outras onze comunidades. A Rede Tucum tem uma grande importância para o desenvolvimento do TBC no Ceará, agregando as iniciativas em torno de um entendimento sobre TBC que é decorrente da observação e discussões sobre as práticas turísticas das comunidades, tendo se tornado uma referência de articulação das iniciativas de TBC nesse estado. O trabalho da Rede Tucum, que envolve capacitações, articulações, eventos e divulgação, é reconhecido não apenas no Ceará e no Nordeste brasileiro, mas também em âmbito nacional e internacional. Sabendo da relevância da Rede Tucum e da participação efetiva de Ponta Grossa nesse contexto, buscou-se entender melhor como é essa relação.

Vale mencionar que Ponta Grossa é uma das comunidades do Ceará que primeiro despertou e iniciou o TBC, sendo destaque e referência para outras comunidades, mesmo antes da existência da Rede Tucum. Um associado comenta: “A gente já fazia o que a gente faz hoje, só não sabia que nome era, que era Turismo de Base Comunitária. A gente chamava de Turismo Sustentável.”.

Esse fato nos leva a entender que Ponta Grossa já tinha uma dinâmica de funcionamento do TBC, experiência essa que contribuiu para as reflexões do coletivo maior das comunidades que passaram a integrar a Rede Tucum. Ao mesmo tempo, a participação na Rede, a interação com outras lideranças e o conhecimento de outras experiências comunitárias proporcionaram um fortalecimento do TBC desenvolvido em Ponta Grossa.

De acordo com as conversas tidas com os associados, observa-se que existe interação e participação efetiva dos representantes da comunidade de Ponta Grossa nas reuniões e discussões da Rede Tucum e que há benefícios decorrentes dessa relação, como capacitação e divulgação, por exemplo, mas é interessante observar também que existe uma grande independência e autonomia da dinâmica turística de Ponta Grossa em relação à Rede. Nem todas as comunidades conseguem esta independência, mas Ponta Grossa diferencia-se nesse contexto pelo seu protagonismo e experiência. Um dos associados dá seu testemunho:

A partir de 2008 a Tucum começou a fazer essa articulação, e um desafio pra nós, que fazemos a Rede, é que todos se sintam Tucum, para fazer a Rede acontecer. Porque às vezes as comunidades esperam que a Tucum traga os turistas, traga projetos. Mas em Ponta Grossa, como a gente já fazia mesmo antes da Tucum, a gente sempre teve essa independência. Mas a gente vê a parceria da Rede, o fortalecimento do processo, dos princípios do TBC.”

Com base nessa fala, é possível perceber também o reconhecimento da parceria institucional e o sentimento de pertencimento e corresponsabilidade pelo desenvolvimento da Rede Tucum.

Também a parceria com a Fundação Brasil Cidadão, através do projeto De Olho na Água, merece destaque, pois já desenvolveu junto à comunidade de Ponta Grossa ações socioambientais de grande relevância, como a implantação de cisternas e fossas ecológicas, além de ações específicas para contemplar a vocação turística do lugar, como implantação de trilhas ecológicas, incluindo sinalização e capacitação de condutores locais.

Quanto à participação em espaços de **políticas públicas**, a ASTUMAC tem assento no Conselho da APA Municipal de Ponta Grossa, onde essa comunidade tem uma atuação bem ativa. Além da ASTUMAC, também outras três organizações comunitárias de Ponta Grossa participam desse Conselho: a Associação Comunitária, a Associação dos Pescadores e a Associação da Igreja.

É válido mencionar que a comunidade teve um papel fundamental, influenciando a criação da APA de Ponta Grossa, em 1998, quando na mesma época estavam começando a estruturar as primeiras atividades turísticas e a própria Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura. Esse fato demonstra que desde aquele tempo a comunidade teve a preocupação de ao mesmo tempo em que buscava potencializar o uso turístico do espaço para o desenvolvimento local e a geração de renda, também buscar criar mecanismos para a conservação ambiental e uso sustentável do espaço.

Segundo os associados, a organização comunitária local, a forma de gestão coletiva do território e a intenção da comunidade de conservação ambiental foram indicadores importantes para a criação da APA. Um associado afirma: “a comunidade de Ponta Grossa queria preservar a

área, teve a ideia de criar a APA e, através da Associação, levou essa ideia para a prefeitura de Icapuí, que abraçou a causa e criou.”.

A percepção da comunidade sobre a importância dessa Unidade de Conservação permanece e é associada também a elementos como territorialidade e atratividade, como pode ser observado na fala de um associado: “A APA ajuda a assegurar mais o território, dá mais segurança, um respaldo legal. Soma com a intenção que a comunidade já tinha de preservar e passa a ser um atrativo a mais. A APA vem só somar.” Nesse contexto, é interessante frisar ainda que um dos objetivos formais da APA de Ponta Grossa é o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária, o que evidencia uma consonância entre a Unidade de Conservação e a vocação e realidade local, com o reconhecimento do TBC que ali ocorre.

Além da participação no Conselho da APA de Ponta Grossa, a ASTUMAC também integra o Conselho Municipal de Turismo de Icapuí (COMTUR). Entretanto, esse conselho foi formalmente criado (também impulsionado pela comunidade de Ponta Grossa), mas está inativo há anos. Segundo o atual secretário, a Secretaria Municipal de Turismo e Esportes pretende reativá-lo no início de 2015 e buscar implantar o Fundo de Turismo (FUNTUR) para melhorar a gestão turística de Icapuí, que a própria Secretaria reconhece que não recebe a devida atenção, diante de seu potencial. Enquanto o COMTUR não funciona, segundo os gestores municipais, muitas questões relativas ao turismo terminam sendo discutidas no contexto do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Icapuí (COMDEMA), o que evidencia uma lacuna, mas ao mesmo tempo pode ser um exercício positivo de intersetorialidade.

Vale ainda registrar que o município de Icapuí não tem um Plano Municipal de Turismo, apenas tem uma parte do Plano de Desenvolvimento Local Integrado Sustentável que aborda o turismo, entretanto esse Plano está já fora do seu período de vigência, que era estimado até 2010. Apesar dessas deficiências, é importante registrar que a Secretaria de Turismo percebe e evidencia em sua fala o quanto Ponta Grossa é diferenciada em relação a outras localidades do município, pelo protagonismo social, pelo desenvolvimento do TBC e pela consciência ambiental.

Quando questionados sobre o que a comunidade de Ponta Grossa gostaria de ter do poder público no âmbito do turismo, eles respondem: espaço para atendimento médico/primeiros socorros; melhoria da drenagem da rua para evitar alagamentos, reforma na ladeira, divulgação, melhoria da sinalização.

Observa-se, portanto a participação ativa da comunidade de Ponta Grossa na interface com as políticas públicas de turismo, sempre no movimento de busca de melhorias coletivas para a localidade, com reivindicações como melhoria do acesso, sinalização, entre outros. Ao mesmo tempo em que participa, a comunidade mostra-se também com uma visão crítica, evidenciando

mais uma vez a linguagem de resistência, como é possível observar a partir da fala de um dos associados:

“A gente faz turismo contrapondo a forma do governo fazer política para o turismo, mostrando que é possível fazer com o povo que mora no litoral. O governo vem só para fazer *resort*, estrutura grande. A gente pode fazer diferente, sem centralizar renda, fazer com os moradores, sem destruir o meio ambiente.”

A atuação articulada da ASTUMAC junto à Rede Tucum e outras organizações como ONGs, organizações comunitárias de base e universidades tem levado também os integrantes a oportunidades de participação em debates e eventos que discutem o TBC e políticas públicas relacionadas. Um associado relata sua impressão:

“Tenho participado de encontros que a gente tem tentado políticas públicas que ajudem o Turismo de Base Comunitária, mas é tão difícil para os gestores entenderem isso. Nem no município nem no estado em no Ministério. Eles acham mais fácil fazer o convencional.”

No que se refere à **gestão territorial**, observa-se que em Ponta Grossa a comunidade conquistou o domínio do seu espaço, decorrente de sua história de luta pela manutenção do seu território pesqueiro e ambiente de vida e organização social, e ainda mantém esse domínio em função da união da comunidade e acordo que a comunidade tem de não vender terrenos a pessoas de fora. Este é um acordo que não está escrito, mas que vem de um entendimento conjunto, de uma consciência de coletividade. Um dos associados comenta:

Os terrenos e a consciência passam de pai para filho. O espaço é limitado para cada família e se alguma família vendesse ficaria sem espaço na comunidade. (...) Se eu fizer isso vou estar vendendo minha dignidade comunitária, vou estar quebrando uma coisa que existe na comunidade há muito tempo. Ficaria mal visto pelos outros da comunidade. Acho bonito isso.”

Também é importante frisar que a comunidade desempenha importante papel na gestão territorial da localidade, através de suas atividades e cuidados cotidianos e da participação no Conselho da APA de Ponta Grossa. No turismo a relação com o território também se apresenta pela forma como a comunidade de Ponta Grossa faz a gestão territorial para a organização do espaço turístico, ao definirem conjuntamente o que, onde e como podem construir. A comunidade inclusive participou ativamente do zoneamento, inerente ao Plano de Manejo da APA de Ponta Grossa, que é o principal instrumento legal de ordenamento territorial local.

Os associados relatam que em 2003 a localidade sofreu novamente pressão de um grupo de investidores, que queriam construir um *resort* entre Ponta Grossa e Redonda, em uma área dentro da APA de Ponta Grossa que poderia interferir nas dunas. Segundo eles, os investidores se apropriaram de um espaço com documentação falsa, o que eles consideraram um processo de grilagem. A comunidade de Ponta Grossa não aceitou, a Associação mobilizou também a

comunidade de Redonda e juntos lutaram contra a implantação do *resort*, participando de audiências públicas e pressionando os órgãos competentes até que o investidor se afastasse. Um dos associados relata:

“Foi uma reunião, uma audiência pedida pela comunidade. Acho que eles não chegaram a entrar com pedido de licenciamento, já colocaram cerca. (...) No zoneamento da APA essa é uma área de proteção permanente, não é permitida a construção de hotéis.”

Dessa forma, com organização comunitária e articulação com políticas públicas e instrumentos legais, como é o caso da APA, a comunidade segue mantendo o domínio e uso sustentável do território.

Assim, observa-se que a sustentabilidade político-institucional da ASTUMAC, no âmbito do turismo em Ponta Grossa é positiva, já que apresenta autonomia e independência, parceiros institucionais diversos, domínio na gestão territorial e boa participação em políticas públicas.

4.4. ANÁLISE GERAL DA SUSTENTABILIDADE DAS INICIATIVAS

Uma vez realizada a análise descritiva das iniciativas estudadas com base nos parâmetros de sustentabilidade sociocultural, ecológica, econômica e político-institucional, será agora realizada uma síntese geral da sustentabilidade de cada uma das três iniciativas, considerando não apenas a sustentabilidade das iniciativas, como também das práticas relacionadas ao TBC nas localidades.

Na Cooperativa de Trabalho Náutica Ambiental o parâmetro que aponta para uma maior sustentabilidade é o ecológico, tendo em vista que as atividades realizadas pela cooperativa são de baixo impacto, como os passeios de jangada à vela, mergulhos contemplativos e trilhas e que valorizam os ambientes e ecossistemas locais como oportunidades para lazer em contato com a natureza, sensibilização ambiental e ampliação de conhecimentos, sendo os ambientes naturais os principais atrativos trabalhados pela Náutica. No parâmetro político-institucional, suas participações em espaços de políticas públicas, sobretudo no Conselho da APA Costa dos Corais, e as relações de parceria estabelecidas levam a Náutica para uma perspectiva de sustentabilidade.

Entretanto, observa-se que a Náutica apresenta uma série de fragilidades, sobretudo nos parâmetros socioculturais e econômicos, que podem comprometer a sustentabilidade da cooperativa. O pouco sentido de coletividade, que resulta em posturas de pouca solidariedade, cooperação e participação, tem afetado a dinâmica de funcionamento da Náutica e comprometido inclusive aspectos de gestão e de sustentabilidade econômica, correndo o risco de comprometer a

continuidade da iniciativa. Nesse sentido, observa-se que a Náutica apresenta no momento uma sustentabilidade fragilizada e vulnerável.

Na Associação Peixe-Boi principalmente os parâmetros ecológicos, econômicos e político-institucionais apontam para a sustentabilidade, o que leva a crer que a iniciativa tende a ter uma continuidade positiva. Quanto à sustentabilidade ecológica, nota-se que a principal atividade da Associação, que é o passeio do turismo de observação do peixe-boi, valoriza os aspectos ambientais locais, sobretudo o ecossistema manguezal e o peixe-boi marinho, que é um grande diferencial ecológico e turístico da localidade, devendo-se ressaltar também os cuidados tidos para evitar os possíveis impactos negativos da atividade de visitação.

O turismo de observação, que em Porto de Pedras é empreendido e gerido pela comunidade local, vem proporcionando também uma melhoria da condição econômica, tendo aumentado significativamente a renda para uma boa parcela da população local, direta ou indiretamente, uma vez que essa atividade também contribuiu para o aumento do fluxo do turismo na localidade. Além disso, atualmente a condição de sustentabilidade financeira da Associação é satisfatória, tendo em vista as receitas geradas pela atividade turística.

No aspecto político-institucional, a participação em espaços de políticas públicas, com destaque para sua atuação no Conselho da APA Costa dos Corais, e suas diversas relações de parcerias, sejam locais ou com instituições de outros estados, contribuem para o fortalecimento institucional da Associação Peixe-Boi, fazendo com que esta ganhe projeção e melhores condições de desenvolvimento do seu trabalho. A gestão institucional está sendo cada vez mais aprimorada, à medida em que os associados gradativamente se apropriam e criam seus mecanismos de gestão, entretanto essa é sempre uma atribuição complexa para as organizações comunitária de base. No parâmetro sociocultural, dois aspectos apontam para certa fragilidade. Um deles se refere à inclusão de gênero, tendo em vista que a grande maioria dos associados são homens; o outro se refere ao sentido de solidariedade, observando-se que embora na Associação existam rotinas que levem à divisão de responsabilidades e benefícios e se verifique que o sentido de coletividade está se ampliando dentre os associados, ainda há posturas individualistas, que às vezes geram conflitos.

Na ASTUMAC todos os parâmetros de sustentabilidade analisados são positivos, o que indica uma boa condição de permanência da iniciativa de TBC. No parâmetro sociocultural é marcada a valorização da cultura pesqueira e o histórico da comunidade, mas destaca-se sobretudo o sentido de coletividade. O uso equilibrado dos ambientes naturais para atividades turísticas, cujas paisagens e oportunidade de lazer em contato com a natureza também se constituem como grandes atrativos locais, conferem boa condição de sustentabilidade ecológica, sendo necessária, entretanto, uma ressalva quanto aos cuidados que se precisa ter para que os

passeios de buggy geram o menor impacto possível, nesse caso impacto ecológico e cultural, tendo em vista a existência de sítios arqueológicos na área das dunas.

No âmbito econômico, destaca-se positivamente o significativo aumento e distribuição de renda na comunidade, mas vale mencionar como um ponto de atenção a gestão institucional financeira, que parece necessitar de aprimoramento. Quanto à sustentabilidade político-institucional, as parcerias e participações nos espaços de políticas públicas, principalmente no âmbito da APA de Ponta Grossa e da Rede Tucum, contribuem para o fortalecimento da ASTUMAC. Destacam-se também a autonomia, o protagonismo, o empoderamento e a gestão territorial comunitária na localidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o turismo em sua complexidade, observando suas interfaces com as realidades das localidades onde essa atividade socioeconômica ocorre foi fundamental para a realização das análises feitas sobre as iniciativas de Turismo de Base Comunitária estudadas. A partir da escolha de três iniciativas de TBC desenvolvidas por grupos comunitários organizados em localidades litorâneas do Nordeste brasileiro, foi feita a caracterização e análise sobre como ocorrem seus processos de instalação e desenvolvimento, verificando suas relações com parâmetros de sustentabilidade e princípios do TBC, cumprindo assim os objetivos da pesquisa.

Na perspectiva de reconhecer o TBC em diversas realidades, diferentes formas de expressão e estágios de maturidade, aceitou-se nesta pesquisa o desafio de analisar não apenas iniciativas de TBC consolidadas, mas também iniciativas que estão em outros estágios de desenvolvimento, reconhecendo suas dificuldades, suas interfaces e influências em cada contexto local.

Como resultado, constatou-se que os princípios do TBC e os parâmetros da sustentabilidade podem ser observados nas três iniciativas, mesmo que em níveis diferentes. Sendo assim, é interessante destacar algumas observações conjugando as percepções tidas a partir das três iniciativas:

- A ASTUMAC é a iniciativa que apresenta maior **condição de sustentabilidade**, seguida da Associação Peixe-Boi e da Náutica Ambiental. Esta última apresenta atualmente uma sustentabilidade fragilizada.
- No parâmetro de **sustentabilidade ecológica**, as três iniciativas apresentam-se de forma muito positiva quanto ao uso dos ambientes e ecossistemas naturais como atrativos turísticos, através da oferta de atividades de baixo impacto negativo.
- No parâmetro de **sustentabilidade político-institucional** as três iniciativas apresentam-se positivamente em suas atuações em espaços de políticas públicas e em suas relações de parcerias, dois elementos importantes para o fortalecimento institucional e conquista de maior autonomia e melhores condições de atuação.
- Vale destacar que nas três iniciativas observa-se que os principais **fóruns de políticas públicas** nos quais as instituições atuam são instâncias colegiadas da área ambiental, como Conselhos de Meio Ambiente (COMDEMAS) e Conselhos de Unidades de Conservação – com destaque para a APA Costa dos Corais, que inclui Tamandaré e Porto de Pedras, e para a APA de Ponta Grossa. Esse fato evidencia que as políticas públicas de turismo e de meio ambiente precisam ser trabalhadas de forma cada vez mais integradas, sobretudo em lugares

onde a vocação turística está respaldada fortemente em atrativos naturais, como frequentemente é o caso das regiões litorâneas, sobretudo no Nordeste brasileiro. No âmbito de espaços de discussões coletivas referentes à atividade turística com vistas ao TBC, destaca-se no Ceará a Rede Tucum.

- A participação das instituições que conduzem as três iniciativas estudadas nos **espaços de políticas públicas** ocorre de forma ativa e com qualidade, observando-se que esta atuação tem ajudado a alavancar parcerias, novas oportunidades de trabalhos e projetos, visão estratégica e até melhores condições de gestão territorial, ambiental e de inserção comunitária. As Unidades de Conservação são percebidas por eles não apenas como área de conservação ambiental, mas também de uso da comunidade, espaço de vida – razão pela qual as comunidades locais engajadas mantém o interesse de contribuir para a conservação. Neste sentido, ressalta-se a importância da inserção efetiva das comunidades na gestão destas áreas.
- Observa-se que as **estruturas de políticas públicas municipais para o turismo** são bastante fragilizadas. Dos três municípios estudados, dois (Tamandaré e Icapuí) têm Conselhos Municipais de Turismo (COMTURS), mas ambos não têm uma dinâmica de funcionamento, nem sequer reuniões periódicas. Nenhum dos três municípios tem Fundo de Turismo implementado nem tem Plano Municipal de Turismo. Esse fato evidencia a necessidade de fortalecer as políticas públicas de turismo, para que a gestão municipal possa cumprir seu papel e dar sua parcela de contribuição para a sustentabilidade turística das localidades.
- Verifica-se nas três iniciativas a **importância das parcerias**, que ao longo de suas histórias deram contribuições significativas para seu desenvolvimento. A maioria das parcerias são com outras organizações não governamentais, mas ocorrem também com universidades, empresas (a maioria do ramo turístico) e governos. Percebe-se ainda que muitas das parcerias decorrem de relações institucionais que acontecem no âmbito de espaços de discussões coletivas, como fóruns de políticas públicas. Isso demonstra a importância da complementariedade entre os papéis de sociedade civil, instituições de ensino, empresariado e governos, fazendo funcionar o sistema (nesse caso turístico) e contribuindo para a sustentabilidade. Nas iniciativas estudadas destaca-se sobretudo a importância das ONGs nestas relações de parcerias, exercendo importante papel tanto no início quanto no seu desenvolvimento.
- Nas três iniciativas, a **sustentabilidade sociocultural** aparece principalmente na valorização da cultura pesqueira e aponta possíveis interações entre visitantes e comunidades locais, sobretudo a partir do usufruto dos serviços turísticos oferecidos pelas comunidades.

Entretanto, em nenhuma das três localidades são trabalhadas atividades no sentido de proporcionar maiores vivências do jeito de ser e das práticas cotidianas da comunidade. Chama-se a atenção de que os aspectos relacionados à **solidariedade e cooperação**, embora sejam dos mais importantes princípios do TBC, às vezes são ainda difíceis de serem observados nas práticas, sobretudo na iniciativa da Náutica Ambiental e, de certa forma, na Associação Peixe-Boi, sendo que nem a ASTUMAC fica isenta de situações que transparecem algum individualismo.

- Nota-se que nas três iniciativas, sobretudo na Náutica Ambiental e na Associação Peixe-Boi, há uma grande predominância da participação masculina, embora as participações femininas apareçam com destaque, através de lideranças de mulheres que desempenham importantes papéis nas iniciativas de TBC. Destaca-se nesse caso a Associação Peixe-Boi, que tem uma mulher como presidente, com uma liderança consolidada. Nota-se que a questão de **gênero** não aparece nas falas dos associados e cooperados de forma destacada.
- A **atividade turística preexistente** nas localidades também constitui um dos fatores que contribuem para o sucesso da iniciativa de TBC, observando-se que o histórico inicial influencia no desenvolvimento e nos resultados. Da mesma maneira, as demais formas de turismo que coexistem nas localidades e seu entorno também interferem.
- A **relação entre o Turismo de Base Comunitária e o turismo convencional** ocorre nas três comunidades estudadas, apresentando maior ou menor interface e retroalimentação na atividade turística. Ponta Grossa é mais isolada, mas beneficia-se dos visitantes vindos de Canoa Quebrada; a Associação Peixe-boi, em Porto de Pedras, beneficia-se dos visitantes das pousadas de charme e os que visitam as praias; Tamandaré recebe também o público que vai à localidade em busca da praia. Essa interação passa a ser conflitante quando o turismo é desordenado e prejudicial ao TBC, como por vezes acontece em Tamandaré e quando se ameaça a construção de *resorts* em áreas protegidas, como acontece em Ponta Grossa.
- É importante compreender o **perfil dos integrantes das iniciativas de TBC**, reconhecendo também que nas localidades estudadas os sujeitos sociais que são os associados e cooperados fazem parte de comunidades litorâneas e pesqueiras, mas que não são comunidades tradicionais isoladas. Observa-se que alguns são pescadores e outros exercem outras funções. Inclusive alguns nativos têm formação superior, como biólogos, geógrafos e turismólogos. É interessante perceber e reconhecer este novo perfil comunitário, que busca maior qualificação.

Considerando as análises realizadas, pode-se afirmar que as iniciativas estudadas se enquadram no conceito de TBC, mas por terem sido criadas em diferentes momentos e realidades locais, apresentam-se com práticas diferenciadas e níveis de desenvolvimento e sustentabilidade distintos, que dialogam com os contextos locais nos quais elas se inserem. Portanto, entendendo que cada iniciativa se situa em processos turísticos, históricos, sociais, culturais, ecológicos, econômicos, políticos e institucionais distintos, constata-se que as experiências se diferenciam umas das outras em suas práticas e resultados, inclusive quanto ao grau de sustentabilidade gerado tanto no âmbito institucional das iniciativas, quanto no âmbito das localidades turísticas. Em se tratando de iniciativas que ocorrem no litoral do Nordeste, algumas semelhanças aproximam suas realidades, mas é interessante perceber como os processos de cada lugar conduzem a formas de atuações, interrelações e resultados diferentes.

Foi um grande desafio, mas muito satisfatório descrever os processos de implantação e desenvolvimento, analisar a sustentabilidade e principalmente comparar as três iniciativas estudadas, compreendendo suas diferenças de realidades. Também foi interessante perceber a conexão entre as abordagens teóricas e as práticas e constatar que muitas das abordagens teóricas e conceituais sobre o TBC surgem a partir da observação e discussão de experiências como a desenvolvida em Ponta Grossa, o que demonstra uma importante contribuição e retroalimentação entre teoria e prática.

Talvez por Ponta Grossa ser referência em TBC e se enquadrar de forma mais clara nos princípios do TBC, tenha sido mais fácil analisar e escrever sobre a iniciativa da Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa, tendo em vista que as práticas estão em maior consonância com os discursos e teorias. Quanto a Porto de Pedras, foi interessante perceber que a Associação Peixe-Boi está se consolidando e amadurecendo na prática a incorporação dos princípios do TBC. Em relação à Náutica, considera-se que foi muito positivo incluí-la nesta abordagem, já que as dificuldades observadas proporcionaram grandes aprendizados nesta análise.

Pode-se dizer que observar e analisar a iniciativa da Cooperativa Náutica Ambiental visando compreendê-la (ou não) como Turismo de Base Comunitária e verificar a aplicabilidade do conceito de TBC nesta experiência foi o mais difícil e mais rico nesta pesquisa, evidenciando que é necessário ampliar o horizonte do olhar e reconhecer que as comunidades locais enfrentam diferentes desafios e necessidades de diálogos e arranjos institucionais, de acordo com suas realidades. Importante perceber também que nem sempre as práticas são tão participativas, solidárias e cooperativas como se tem expectativa. Talvez seja justo compreender que esta iniciativa está em processo de amadurecimento institucional e que a crise pela qual está passando pode levá-la a um reestabelecimento, a um novo posicionamento, uma nova atuação. A

Cooperativa está em um momento que sente a necessidade de se reestruturar, se reconfigurar, e visualiza que fortalecer o TBC em sua prática é uma forma possível e desejada para fazer isso acontecer.

Mesmo diante de alguns desafios para a sustentabilidade das iniciativas de Turismo de Base Comunitária, as abordagens e análises apresentadas nos levam a considerar que a hipótese de que o TBC em regiões litorâneas contribui efetivamente para a configuração de lugares turísticos mais sustentáveis foi comprovada, constatando-se que o turismo quando desenvolvido pela comunidade local, com base no senso de coletividade, valorização cultural e respeito ao meio ambiente, gera uma maior qualidade de vida para as populações locais e um ambiente mais equilibrado e a consequente condição de permanência da atividade. Dessa forma, o TBC apresenta-se como uma alternativa para o desenvolvimento local sustentável, contribuindo inclusive para uma forma diferenciada de uso e ocupação do litoral.

O TBC tem se consolidado não apenas na literatura, mas também nas práticas. Há uma certa efervescência desta tendência, tendo em vista que a mudança é recente e que as comunidades e instituições estão se apropriando cada vez mais das questões que envolvem o TBC. Observa-se, entretanto, que de forma geral as comunidades locais e estudiosos da área se ressentem e questionam que as políticas públicas são poucas e são ainda pouco efetivas para o TBC, mas geralmente nem as comunidades locais conseguem visualizar de forma mais abrangente que políticas públicas gostariam de ter como melhoria das condições para o desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária.

Neste sentido, aponta-se como uma possível oportunidade de aprofundamento desta pesquisa um estudo mais focado em participação social e políticas públicas de TBC. Neste aspecto tanto as Universidades podem ajudar, com pesquisas e atividades de extensão, quanto as instituições que atuam desenvolvendo ou apoiando e estimulando este tipo de iniciativa. As próprias organizações comunitárias de base e redes de articulação são também essenciais para esta reflexão e construção. Uma das necessidades observadas é o fortalecimento institucional das organizações que trabalham o Turismo de Base Comunitária, potencializando maiores condições de qualificação, articulação e gestão, além de acesso a créditos e estruturação turística condizente com o perfil do TBC.

Neste sentido, a pesquisa pode gerar contribuições para discussões sobre o Turismo de Base Comunitária, inclusive buscando apontar aprendizados que podem vir a ser referências para diretrizes a novas práticas e políticas. Assim, tendo em vista também a relevância social da questão em estudo, espera-se que a pesquisa contribua não apenas para ampliar as formulações teóricas sobre o assunto, mas também para apoiar as práticas, a partir das reflexões levantadas e das interações ocorridas junto às iniciativas estudadas.

REFERÊNCIAS

- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- BARRETO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. 1. ed. São Paulo: Papirus, 1995.
- BARTHOLO, Roberto; SANSOLO, Davis G.; BURSZTYN, Ivan. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- BARTHOLO, Roberto (Coord.). **Marco referencial teórico para o Turismo de Base Comunitária**. Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social – LTDS/UFRJ, 2011.
- BARTHOLO, Roberto. **Sobre o lugar do Turismo de Base Comunitária**. In: COSTA NOVO, Cristiane Barroncas; CRUZ, Jocilene Gomes (Orgs.). **Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: Edua, 2014.
- BENI, Mário Carlos. **Análise Estrutural do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Senac, 1998.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Dinâmica e Diversidade do Turismo de Base Comunitária: desafio para a formulação de política pública**. Brasília, 2010.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão**. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo cultural: orientações básicas**. 2. ed. – Brasília, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 9. 985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, 81º, inciso I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais do Turismo**, 2008. 56p.
- BRASIL, Casa Civil, **Decreto de criação da APA Costa dos Corais**, 1997.
- CASTILHO, Cláudio; SELVA, Vanice (Orgs.). **Turismo, Políticas Públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). **Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministerio de Educacao, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262.
- CORDEIRO, Itamar Dias. **Políticas Públicas e a Produção do Espaço Turístico no Litoral do Nordeste Brasileiro: o caso do PRODETUR/NE**. In: CASTILHO, Cláudio J. M.; SELVA, Vanice S. F. (Orgs.). **Turismo, políticas públicas e gestão dos ambientes construídos**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 155-175.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **A exclusão e a inclusão social e o turismo.** Pasos Revista de Turismo y Patrimonio. v. 3, n. 2, p. 295-304, 2005.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à Pobreza.** São Paulo: Annablume, 2006.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **O desenvolvimento voltado às condições humanas e o turismo comunitário.** In: CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira; LIMA, Luiz Cruz (Org.). Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental. Fortaleza: EDUECE, 2003, p. 26-44.

DIAS, Reinaldo. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade.** São Paulo: Atlas, 2009.

EMBRATUR. **Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo.** Brasília, 1994.

FENNELL, David A. **Ecoturismo: Uma Introdução.** São Paulo: Contexto, 2002.

GODINHO, Denise. **Visíveis e invisíveis.** In: Revista da Cultura, Especial Comunidades. 89 Ed, dez. 2014, p. 32-34.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa.** In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013, 33 ed.

IBGE, 2010. IBGE Cidades. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

ICMBIO/MMA. **Plano de Manejo da APA Costa dos Corais.** Tamandaré, 2013.

IPEA, 2013. **Atlas do Desenvolvimento Humano.** Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação João Pinheiro

HAUG, Wolfgang Fritz; tradução Erlton José Paschoal. **Crítica da Estética da Mercadoria.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

LOUREIRO, Janaína; BRAGA, Maíra; SELVA, Vanice; MOTTA, Zilda. Ecoturismo e Desenvolvimento Local para a RPPN de Maracaípe-PE. In: CORIOLOANO; LIMA. **Turismo Comunitário e Responsabilidade Socioambiental.** Fortaleza, EDUECE, 2003.

LITTLE, Paul E. **Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 12, n. 25, 2006.

MARTINS, Maria de Fátima; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. **Índice de Desenvolvimento Sustentável para Municípios (IDSM).** João Pessoa: Sebrae, 2008.

MMA/IBAMA. **Plano de Manejo da REBIO Saltinho – Fase 2, s.d..**

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Termo de Ajustamento de Conduta: regulamentação do turismo de observação de peixe-bois em Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.** Alagoas, 2010.

MOTA, Keila; SILVA, Débora. **O segmento da hotelaria de charme como estratégia mercadológica no Ceará.** UCS, Mestrado em Turismo: I Encontro Semintur Jr. / 6º Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul, 2010.

MOURÃO, Roberto (Org.). **Manual Caiçara de Ecoturismo de Base Comunitária.** Rio de Janeiro.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo.** Campinas, SP: Papirus, 1993, Coleção Turismo.

PERNAMBUCO. **Lei Nº 14.104, de 01 de julho de 2010.** Política de Fomento ao Turismo em PE. PERNAMBUCO. Secretaria de Turismo. **Plano Estratégico de Turismo de PE – Pernambuco para o Mundo – 2008/2020.** Recife, 2008.

REDE TUCUM. **Caderno de Normas e Procedimentos Internos da Rede Tucum – Rede Cearense de Turismo Comunitário.** Rosa Martins (Org.). Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

REZENDE, Ricardo Oliveira. **Turismo de Base Comunitária, Políticas Públicas e Efeitos sobre o Local: o caso do Projeto “um vale verde de verdade”, Pirenópolis (GO).** Rio de Janeiro, 2011.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene; WIDMER, Gloria Maria. **Planejamento Turístico.** In: ANSARAH, Marília Gomes dos Reis (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar.** 2ª Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2001, p. 66-86.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas, SP: Papirus, 1998, 14ª ed.

SANTOS, Aristides Faria Lopes. **Construir, habitar, viajar: reflexões acerca da relação comunicação-turismo comunitário.** In: NETTO, Alexandre Pantosso; GAETA, Cecília (Orgs.). **Turismo de Experiência.** São Paulo: Editora Senac São Pulo, 2010, p. 119-132.

SANTOS, Cristiane Alcântara de Jesus; CAMPOS, Antônio Carlos. **Turismo comunitário e Responsabilidade Social. Estratégias para o desenvolvimento sustentável do turismo.** Fortaleza: EDUECE, 2003.

SETUR, **Plano de Manejo da APA de Guadalupe,** 2011.

SILVA, Edson Vicente; RODRIGUEZ, José Manuel Mateo. **Educação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável: problemática, tendências e desafios.** Fortaleza: Edições UFC, 2013.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. **A viagem como experiência significativa.** In: NETTO, Alexandre Pantosso; GAETA, Cecília (Orgs.). **Turismo de Experiência.** São Paulo: Editora Senac São Pulo, 2010, p. 21-42.

VASCONCELOS, Fábio Perdigão; MARTINS, Márcia Barbosa; REBOUÇAS, Roberto Bruno M.; VASCONCELOS, Cleiton Batista. **Proposta de Matriz de Impactos Ambientais para Áreas de Interesse Turístico: o caso da regeneração da praia de Iracema em Fortaleza, Ceará.** In: CORIOLANO, Luzia Neide; VASCONCELOS, Fábio Perdigão (Orgs.). **Turismo, território e conflitos imobiliários.** Fortaleza: EDUECE, 2012, p. 335-352.

VITAE Civilis e WWF- Brasil. **Sociedade e Ecoturismo:** como diferentes atores sociais podem, de forma participativa, elaborar planos estratégicos de conservação e geração de renda. O caso do Ecoturismo do Vale do Ribeira na Mata Atlântica. São Paulo: Peirópolis, 2003.

ZAPATA, Tânia (coord.). **Gestão Participativa para o Desenvolvimento Local.** BNDES - Cooperação Técnica do PNUD. Recife, 2000.

WWF Brasil. **Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável** (Org. Sylvia Mitraud). Brasília: WWF Brasil, 2003.

www.semace.ce.gov.br, acessado em 20/08/2014.

www.tucum.org.br, acessado em 25/08/2014.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Tamandar%C3%A9_%28Pernambuco%29, acessado em 02/08/2014.

http://www.cprh.pe.gov.br/unidades_conservacao/uso_Sustentavel/APA_Guadalupe/40042%3B40643%3B223901%3B0%3B0.asp, acessado em 29/09/2014.

www.aultimaarcadenoe.com.br/turismo-de-observacao-4/, acessado em 04/09/2014.

<http://newadventureeventos.webnode.com.br/news/o-que-e-turismo-pedagogico-ou-turismo-educacional-/>, acessado em 04/09/2014.

http://www2.mte.gov.br/ecosolidaria/ecosolidaria_oque.asp, acessado em 28/04/14.

www.ecobrasil.org.br, acessado em 15/08/2014.

www.projetobagagem.org, acessado em 10/08/2014.

APÊNDICE A - Roteiro das entrevistas realizadas junto aos presidentes das iniciativas

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – PRODEMA

Mestranda: Maíra Braga

Orientadora: Vanice Selva

Pesquisa: Turismo de Base Comunitária em regiões litorâneas: processos e resultados diferenciados.

ROTEIRO DE ENTREVISTA – INICIATIVAS DE TBC

Identificação do entrevistado:

Instituição	
Nome	
Função	
Endereço	
Contatos	
Data da entrevista	

INTRODUZINDO O TEMA: PRIMEIRAS QUESTÕES.

- O que é TBC para você?
- Você considera que o perfil de atuação da Associação/Cooperativa é de TBC? O que faz desta iniciativa TBC?

TERRITÓRIO ANTES DA INICIATIVA

➔ Qual era a realidade/características do território antes da iniciativa da Associação/Cooperativa em trabalhar o TCB nessa localidade?

- Existia a atividade turística?
- Organizada? Desorganizada? Convencional? De massa? Que tipologias?
- Quem empreendia? Quais eram os principais atores atuantes na atividade turística?
- Como era o envolvimento da comunidade no turismo? Havia empreendimentos/iniciativas comunitárias de turismo?
- Quais eram os principais impactos positivos e negativos do turismo antes do TBC ser empreendido pela Associação/Cooperativa?
- Como eram as forças de poder no território (municipalidade/lideranças/setor privado – especulação imobiliária, empreendimentos turísticos)?
- Como era a propriedade/domínio do território?
- Quais as principais características da identidade local?
- Existia algum conflito instalado ou latente?

FATORES QUE IMPULSIONAM

→ O que impulsionou, fez surgir, motivou a criação da iniciativa / instituição?

- Ela vem mais de um movimento de resistência a alguma determinada situação do lugar, ou a partir da visualização de oportunidades?
- Trabalhar com TBC vem de um impulso próprio, vontade e iniciativa da comunidade?
- De alguma maneira o grupo se sentiu incentivado por políticas públicas ou outras instituições/ONGs? Houve algum apoio ou parceria neste sentido, no início?

PROCESSO DE INSTALAÇÃO DA INICIATIVA DE TBC

→ Como foi o processo de instalação dessa iniciativa de TBC?

- Como começou o TBC na localidade? E como começou a iniciativa de TBC na Associação/Cooperativa?
- Quais eram as pessoas e instituições envolvidas no início? Quais eram as expectativas e papéis delas? Elas ainda permanecem atuando junto à Associação/Cooperativa? De que forma?
- Com que estrutura (física, equipe, financeira...) se iniciou?
- Quais os principais destaques da trajetória da iniciativa?

DESENVOLVIMENTO DAS INICIATIVAS DE TBC (PERFIL)

→ Como ocorre o TBC empreendido pela Associação/Cooperativa?

- Produtos e serviços comunitários agregados: roteiros, hospedagem, alimentação, artesanato...
- A Economia solidária é referência para o turismo local praticado pela Associação/Cooperativa? De que forma a solidariedade se apresenta? Há relações de indicações e de trocas?
- Qual a relação com o mercado turístico / trade? Há relações indicações e de comissionamento?
- Há outras iniciativas de TBC na localidade? São associativas/coletivas? Quais?
- Como os turistas chegam? (acesso/transporte)
- Como os turistas ficam sabendo? (divulgação)
- Qual o perfil dos visitantes (origem, faixa etária, tipo de grupo, renda)
- Quais os interesses dos visitantes que buscam a iniciativa de TBC?

→ Quais os atores sociais, segmentos ou instituições que participam e que apóiam o TBC na localidade?

- Poder público? ONGs? Empresas? Quais?
- Quais as formas de participação e parceria? Em que / como atuam?
- Quais os objetivos, intenções e interesses das partes?
- Como é a relação? Como se dão os níveis de autonomia / dependência entre instituições parceiras e comunitárias?

→ Como é a participação da comunidade em relação à iniciativa de TBC empreendida pela Associação / Cooperativa?

- Como é a governança e formas de participação nos trabalhos, construções coletivas e decisões?

- Quais os serviços e produtos diretos e indiretos trabalhados junto à comunidade? (associados/cooperados e outros comunitários)
- Quantas pessoas da comunidade são incluídas na iniciativa (direta e indiretamente)?
- Quais os benefícios gerados para a localidade/comunidade?
- ➔ **Como é a relação com políticas públicas de turismo?**
- Como participam dos espaços de discussão de Políticas Públicas?
- Fazem parte do CONTUR do município? Já acessaram algum fundo público?
- O que têm e o que desejam de suporte do poder público para o TBC?

TERRITÓRIO A PARTIR DA INICIATIVA

➔ Qual a realidade / característica do território depois da iniciativa da Associação/Cooperativa em trabalhar o TCB nessa localidade?

- O TBC gerou benefícios para a localidade? Quais?
- O TBC contribuiu para maior conservação do ambiente natural?
- O TBC contribuiu para maior valorização da cultura local?
- O TBC representou oportunidade real de inserção comunitária? De que forma?
- O TBC gerou aumento de renda? Consciência ambiental? Autoestima? Exercício de cidadania?
- Aspectos da identidade local passaram a ser mais evidenciados com o TBC? Quais?
- O TBC gerou uma relação diferente com o território? (domínio, identidade, pertencimento)
- Há uma relação do TBC com outros tipos de turismo? Também com o turismo convencional? Como é essa relação?
- Esse turismo praticado pela Associação/Cooperativa é mais sustentável do que outras formas de turismo que foram/são desenvolvidas na localidade? Por que? Em que aspectos?
- Esse turismo é mais sustentável do que o desenvolvido em localidades próximas onde ocorre o turismo convencional? Por que? Em que aspectos?

APÊNDICE B - Relato metodológico das oficinas realizadas junto aos associados e cooperados das iniciativas estudadas.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – PRODEMA

Mestranda: Maíra Braga

Orientadora: Vanice Selva

Pesquisa: Turismo de Base Comunitária em regiões litorâneas: processos e resultados diferenciados

Objetivos das oficinas:

- Identificar os processos de instalação e desenvolvimento das iniciativas estudadas.
- Observar os fatores que impulsionam as iniciativas e o entendimento sobre o TBC.
- Levantar elementos para a análise das dinâmicas de organização e funcionamento das iniciativas e para a análise dos parâmetros de sustentabilidade.

Períodos de realização das oficinas e número de participantes:

INSTITUIÇÃO	LOCALIDADE	DATA
Cooperativa de trabalho Náutica Ambiental	Tamandaré/PE	12/09/2014
Associação de Condutores dos Turismo de observação do Peixe-Boi Marinho	Porto de Pedras/AL	12/11/2014
Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa	Icapuí/CE (Praia de Ponta Grossa)	10/12/2014

Relato das oficinas:

Foi realizada uma oficina junto a cada uma das iniciativas, com cerca de duas horas de duração. Na Náutica contou-se com a participação de cinco cooperados, na Associação Peixe-boi com onze associados e na ASTUMAC com sete. A metodologia foi a mesma para as três oficinas, sendo necessários apenas alguns ajustes, de acordo com a dinâmica de cada momento.

A programação iniciou com a contextualização e explicação dos objetivos do trabalho por parte da pesquisadora e depois a apresentação dos participantes, que falaram seus nomes, o que fazem (na instituição e fora dela) e como iniciaram a participação na cooperativa/associação. Na sequência a pesquisadora lançou a pergunta “o que é turismo de base comunitária na visão de vocês?”. À medida que eles iam falando, o tema ia sendo provocado, sendo elucidado com exemplos e reflexões, buscando-se discutir coletivamente os princípios do TBC relacionados às práticas. Na sequência foi apresentado o conceito de TBC de Coriolano (2003) e perguntado se eles se sentiam contemplados por ele.

Com o objetivo de fazer um resgate do histórico das iniciativas, foi utilizada a técnica da linha do tempo. Subdivididos em grupos, foi solicitado que eles pensassem nas principais coisas que aconteceram nas histórias de vida das organizações ou do turismo nas comunidades, elessem de três a cinco fatos mais importantes e colocassem cada fato em um numa targeta. Foi traçada no chão uma linha, com os referenciais temporais do ano do começo da iniciativa e o ano 2014. A partir daí os grupos foram se

revezando ao colocarem as targetas, distribuindo-as na linha do tempo, de acordo com os anos dos acontecimentos. Ao fazerem isso, os participantes iam falando sobre os acontecimentos, dizendo por que eles foram importantes, como ocorreram. Assim, foi possível observar em que contexto as iniciativas surgiram, como elas se desenvolvem, seus principais parceiros, sua organização e atuação e qual a realidade atual das iniciativas, considerando também seus contextos socioambientais.

A utilização da técnica da linha do tempo nas oficinas como fio condutor para as discussões sobre Turismo de Base Comunitária foi interessante porque ajudou os grupos a remontarem e visualizarem suas histórias como instituição, a partir dos acontecimentos que os participantes das oficinas acharam mais relevantes. Os grupos abordaram aspectos que formam a identidade das instituições e expressam seus momentos. Recordar bons acontecimentos e refletir coletivamente sobre dificuldades não apenas proporcionou o levantamento de informações relevantes para esta pesquisa, mas também ajudou aos grupos a refletirem sobre suas práticas.

Para finalizar, cada grupo assistiu a vídeos relacionados ao Turismo de Base Comunitária realizado nas outras localidades estudadas, a partir dos quais tiveram a oportunidade de debater as práticas, fazendo um paralelo com as suas realidades. Foram exibidos 3 vídeos: o vídeo institucional da Rede Tucum (exibidos nas oficinas de Porto de Pedras e Tamandaré), que trata das experiências de TBC das comunidades integrantes da Rede, no Ceará; o vídeo “Diário de uma viagem a Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres” (exibido em Tamandaré e disponibilizado para a ASTUMAC/ Ponta Grossa), que consiste num filme de divulgação dessas localidades de Alagoas enquanto destino turístico sustentável e com envolvimento comunitário; e o vídeo do programa Pé na Rua sobre a fabricação das jangadas da Náutica (exibido em Porto de Pedras), decorrente do Projeto de Fortalecimento Institucional da cooperativa. Depois da exibição dos vídeos os participantes fizeram comentários sobre os conteúdos relacionados à abordagem das oficinas.

As oficinas participativas realizadas junto aos cooperados e associados foram muito ricas, constituindo-se como uma oportunidade de compartilhamento de informações e entendimentos. Por um lado, possibilitaram à pesquisadora verificar os processos de instalação e desenvolvimento das iniciativas, inclusive levantando elementos para a análise da aplicabilidade dos princípios do TBC nas práticas das instituições; por outro lado, proporcionaram momentos de reflexões e maior autoconhecimento das próprias organizações.

Este é um relato metodológico das oficinas, que consta também de uma breve avaliação dos processos. Os conteúdos gerados estão postos e discutidos ao longo dos capítulos dessa dissertação.

APÊNDICE C - Roteiro das entrevistas realizadas junto aos representantes das Secretarias Municipais de Turismo

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE – PRODEMA

Mestranda: Maíra Braga

Orientadora: Vanice Selva

Pesquisa: Turismo de Base Comunitária em regiões litorâneas: processos e resultados diferenciados.

Identificação do entrevistado:

Instituição	
Nome	
Função	
Endereço	
Contatos	
Data da entrevista	

ROTEIRO DE ENTREVISTA - PODER PÚBLICO (Secretarias municipais)

- Qual o entendimento que a Secretaria tem sobre TBC? (conceito e importância)
- A secretaria tem um olhar e estratégias para o TBC? Quais?
- O município tem Política ou Plano de Turismo?
- Há documentos de referência, que explicitem a importância do TBC ou a participação da comunidade no desenvolvimento turístico no município?
- Quais as ações que a prefeitura tem desenvolvido em relação ao turismo?
- Conhece/reconhece iniciativas de TBC na localidade? Quais?
- Como a comunidade local participa da atividade turística? (empreendimentos, gestão, etc)
- Acha que a localidade poderia desenvolver mais o TBC? Como?
- No município há o CONTUR e o Fundo de Turismo? Como funcionam? Como é a participação da sociedade/comunidade?
- Que demandas as comunidades locais apresentam em relação ao turismo?
- Quais as organizações e fóruns que discutem o turismo no município?
- Quais as articulações institucionais para ações relacionadas ao turismo?
- Como o turismo é desenvolvido no município/localidade? Quem faz o turismo acontecer?
(trade/operadores, organizações e parcerias)
- Há um inventário, com atrativos e estruturas turísticas?

APÊNDICE D - Quadro síntese da dinâmica de organização e funcionamento das iniciativas de TBC estudadas

ORGANIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO/COOPERATIVA	TAMANDARÉ – PE Cooperativa de Trabalho Náutica Ambiental	PORTO DE PEDRAS – AL Associação Peixe-Boi de Condutores do Turismo de Observação	ICAPUÍ – CE Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa
PERFIL DOS ASSOCIADOS/COOPAREDOS	12 cooperados Destes, 6 são naturais de Tamandaré e 6 são de outras localidades (Recife, Maceió, São Paulo e Minas Gerais). Estes que vêm de outras localidades geralmente conhecem e entram na Náutica a partir do contexto de pesquisas. Há pescadores, jangadeiros, aquaviários, artesãos, biólogos, técnicos em turismo, geógrafos, professores e monitores ambientais.	51 associados Todos são pessoas da comunidade local (naturais de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres). A maioria são pescadores, mas há também jangadeiros, artesãos, biólogos, professores e guias.	25 Associados. Todos são pessoas da comunidade local. A maioria são pescadores e empreendedores ou prestadores de serviços na área do turismo: donos de pousadas, barracas/restaurantes, lanchonetes, guias. Há também professores e fotógrafos amadores.
FORMA DE PARTICIPAÇÃO DOS ASSOCIADOS/COOPERADOS	Tinham reuniões/assembleias mensais, mas não tem havido mais com essa frequência. Ocupam funções de guias/condutores de trilhas, barqueiros/velejadores, monitoramento da biota marinha, apoio a pesquisas, orientação de mergulho contemplativo.	Fazem reuniões/assembleias mensais (ou sempre que necessário). Há bastante demanda para as reuniões. 20 Condutores / 23 Remadores / 8 pessoas que trabalham na oficina, na produção de peças para venda.	Fazem reuniões/assembleias mensais (ou sempre que necessário). Há bastante demanda para as reuniões. A Associação tem uma atuação mais política em discussões e conquistas pela melhoria da coletividade e fluxos do turismo na localidade. Articula e oferece em forma de roteiros os serviços, que são ofertados por empreendedores locais, que são também associados.
CAPACITAÇÃO	Curso sobre cooperativismo e curso de navegação com embarcações à vela. Alguns membros já participaram de capacitações específicas sobre atividades técnicas e de monitoramento ambiental e de cursos oferecidos pelo SEBRAE e SENAC, entre outros.	Capacitações periódicas realizadas pelo ICMBio; cursos oferecidos pelo SEBRAE no Contexto do APL Costa dos Corais; cursos oferecidos pela Fundação Mamíferos Aquáticos; curso sobre manguezais, oferecidos pelo Instituto Bioma Brasil.	Capacitações oferecidas pelo Projeto De Olho na Água/ Fundação Brasil Cidadão; pela Rede Tucum; e pelo SEBRAE.
SERVIÇOS/PRODUTOS OFERECIDOS	- Trilhas ecológicas por praias, manguezais e matas. - Visita guiada na cidade de Tamandaré. - Monitoramento do ambiente da área fechada dos corais / Zona de Preservação da Vida Marinha. - Serviços náuticos e de apoio a pesquisadores.	- Passeio do turismo de observação do peixe-boi marinho, feito de jangada a remo. - Em 2014 passaram a produzir e vender também sabonetes, camisetas, bonés,	- Roteirização, incluindo: trilhas pela restinga e dunas; passeios de barco; meios de hospedagem, serviços de alimentação. - Oferecem também rodas de conversas

	- Educação ambiental e turismo pedagógico. - Visita às piscinas naturais /mergulho contemplativo. - Passeios de jangada à vela e de catamarã. - Cursos de capacitação em temas ambientais, como ambientes recifais e menguezais.	sandálias, canecas e garrafas d'água. - Vendem também bonecos de pelúcia do peixe-boi, produzidos por outro grupo local.	para grupos de interesse específico.
PERFIL DO PÚBLICO	- Casais. - Pequenos grupos de famílias e amigos. - Turistas que estão hospedados nas pousadas (a maioria brasileiros). - Veranistas. - Visitantes que vão passar o dia na praia. - Grupos de estudantes (principalmente universitários). - A maioria com alto grau de escolaridade e interesse em novos conhecimentos. Obs: Captam o público oferecendo os serviços na beira da praia e o volume é pequeno, principalmente para o passeio de jangadas à vela. Na baixa estação, acontece mais os atendimentos a grupos de perfis específicos, como de estudantes, de pesquisadores, de idosos, etc. Sofrem com a sazonalidade.	- Pessoas que vêm de Recife, Maceió, São Paulo, Rio de Janeiro; Holanda, França, Suíça. - Muitos casais, mas também famílias com crianças. - Faixa etária de 30 a 50 anos. - Classe média alta. - Grupos de jovens amigos (começando a vir mais). Obs: O turismo de observação tem clientela durante o ano inteiro, enfrentando pouco problema com de sazonalidade. Mesmo na “baixa estação” eles têm uma procura grande de pessoas que estão hospedadas nas pousadas de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres.	- Pessoas que vêm de Canoa Quebrada de buggy, para almoçar e passar algumas horas na praia (brasileiros e estrangeiros) - Famílias, que se hospedam em Ponta Grossa - Turismo pedagógico e científico. Obs: O desafio é atrair um público que permaneça por mais tempo em Ponta Grossa, gerando benefícios para um número maior de famílias. Atualmente o público que gera movimento durante os dias da semana e com certa constância durante o ano inteiro são os visitantes que vão à localidade de bugy para fazer o passeio de um dia.
ESTRUTURA / SEDE DA ORGANIZAÇÃO.	Até novembro de 2014 havia uma sede alugada, com espaço para reuniões, 2 salas, banheiro, copa e terraço. O espaço era utilizado mais para escritório do que para recepção de visitantes, pois a abordagem e atendimento a estes são feitos em campo. No final do ano a casa foi entregue, por falta de condições de manter os custos e os materiais da cooperativa ficaram guardados parte na casa de cooperados e parte na Colônia de Pesca de Tamandaré.	Sede própria, com lojinha, auditório, 2 escritórios, copa, 2 banheiros, sala de confecção de produtos, recepção e terraço externo. Desde que foi criada a Associação, ficava em espaços alugados, em 2013 ganharam um terreno da SOS Mata Atlântica e começaram a construir em mutirão, até que em 2014 foram contemplados pelo programa do Luciano Hulk (Um por Todos, Todos por Um), que finalizou a construção e equipou toda a sede.	A sede está acabando de ser construída, com recursos de emenda parlamentar. Terá espaço para reunião, centro de visitantes, sala para palestras, escritório, etc. Atualmente usam uma sala da antiga escolinha da comunidade, cedida pela Prefeitura. Mas geralmente as reuniões ocorrem nas barracas/restaurantes.

APÊNDICE E - Quadro síntese dos elementos utilizados para a avaliação da sustentabilidade das iniciativas de TBC

ASPECTOS RELACIONADOS ÀS CARACTERÍSTICAS E PRINCÍPIOS DO TBC (elementos constitutivos)	TAMANDARÉ – PE Cooperativa de Trabalho Náutica Ambiental	PORTO DE PEDRAS – AL Associação Peixe-Boi de Condutores do Turismo de Observação	ICAPUÍ – CE Associação de Turismo, Meio Ambiente e Cultura de Ponta Grossa
PARÂMETRO/DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE: SOCIO-CULTURAL			
Valorização da cultura local - modo de vida e cultura local como atrativos turísticos.	- A vivência do passeio de jangada à vela resgata um importante elemento da cultura praieira e pesqueira local.	- Uso de embarcações rústicas, a maioria de madeira, típicas da localidade, como as utilizadas por pescadores.	- Cultura da pesca como atrativo. - Visitantes conversam com pescadores, podem pescar e fazer passeios em suas embarcações. - Costumam fazer fogueiras na praia com churrasco de frutos do mar e histórias de pescadores à noite para grupos maiores. - Muitos visitantes vão visitar a localidade curiosos para conhecer a história da comunidade, por serem uma só família, de evangélicos, terem uma história de luta pela manutenção do território e por sua organização social, além de terem ali um sítio arqueológico que está sendo pesquisado e cujas peças podem ser apreciadas pelos visitantes.
Trocas positivas com os visitantes - Interação visitante/comunidade anfitriã.	- No âmbito da Náutica, a interação entre o visitante e a comunidade acontece na condução dos passeios – sejam trilhas terrestres ou passeios de jangadas ou de catamarã. - Em relação a Tamandaré, de forma geral, a interação acontece em serviços de bares e restaurantes, pequenos comércios e no centro de artesanato.	- Essa interação acontece na sede da Associação, seja na recepção, na lojinha ou durante a palestra – geralmente realizada para grupos. - Durante o passeio do turismo de observação, os visitantes são conduzidos por pessoas da comunidade local e têm a oportunidade de conversar com elas, inclusive sobre o modo de vida local - embora o foco da abordagem seja o manguezal e os peixes-bois. - No âmbito da localidade, os visitantes têm a oportunidade de interagir com a comunidade local também em outros espaços, como casas de	- Como todos os empreendedores são pessoas da comunidade, nos diversos espaços o visitante é recebido por nativos e tem a oportunidade de conversar com eles, seja na pousada, nas barracas, nas lanchonetes, no mercadinho. - A comunidade é receptiva e aberta ao diálogo. - Para grupos maiores que manifestam interesse, sobretudo de estudantes, eles fazem uma fala/palestra/roda de conversa sobre a comunidade, seu histórico, sua dinâmica turística e de organização social.

		artesanatos, restaurantes, comércios, etc.	
Solidariedade/cooperação	- Nas relações com outros atores, quando são indicados ou indicam outros produtos e serviços para seus clientes (pousadas, restaurantes, etc), não estabelecem a prática de comissionamento. - Alguns membros demonstram visão e atitudes de cooperação, como compartilhamento de serviços, apoio a atividades específicas, quando necessário (embora às vezes sem proatividade) - Mas de forma geral, o grupo atuante na Náutica tem sentido que a relação de solidariedade e cooperação dentro da própria cooperativa tem sido frágil – o que tem gerado sobrecarga de trabalho para alguns. - Acham que essa pouca visão de cooperação e coletividade é característica de Tamandaré, de forma geral. Já surgiram várias associações e cooperativas, mas muitas vezes as pessoas visam prioritariamente a renda e o individualismo.	- Na Associação há uma escala de trabalho, em que os associados trabalham dia sim, dia não, visando favorecer um maior número de pessoas. - Se revezam também para a realização de tarefas cotidianas, como vigilância, limpeza e organização da sede, além de algumas atividades administrativas. - Nas relações com outros atores, quando indicam outros produtos ou serviços para seus clientes, ora estabelecem uma relação de comissionamento, e ora de indicação/parceria. - Comissionam agências de receptivo, guias, algumas pousadas, restaurantes e taxistas que indicam o passeio.	- Ao receberem grupos pré-agendados, eles buscam fazer uma alternância entre as pousadas, barracas/restaurantes, lanchonetes e guias, de forma a contemplarem o maior número de famílias possível. - Essa alternância é um acordo deles na Associação, mas no dia a dia eles usam também outros elementos de decisão, não sendo esta uma “regra” rigorosa. - Indicam os serviços uns dos outros, sem ser cobrado percentual de comissionamento. - Eles têm uma visão de coletividade boa, que aparece quando buscam melhorias e benefícios comuns, para a comunidade.
Inserção de mulheres e jovens	- Dos 12 cooperados, 2 são mulheres. Uma delas destaca-se como liderança. - Muitos dos cooperados são jovens, inclusive as lideranças que mais se destacam.	- Dos 51 associados, apenas 4 são mulheres, mas estas destacam-se como lideranças, inclusive a presidente é uma mulher, há cinco anos. - Muitos dos associados são jovens, inclusive a presidente da Associação e algumas outras lideranças que se destacam.	- Dos 25 associados, 10 são mulheres. Contam que as mulheres ocupam espaços importantes no turismo local, inclusive como gestoras de empreendimentos, sobretudo as pousadas e lanchonetes. Apesar disso, observa-se que elas participam pouco das reuniões. - Alguns dos associados são jovens. Inclusive como a gestão da Associação está para mudar, o nome que eles estão propondo para ocupar a presidência é de um jovem engajado da comunidade.

			- Relatam que os jovens da comunidade têm interesse nas questões de turismo e participam de algumas atividades, capacitações e reuniões.
Envolvimento em projetos socioambientais comunitários.	- Realizam mutirões de coleta de lixo. - Já atenderam a grupos de idosos e pescadores da comunidade local para a realização de trilhas, num trabalho que associa lazer, cidadania e sensibilização ambiental. Estes serviços foram contratados pela prefeitura e pelo governo do estado.	- Se integram em ações coletivas de mutirões de coletas de lixo e reivindicações de melhorias sociais, como questões relativas e segurança e saúde	- Realizam mutirões de coleta de lixo.
PARÂMETRO/DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE: ECOLÓGICO			
Uso sustentável de recursos naturais - ambientes/ecossistemas locais como atrativos turísticos.	- As praias são os principais atrativos de Tamandaré, com destaque para suas águas claras e ambientes recifais, que formam as piscinas naturais apreciadas para os banhos de mar e mergulhos contemplativos. Também o estuário do rio Ariquindá, na Praia de Carneiros, com seus manguezais conservados, é utilizado turisticamente. - A existência de Unidades de Conservação e projetos ambientais em Tamandaré favorece a proteção da área.	- As praias, o manguezal e o peixe-boi marinho são os principais atrativos de Porto de Pedras, com destaque para a Praia do Patacho e para o turismo de observação do peixe-boi, que proporciona também a contemplação do manguezal no rio Tatuamunha. - A existência do Projeto Peixe-Boi (ICMBIO/CMA) na localidade e o fato de Porto de Pedras estar inserido na APA Costa dos Corais conferem ao lugar uma condição diferenciada para a conservação ambiental. - No âmbito da atividade da Associação, o turismo de observação apresenta-se como uma alternativa de uso sustentável do ambiente e especificamente da espécie peixe-boi marinho.	- As belezas naturais, destacando-se as paisagens formadas pelas dunas e falésias que se encontram com o mar, são os principais atrativos. - A comunidade considera a APA da Praia de Ponta Grossa como fundamental para a manutenção da atratividade – inclusive a APA foi uma reivindicação da comunidade e eles mantêm uma participação ativa no Conselho.
Atividades e técnicas de mínimo impacto.	- Atualmente a principal atividade da Náutica é o passeio às piscinas naturais com o uso de jangadas à vela que, por não serem motorizadas, proporcionam o mínimo impacto. - Apenas o passeio de catamarã é feito com	- O passeio do turismo de observação realizado no rio Tatuamunha é feito com embarcação a remo, para evitar o impacto do motor para os animais. - Há também uma série de regras estabelecidas pelo TAC, para evitar impactos na atividade do	- A principal atividade oferecida pela Associação é a trilha, que se inicia por um trecho da restinga, passa pelas dunas e volta pela praia. Como esse é um percurso já estabelecido, a quantidade de pessoas que fazem a trilha é relativamente pequeno, e se tem também o cuidado para não

	embarcação a motor, mas é um passeio menos frequente e quando ocorre tomam cuidados para não bater nos corais e nem ancorar neles. - As demais atividades, como trilhas, são de baixo impacto e há sempre a preocupação, por exemplo, de não deixarem lixo por onde passam. - Os passeios consistem também em um momento de sensibilização e educação ambiental.	turismo de observação: restrições de horários para as atividades e do número de embarcações e visitantes/dia; não permissão de que a jangada se aproxime dos animais; caso os animais se aproximem das jangadas as pessoas não podem tocar neles nem alimentá-los. - Os passeios consistem também em um momento de sensibilização e educação ambiental.	deixarem lixo no ambiente, o impacto é baixo. - Os passeios consistem também em um momento de sensibilização e educação ambiental. Inclusive o guia e a sinalização na trilha auxiliam nisso.
Cuidados com a água, lixo, energia.	- A atividade deles relacionada à conservação ambiental proporcionou uma maior consciência ecológica, que reflete em atitudes de cuidados cotidianos. - Participam de atividades de coleta de lixo em mutirões nas praias.	- A atividade deles relacionada à conservação ambiental proporcionou uma maior consciência ecológica, que reflete em atitudes de cuidados cotidianos com relação ao uso da água e energia, por exemplo. - Participam de atividades periódicas de coleta de lixo em mutirões nas praias.	- A atividade deles relacionada à conservação ambiental proporcionou uma maior consciência ecológica, que reflete em atitudes de cuidados cotidianos. - Participam de atividades periódicas de coleta de lixo em mutirões nas praias.
PARÂMETRO/DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE: ECONÔMICO			
Aumento de geração de trabalho e renda.	- As atividades da Náutica proporcionaram aumento de renda, principalmente para os cooperados que são mais atuantes, considerando que eles recebem de acordo com os serviços prestados. - Como a atividade é sazonal e Tamandaré não consegue manter um bom fluxo de visitantes durante o ano inteiro, a renda também é mal distribuída ao longo dos meses do ano.	- Aumento efetivo, com renda direta paga através da Associação, quinzenalmente. - Mantém uma boa renda decorrente dos passeios mesmo durante os meses que seriam de baixa estação.	- Aumento significativo para a comunidade de forma geral, com relatos de melhoria de poder aquisitivo e consequente qualidade de vida.
Número de pessoas beneficiadas diretamente.	12 cooperados, sendo que atualmente apenas cerca de 6 estão mais atuantes.	- 51 pessoas (20 condutores, 23 remadores, 8 pessoas que trabalham na oficina de produção)	25 Associados (estima-se que cerca de 40% das famílias da comunidade local atuem diretamente com o

			turismo)
Complementariedade da atividade turística em relação às atividades tradicionais locais.	- Todos os membros da Náutica mantém a realização de outras atividades, tendo as atividades da cooperativa como algo complementar. São pescadores, garçons, seguranças, monitores ambientais, biólogos, jardineiros, etc.	- Muitos continuam sendo pescadores e alguns têm outras atividades, como pizzaria, oficina de bonecos, artesanatos, estudam, etc.	- A maioria dos membros da ASTUMAC têm como atividade principal seus negócios relacionados ao turismo, como barracas/restaurantes, lanchonetes, pousadas, etc. Mas muitos mantêm outras atividades, como pescadores e professores. - Há também na comunidade muitas pessoas que não fazem parte diretamente da ASTUMAC, mas que se beneficiam indiretamente do turismo, como o pescadores.
Gestão de recursos e viabilidade financeira.	- Existem os controles administrativos e financeiros, uma contabilidade terceirizada e quando necessário emitem nota fiscal avulsa pela prefeitura. - Existe o conselho fiscal, que não tem tido uma regularidade/frequência de atuação. - É estabelecido que 15% de cada serviço prestado seja alocado para a manutenção das despesas institucionais. - Não pagam taxas mensais, mas essa é uma necessidade que eles estão sentindo e querendo implementar (mas nem todos os cooperados concordam).	- Existem os controles administrativos e financeiros, uma contabilidade terceirizada e quando necessário emitem nota fiscal. - Existe o conselho fiscal, que é atuante. - A cada dia, R\$ 80,00 do total dos recursos que entram dos pagamentos pelos passeios são alocados como taxa de manutenção institucional. - Além disso, cada associado contribui com um valor mensal, correspondente a R\$50,00 para os condutores e remadores e R\$40,00 para as pessoas que trabalham na oficina. - A cada 15 dias os associados recebem suas partes referentes aos passeios realizados. - Com os recursos gerados pela venda dos passeios, é bem viável o pagamento dos custos de manutenção da Associação. Também custos são minimizados pelo trabalho colaborativo dos associados para vigilância, limpeza, algumas funções burocráticas, etc.	- Existem controles administrativos e financeiros. - Existe o conselho fiscal, que é atuante. - É definido que 10% de cada serviço seja alocado como taxa para a manutenção das despesas institucionais (incluindo 10% que são repassados anualmente como contribuição à Rede Tucum), mas isso não tem sido feito com rigor nos últimos tempos. - A Associação não tem uma taxa mensal administrativa. - O valor que entra fica no caixa e isso é apresentado aos associados nas reuniões. Há também um fundo, criado no contexto do projeto Cada Casa uma Estrela, gerido pela Associação.

PARÂMETRO/DIMENSÃO DE SUSTENTABILIDADE: POLÍTICO-INSTITUCIONAL			
Autonomia / Nível de controle pela comunidade.	- Atualmente metade das pessoas da Náutica não são nativas de Tamandaré, mas todos aqueles que estão mais ativos no dia-a-dia moram lá e já se integram à dinâmica local. O presidente e maior liderança da Cooperativa é local. - Há uma certa dependência do grupo em relação a duas lideranças da cooperativa. - No início de sua existência a Náutica criou uma relação de dependência com o IRCOS, que foi a instituição que incentivou sua criação e era a responsável pela contratação da maioria dos serviços náuticos. Mas aos poucos os cooperados foram diversificando a oferta de serviços, tendendo mais para os serviços turísticos, e a dependência foi reduzindo. No final de 2014, deixaram de prestar serviços para esta instituição.	- Hoje a Associação Peixe boi, composta integralmente por pessoas da comunidade local, se sente com bastante autonomia, capaz de se posicionar, expressar seus desejos, tomar decisões, fazer sua própria gestão, ter autonomia financeira. - Quando a Associação iniciou, tinha uma certa dependência em relação ao Projeto Peixe-boi (ICMBio/CMA), inclusive pelas circunstâncias em que foi criada, decorrente de um TAC do Ministério Público, como alternativa para a solução do conflito do turismo desordenado. - Com o passar do tempo, o amadurecimento das relações institucionais, o amadurecimento do grupo e a consolidação do turismo de observação do peixe-boi como uma alternativa de desenvolvimento local sustentável, a comunidade foi gradativamente se empoderando de toda a gestão da atividade e da instituição. - Hoje ainda mantém uma relação muito próxima ao ICMBio, que inclusive ainda é responsável pelo credenciamento dos condutores e remadores, por capacitações periódicas aos associados, e pelo monitoramento/fiscalização no contexto do turismo ordenado, mas essa relação passou a ser muito mais de parceria do que de tutoria ou dependência.	- A Associação é composta integralmente por pessoas da comunidade local. - Existem várias lideranças, cujas visões e discursos sobre TBC é afinado. - Eles têm total controle e autonomia na iniciativa. - Vale ressaltar que na história da ASTUMAC não foi relatado nenhuma situação de dependência, eles sempre tiveram bastante autonomia.
-Parcerias	- Fundação SOS Mata Atlântica - Fundação Toyota do Brasil - ICMBio/APA Costa dos Corais	- ICMBio/CMA - ICMBio/APA Costa dos Corais - Fundação Mamíferos Aquáticos	- Têm boas condições de diálogos com os parceiros, mostrando seus desejos e construindo em conjunto. - São uma das comunidades do CE que primeiro

	- Prefeitura de Tamandaré Obs: destaque ao apoio ao projeto de Fortalecimento Institucional da Náutica.	- Fundação SOS Mata Atlântica - Fundação Toyota do Brasil - Instituto Bioma Brasil - Prefeitura de Porto de Pedras - Receptivos - Pousadas locais	despertou e iniciou o TBC, sendo destaque e referência para outras comunidades, mesmo antes da existência da Rede Tucum, da qual participam também com protagonismo.
Participação em espaços de políticas públicas	- Atuam nas representações da Náutica em 3 instâncias colegiadas, como o Conselho da APA Costa dos Corais (CONAPAC), o Conselho Municipal de Meio Ambiente de Tamandaré (COMDEMA) e o Conselho da APA de Guadalupe.	- Atuam nas representações da Associação em 3 instâncias colegiadas, como o Conselho da APA Costa dos Corais, o Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente de São Miguel dos Milagres e o Conselho de Segurança de Porto de Pedras. - Destaca-se a importância da participação no CONAPAC.	- São proativos na participação no Conselho da APA de Ponta Grossa. - Fazem parte do COMTUR (mas esta não está ativo) - Reivindicam espaços e melhorias coletivas junto à prefeitura.
Gestão territorial - domínio/acesso ao território	- A maior parte das atividades da Náutica são desenvolvidas na praia (piscinas naturais), e nos estuários, áreas públicas às quais não enfrentam restrição de acesso. - No caso das trilhas terrestres, algumas passam por áreas privadas. Há também as trilhas realizadas na área de Mata Atlântica da REBIO Saltinho, para a qual necessitam autorização para levarem grupos. Mas de forma geral não enfrentam dificuldades de acesso aos territórios.	- O turismo de observação é desenvolvido num determinado trecho do Rio Tatuamunha, ao qual a Associação Peixe-boi tem acesso garantido em função do TAC que define o ordenamento do turismo de observação do Peixe-boi. - Esse trecho do rio tem restrições na forma de uso, como horários definidos para as atividades do turismo, não uso de embarcações motorizadas, limite no número de passeios/embarcações por dia e limite do número de pessoas por embarcação. - Essas restrições foram estabelecidas pelo TAC, que teve a participação da Associação e de outros atores locais nas discussões e definições.	- Eles têm domínio e propriedade do território (terrestre, excetuando-se a praia, que é pública). - Em Ponta Grossa só moram pessoas da comunidade local, não é permitido vender terrenos para pessoas de fora. Esse fato é decorrente de uma história de luta da comunidade pela manutenção do seu território pesqueiro e ambiente de vida. - Nesse sentido, têm total acesso ao território e inclusive desempenham importante papel na gestão territorial, através de suas atividades e cuidados cotidianos e através da sua participação no Conselho da APA de Ponta Grossa.

Elaborado por Maíra Braga, 2015.